

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA S. NETO –CCE
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS EM JORNALISMO**

JAILSON DIAS DE OLIVEIRA

**DESCORTINANDO "FLÂMULA": CULTURA ESCOLAR E
SOCIEDADE NO JORNALISMO ESTUDANTIL DE PICOS (PI)**

TERESINA – PI
2023

JAILSON DIAS DE OLIVEIRA

**DESCORTINANDO "FLÂMULA": CULTURA ESCOLAR E
SOCIEDADE NO JORNALISMO ESTUDANTIL DE PICOS (PI)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM, da Universidade Federal do Piauí-UFPI), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientação: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima

Área de concentração: Processos e Práticas no Jornalismo.


TERESINA
2023

JAILSON DIAS DE OLIVEIRA

**DESCORTINANDO "FLÂMULA": CULTURA ESCOLAR E SOCIEDADE NO
JORNALISMO ESTUDANTIL DE PICOS (PI)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.


Orientadora: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima

Documento assinado digitalmente
 NILSANGELA CARDOSO LIMA
Data: 04/04/2023 21:29:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

PROFA. DRA. NILSÂNGELA CARDOSO LIMA
Presidente



PROF. DR. ALCEBÍADES COSTA FILHO
Examinador

Documento assinado digitalmente
 ANA REGINA BARROS REGO LEAL
Data: 02/05/2023 11:41:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

PROFA. DRA. ANA REGINA BARROS REGO LEAL
Examinadora

À minha mãe, Rita Irene de Oliveira. Exemplo
de força e amor!
À memória do meu pai, José do Espírito Santo
Oliveira; da minha irmã Jany Irene Dias de
Oliveira e do meu irmão Jarbas Antônio Dias
de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Concluir uma etapa dessa magnitude não é algo que se consiga sozinho. Muitas pessoas confluem para que tamanho objetivo seja alcançado, é um trabalho de equipe, embora muitos integrantes dessa equipe não se conheçam. Contudo, estão trabalhando diretamente para o bem de uma pessoa.

Assim, agradeço a minha mãe, Rita Irene de Oliveira, pelo apoio constante e incontestado ante os meus objetivos. É a pessoa a quem mais escuto e que melhor me aconselha, pois me conhece melhor do que ninguém. Nem todas as adversidades da vida foram capazes de esmorecer o seu espírito, sendo para mim um exemplo de ser humano, forte, combativa, guerreira e extremamente amável e carinhosa. É o maior orgulho da minha vida!

Agradeço às minhas ex-colegas de docência na faculdade R.Sá, Profa. Dra. Mayara Sousa Ferreira, Profa. Ma. Lana Krisna de Carvalho Moraes e Profa. Ma. Ruthy Manuella de Brito Costa. Formamos uma grande equipe quando trabalhamos juntos. A parceria não se encerrou, ela continua. Me ajudaram muito a chegar ao mestrado, revisando o meu projeto e me aconselhando. A Profa. Mayara foi fundamental nesse processo.

Agradeço imensamente a Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima pelo zelo dedicado à minha orientação. Reconheço que não é um trabalho fácil, e é justamente por saber disso que a minha admiração pela professora cresceu tanto ao longo destes dois anos de mestrado. Exemplo de inteligência e grande capacidade de leitura que eu já havia conhecido na época da graduação de História na UFPI de Picos. E, ao longo da dissertação, também compartilhou comigo o seu conhecimento metodológico que já me permite perceber resultados positivos em minha vida acadêmica. Tenho todo o agradecimento, respeito e admiração do mundo!

São inúmeras as pessoas que poderiam ser citadas nesta página. Finalizo, contudo, citando as memórias de pessoas importantes que já se foram: meu pai, José do Espírito Santo Oliveira; minha irmã Jany Irene Dias de Oliveira e meu irmão Jarbas Antônio Dias de Oliveira. Mesmo que não estejam mais neste mundo fisicamente, vocês vivem minha memória e coração, encorajando-me a seguir em frente.

Agradeço ao meu amigo Evandro Alberto, reitor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), onde fiz a minha graduação em Jornalismo. Pessoa diligente e grande apoiador!

Agradeço aos meus colegas da 11ª turma do PPGCOM pelo companheirismo e colaboração. Mesmo que não tenhamos nos encontrado pessoalmente, nos ajudamos bastante.

Agradeço a toda a equipe que faz o PPGCOM, em especial os professores que deram aulas para mim: Nilsângela Cardoso, Ana Regina Rego, Camila Calado, Cristiane Portela, Gustavo Said.

Por fim, agradeço aos integrantes da minha banca: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima Orientadora, Profa. Dra. Ana Regina Rego e Prof. Dr. Alcebíades Costa Filho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o conteúdo publicado pelo jornal estudantil *Flâmula* sobre a cultura escolar e a sociedade de Picos no período de 15 de março 1952 a 18 de janeiro de 1953, quando o periódico circulou. Criado pelo Grêmio Estudantil Da Costa e Silva do Ginásio Estadual Picoense, em 1952, a redação do jornal definia o *Flâmula* como estudantil, conforme consta no cabeçalho da publicação. Ele foi produzido por estudantes e professores da primeira escola secundarista de Picos, e ainda contava com a participação de colaboradores externos. Para tanto, foram utilizados autores como Amaral (2013), Nolasco (2015), Lopes (2016), Machado e Martineli (2021), que definem o que é imprensa estudantil e imprensa escolar, bem como abordam a história dos jornais criados nas escolas e como eles funcionavam. A metodologia é a Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (1977), e o *corpus* da pesquisa é formado pelas edições disponíveis do jornal *Flâmula*, que ao todo somam 13 edições, na qual foram analisados os conteúdos que tratam sobre educação, a cultura escolar e a imprensa estudantil do período. Através da Análise de Conteúdo, pretende-se analisar como os redatores do jornal *Flâmula* construía a sua visão de mundo sobre a cultura escolar do Ginásio Estadual Picoense e a sociedade nos anos de 1952 a 1953. Mesmo produzido por estudantes em parceria com professores e colaboradores externos ao Ginásio Estadual Picoense, o *Flâmula* não se detinha exclusivamente em temas relacionados a educação, o que permite verificar que o mesmo abordava opiniões sobre temas diversos e reproduzia notícias sobre fatos verificados em Picos.

Palavras-chave: Jornalismo. Imprensa Estudantil. Análise de Conteúdo. Cultura escolar. *Flâmula*.

ABSTRACT

This work aims to analyze the content published by the student newspaper *Flâmula* about the school culture and society of Picos from March 15, 1952 to January 18, 1953, when the journal circulated. It was established by Da Costa e Silva Student Union at the State Gym from Picos, in 1952, the editorial department defined the *Flâmula* as student as described under the header of the publication. It was produced by students and teachers of the first secondary school in Picos, and had the participation of external collaborators. To do so, it was based on the authors such as Amaral (2013), Nolasco (2015), Lopes (2016), Machado and Martineli (2021), who define what student press and school press mean, as well as how they address the history of school newspapers and how they worked. The methodology is Content Analysis, from Bardin perspective (1977), and the corpus of the research consists of editions available on *Flâmula*, which are 13 editions in total, whose contents analyzed were the ones that deal with education, school culture and student press of the period. Through the Content Analysis, it is proposed to analyze how the editors of the newspaper *Flâmula* built their worldview on the school culture of the State Gym from Picos and the society from 1952 to 1953. Even produced by students in partnership with students and external collaborators to the State Gym from Picos, *Flâmula* was not exclusively concerned on themes related to education, which allows verifying if it discussed opinions on a wide range of themes and reproduced news on facts checked in Picos.

Keywords: Journalism. Student Press. Content Analysis. School culture. *Flâmula*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Picos na primeira metade do século XX.....	39
Figura 02: Rua Grande, atual Av. Getúlio Vargas.....	40
Figura 03: Juiz Vida de Freitas.....	49
Figura 04: Prefeito Celso Eulálio.....	51
Figura 05: Primeira sede do Ginásio Estadual Picoense. Atualmente, é a sede do Museu Ozildo Albano.....	52
Figura 06: Segunda sede do Ginásio Estadual Picoense.....	57
Figura 07: Sede atual do Ginásio Estadual Picoense, atualmente denominado de Centro de Ensino de Tempo Integral Marcos Parente.....	58
Figura 08: Gráfica Ginásial.....	96
Figura 09: Capa da primeira edição do jornal estudantil Flâmula.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Textos analisados nas três categorias.....	104
--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE E O CONTEXTO EDUCACIONAL EM 1950.....	21
2.1 A educação no Brasil.....	21
2.2 A educação no Piauí.....	29
2.3 Panorama Educacional de Picos.....	38
2.3.1 Picos: cenário, política e economia.....	38
2.3.2 A educação picoense.....	41
2.3.3 Ginásio Estadual Picoense.....	45
2.3.3.1 Divergências políticas e processos burocráticos.....	46
2.3.3.2 Inauguração.....	49
2.3.3.3 O exame de admissão: a vitória de uma etapa.....	53
2.3.3.4 O funcionamento do ginásio: professores, estudantes, sedes.....	55
3 APONTAMENTOS SOBRE AS MUDANÇAS DA IMPRENSA BRASILEIRA E PIAUIENSE NO SÉCULO XX.....	59
3.1 Imprensa no Brasil na primeira metade do século XX.....	59
3.2 Imprensa no Piauí.....	66
3.2.1 Picos: o lento caminhar do jornalismo.....	72
4. JORNAL FLÂMULA NO CONTEXTO DA IMPRENSA NO BRASIL E NO PIAUÍ..	76
4.1 Imprensa estudantil e contexto histórico nacional.....	76
4.1.2 Impresses estudantis e cultura escolar: entre 1930 e 1960.....	81
4.2 O jornalismo literário como embrião dos jornais escolares no Piauí.....	85
4.2.1 Os primeiros jornais escolares piauienses no século XIX.....	88
4.3 Instituição do jornal estudantil <i>Flâmula</i>.....	91
4.3.1 Páginas do jornal <i>Flâmula</i>	94
5. FLÂMULA E CULTURA ESCOLAR EM PICOS.....	103
5.1 Metodologia da Análise de Conteúdo em Bardin.....	103
5.2 Flâmula e Educação.....	105
5.3 Notícias e Acontecimentos Gerais.....	119
5.4 <i>Flâmula</i> e Opinião.....	127
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	140

1 INTRODUÇÃO

Ao registrar acontecimentos e opiniões, a imprensa reflete os costumes e as características de uma época. Ela se tornou dotada de autoridade junto à opinião pública, como fonte de informações que dizem respeito à população. A partir do século XIX, a importância do papel desempenhado pelo jornalismo aumentou, resultando na sua institucionalização. Com o crescimento das cidades, as pessoas passaram a buscar nos jornais informações precisas sobre os acontecimentos de interesse público (FRANCISCATO, 2003).

Desde o século XIX, já vigoravam no Brasil os jornais estudantis e escolares. Machado e Martineli (2012) apontam que o primeiro jornal estudantil surgiu em São Luís do Maranhão. Tratava-se do *Jornal de Instrução e Recreio*, que circulou entre 1845/1846. No Piauí, segundo Lima e Sobrinho (2020), o jornal *A Mocidade Piauihyense* é a primeira publicação escolar da qual se tem notícia. Esse periódico circulou entre os anos de 1883 e 1886. Temáticas abrangentes como a desigualdade na oportunidade de instrução entre os gêneros eram constatadas nas páginas daquele jornal estudantil.

Embora os jornais produzidos nas instituições escolares tenham sido frequentes ao longo dos séculos XIX e XX, Amaral (2013) destaca o período que vai de 1930 a 1960 como de multiplicação de impressos estudantis pelo Brasil, em parte, devido a efervescência política do país.

Foi dentro do contexto de efervescência política dos anos de 1930 a 1960, que surgiu o jornal estudantil *Flâmula*, lançado pelo grêmio do Ginásio Estadual Picoense em 15 de março de 1952. Embora se definisse como um jornal estudantil, *Flâmula* não se detinha apenas na publicação de temáticas internas ao Grêmio Escolar Literário Da Costa e Silva, por quem era produzido, mas tratava de assuntos gerais, abordando a cidade, eventos, costumes, participando dos debates sobre a realidade política de então. É importante frisar que o *Flâmula* contava com a participação de professores do Ginásio Estadual Picoense e colabores externos. Não se tratava, portanto, de um trabalho exclusivo dos estudantes.

Portanto, esta dissertação tem como questão central: como a cultura escolar do Ginásio Estadual Picoense foi abordada no conteúdo publicado pelo jornal estudantil *Flâmula*, de Picos, no início dos anos 1950? Elencou-se, portanto, as seguintes hipóteses: O jornal *Flâmula* valorizava a educação e a enaltecia como fator primordial para mudar a realidade social com o objetivo de preparar o aluno, por conseguinte a sociedade, para a ordem e o progresso moral, social, cultural e intelectual; A produção de conteúdo publicada pelo jornal *Flâmula*, do Ginásio

Estadual Picoense, estava vinculada aos interesses dos seus redatores, em particular, no que toca o projeto de modernização para a cidade de Picos no início da década de 1950; O jornal *Flâmula* foi utilizado como instrumento político para repercutir ideias e pensamentos de um conjunto de sujeitos sociais, vinculados ou não ao Ginásio Estadual Picoense, que consideravam a imprensa um meio pelo qual poderiam se apropriar das práticas jornalísticas e até serem reconhecidos como intelectuais.

O objetivo geral deste estudo é analisar a produção de conteúdo do jornal estudantil *Flâmula* do Ginásio Estadual Picoense sobre a cultura escolar e a sociedade no período de 1952 a 1953. Os objetivos específicos são: Caracterizar a linha editorial do jornal *Flâmula* e como jornal abordou a questão escolar em Picos no início dos anos 1950; Compreender a utilização do jornal *Flâmula* por seus redatores como instrumento político para repercutir ideias e pensamentos sobre o progresso moral, cultural, social e intelectual por meio da educação formal; Identificar as ideias, os valores e as regras institucionais ou sociais que os redatores de *Flâmula* buscaram compartilhar, reforçar e reafirmar através do jornal.

O embasamento sobre a história da imprensa estudantil e escolar é fundamental para que se possa realizar a análise do jornal *Flâmula*. Compreende-se que a imprensa produzida a partir das escolas no Piauí refletia os centros de ensino onde eram editados. Lopes (2016) salienta que essas unidades escolares eram referência para as sociedades onde estavam situadas, logo os jornais também tinham a utilidade de divulgar as instituições escolares e também tratar sobre assuntos de interesse da coletividade.

Pode-se entender que a imprensa estudantil era valorizada pelas escolas, pois Machado e Martinelli (2021) mostram que a produção desses jornais acontecia mesmo em épocas que não havia obrigação perante a lei das escolas desenvolverem atividades extracurriculares. Isso evidencia que a publicação de jornais era entendida por diretores e professores como um ótimo exercício didático para os estudantes, estimulando a sua criatividade, escrita, o conhecimento de uma profissão, o desenvolvimento intelectual, bem como a inserção em debates de grande importância nacional, como a educação.

Ao editarem um periódico, as escolas ganhavam uma forma de emitir a opinião da sua comunidade, pois o jornal poderia servir como um porta-voz para aqueles que o faziam, bem como os centros de ensino.

Nesse sentido, autoras como Machado e Martinelli (2021) e Nolasco (2015) fazem a distinção entre imprensa estudantil e escolar. A primeira é aquela produzida exclusivamente por estudantes, onde haveria maior liberdade de expressão; ao passo que a segunda é realizada pelos estudantes da escola, com a participação de diretores, professores e demais colaboradores

letrados. No segundo caso já haveria maior cerceamento quanto aos temas abordados, pois o jornal estaria representando a própria instituição de ensino.

Como metodologia para este trabalho, elegeu-se a Análise de Conteúdo em Bardin (1977). A seleção do material obedeceu àquilo que Bardin (1977, p. 95) chama de “pré-análise”, com a escolha dos documentos e conseqüente formulação de hipóteses e objetivos que fundamentarão as respostas por serem encontradas. Bardin (1977) argumenta que a pré-análise busca a organização do material escolhido. Através dessa organização e do conhecimento inicial ante o material do qual se dispõe, é possível estabelecer o *corpus* da pesquisa.

A pré-análise é fundamental para que seja realizada a verificação prévia do material disponível para a realização do estudo. Cabe ao pesquisador conhecer aquilo sobre o que vai discorrer, bem como o conteúdo que será útil para a inferência. Bardin (1977) aborda a operacionalização e sistematização das ideias iniciais a serem desenvolvidas no trabalho.

Corresponde a um período de instituições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao ordenador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso (BARDIN, 1977, 95).

Portanto, nesse primeiro momento o pesquisador, conforme Bardin (1977), vai selecionar os documentos para análise, formular as hipóteses e os objetivos com o fim de fundamentar a interpretação ao final do trabalho.

Para Bardin (1977), a pré-análise é formada por atividades que não possuem uma estrutura definida: leitura flutuante, escolha dos documentos (*corpus*), a formulação das hipóteses e dos objetivos, a referenciação dos índices, a elaboração dos indicadores e a preparação do material. É importante ressaltar que a leitura flutuante permite o contato com o objeto de estudo, a partir do qual é feita a escolha dos documentos, culminando na preparação do material.

A exploração do material permite a escolha precisa do que constituirá o *corpus* da pesquisa, atendendo aos objetivos que o pesquisador deseja alcançar com a sua análise. Considerada a fase mais fastidiosa por Bardin (1977, p. 101), ela consiste em “operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

Um ponto fundamental na Análise de Conteúdo em Bardin (1977) é o tratamento dos resultados, a partir do qual será possível extrair dele os significados, válidos para o estudo A

partir de então será possível propor inferências, adiantar interpretações relacionadas aos objetivos que podem ser encontrados. Para a autora, é fundamental saber o motivo para a análise para que então esta possa de fato acontecer.

Foram selecionados para análise 22 textos presentes ao longo de 13 das 14 edições de *Flâmula* disponíveis para o estudo. A partir de então, realizou-se a análise temática do material, que consiste em “descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõe a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105).

Segundo Bardin (1977, p. 133), “a Análise de Conteúdo fornece informações suplementares ao leitor crítico de uma mensagem”. Ela permite ao leitor distanciar-se da produção para compreender mais sobre o que foi escrito, que seria saber mais sobre o escritor, ou emissor da mensagem presente no texto. Uma vez que o redator exprime o seu pensamento sobre o mundo à sua volta, o seu íntimo se descortina para quem o lê.

O presente trabalho foi estruturado em Introdução e mais quatro capítulos. O segundo capítulo da dissertação foi denominado de “Ginásio Estadual Picoense e o contexto educacional em 1950”. Através das suas subdivisões, abordou-se a história da educação no Brasil, no Piauí e em Picos. Isso tornou possível ambientar as transformações graduais da educação brasileira e como se deu a sua distribuição pelo país. Percebe-se que o discurso sobre o valor da educação se mostrou presente no Brasil em diferentes épocas, mas a difusão do ensino entre a população foi lenta. Este capítulo foi dividido nos seguintes tópicos: 2.1 A educação no Brasil; 2.2 A educação no Piauí e 2.3 Panorama Educacional de Picos. O último tópico, por tratar diretamente do objeto de estudo, possui as seguintes subdivisões: 2.3.1 Picos: cenário, política e economia, 2.3.2 A educação picoense; 2.3.3 Ginásio Estadual Picoense; 2.3.3.1 Divergências políticas e processos burocráticos; 2.3.3.2 Inauguração; 2.3.3.3 O exame de admissão: a vitória de uma etapa e, por fim, 2.3.3.4 O funcionamento do ginásio: professores, estudantes, sedes.

O terceiro capítulo foi denominado de “Apontamentos sobre as mudanças da imprensa brasileira e piauiense no século XX”. Ele trata sobre as transformações verificadas na imprensa do Brasil e na verificada no Piauí no período que abrange os anos de 1900 e 1950, entendendo como fundamentais para o devido embasamento sobre o jornalismo brasileiro dos anos 1950. Também é feito o levantamento sobre os jornais que circularam em Picos no mesmo período. Este capítulo possui as seguintes subdivisões: 3.1 Imprensa no Brasil na primeira metade do século XX; 3.2 Imprensa no Piauí e 3.2.1 Picos: o lento caminhar do jornalismo.

O quarto capítulo foi dedicado a tratar sobre a imprensa estudantil no Brasil, no Piauí e sobre o *Flâmula*. Percorreu-se o caminho da imprensa estudantil desde o surgimento, no século

XIX, até os jornais do século XX, explorando as definições e diferenciações dos termos estudantil e escolar. Neste capítulo foi detalhado o *Flâmula*, seu funcionamento e estruturação. Ele foi denominado de “Jornal *Flâmula* no contexto da imprensa estudantil no Brasil e no Piauí”, possuindo as seguintes subdivisões: 4.1 Imprensa estudantil e contexto histórico nacional; 4.1.2 Impressos estudantis e cultura escolar: entre 1930 e 1960; 4.2 O jornalismo literário como embrião dos jornais escolares no Piauí; 4.2.1 Os primeiros jornais escolares piauienses no século XIX; 4.3 Instituição do jornal estudantil *Flâmula* e 4.3.1 Páginas do jornal *Flâmula*.

O quinto e último capítulo foi denominado “*Flâmula* e cultura escolar em Picos”. Ele apresenta a metodologia e as categorias dos 22 textos do jornal selecionados para análise. Nele, o *Flâmula* é estudado, apresentando-se as respostas para as perguntas feitas neste trabalho. Esse capítulo foi dividido nos seguintes tópicos: 5.1 Metodologia da Análise de Conteúdo em Bardin; 5.2 *Flâmula* e educação; 5.3 Notícias e acontecimentos gerais; 5.4 *Flâmula* e opinião.

2 GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE E O CONTEXTO EDUCACIONAL EM 1950

2.1 A educação no Brasil

Com a Proclamação da República em 1889, através de um golpe de estado praticado pelo Exército brasileiro com o apoio da elite financeira do país, temas fundamentais para o Brasil voltaram a ser discutidos. Esperava-se que o país entrasse em uma era de progresso com a implantação do novo regime. Debates em torno da educação nacional e da sua necessidade de modernização e maior abrangência ganharam mais ênfase por parte dos novos governantes. Xavier (1994) salienta que após a instituição do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, em 1890, liderado por Benjamin Constant, operou-se a primeira mudança verificada na educação, apresentando princípios como a laicidade do ensino, o estabelecimento do exame de madureza e a priorização das disciplinas científicas em detrimento das literárias.

A nova pasta, que teve vida curta, estendendo-se de 1890 a 1892, promoveu uma mudança curricular na grade de ensino a partir do Colégio Pedro II, cujo nome foi alterado para Colégio Nacional, permanecendo assim até 1911. Xavier (1994, p. 106) esclarece que a mudança na grade curricular, que deveria se estender para todo o ensino secundário brasileiro, consistia na introdução de novas disciplinas: moral, sociologia, direito e economia política, somando-se às matérias já existentes. Com isso, conciliava-se um enciclopedismo inspirado no positivismo do qual os militares eram adeptos.

A separação entre Igreja e Estado preconizada pela primeira constituição republicana de 1891, representava segundo a lei mudanças profundas em setores importantes da administração pública, com destaque para a educação. A partir da Proclamação da República no Brasil, o ensino ficaria a cargo exclusivamente do Estado, excluindo, na teoria, a Igreja Católica, que não deixou de lutar para manter a sua influência sobre a educação oferecida a população.

Xavier (1994) salienta que as novas leis estabelecidas pela República eliminavam o critério de uma renda mínima para o direito ao voto, conforme se verificava no Império. No entanto, a população analfabeta continuava excluída da participação da vida pública, impedida de se envolver no processo eleitoral. Tal fato fez com que a instrução fosse transformada em um fator de identidade dos grupos dominantes da sociedade brasileira de então.

Mesmo que a primeira constituição republicana de 1891 tenha estabelecido a laicidade do Estado e tratado do tema da educação, ela não representou a democratização do ensino nem a sua expansão, pois reforçou o caráter elitista da educação brasileira. Aranha (2006) explica

que ao Governo Federal caberia o ensino secundário e superior, enquanto Estados e municípios deviam se ocupar do ensino primário e técnico.

A divisão das responsabilidades quanto a administração da educação brasileira e a negligência por parte do poder central quanto ao ensino primário representava a impossibilidade de uma instrução de qualidade equânime em todo o país devido as grandes diferenças financeiras que marcavam Estados e municípios. Com o argumento da instituição da federação, o Governo Federal manteria a linha adotada no Império de não tratar da educação primária. As unidades que formavam a federação, por sua vez, tomariam medidas limitadas quanto a oferta do ensino alegando ausência de recursos.

A manutenção da divisão quanto às prerrogativas das esferas de poder na República teria consequências negativas para o sistema de ensino no país.

A descentralização escolar, definida em 1834, foi reafirmada na constituição de 1891, apesar das fartas e antigas denúncias, dos extensos diagnósticos e das estatísticas que revelam o desastre que essa situação representara para o ensino elementar. Permaneceu como responsabilidade específica agora dos estados manter e legislar sobre a instrução pública elementar (XAVIER, 1994, p. 104).

Verificava-se dessa forma um descaso quanto a instrução inicial das crianças. Esta deveria servir de base para o ensino secundário e conseqüentemente superior, mas continuou sendo vista como de menor importância, relegada a um segundo plano pelas autoridades do início da República.

Mesmo com o chamado Entusiasmo pela Educação¹, conforme relatado por Xavier (1994), e com as constantes reformas educacionais verificadas na República Velha (1891-1930), pouco se avançou na oferta de oportunidades escolares para a população durante os primeiros vinte anos do Brasil Republicano. Ribeiro (1994) informa que é a partir de 1910 que as reformas no sistema de ensino do país vão se multiplicar, sem representar uma mudança significativa uma vez que elas careciam de continuidade. Algumas dessas reformas foram realizadas de forma separada pelos Estados.

Ribeiro (1994) destaca a Reforma Rocha Vaz, de 1925, como uma tentativa de estabelecer a cooperação entre as esferas de poder – federal, estadual e municipal –, quanto ao ensino primário: “É bom que se diga que não saiu do papel” (RIBEIRO, 1994, p. 1991).

Nessa mesma linha, Ferro (1996) lista algumas das reformas verificadas nos Estados:

¹ Movimento verificado no Brasil nas primeiras décadas da República em que se debatia a importância da Educação para o país (XAVIER, 1994).

Antônio de Sampaio Dória, em São Paulo, no ano 1920; a de Lourenço Filho, no Ceará, 1923; e de Anísio Teixeira, em 1923, na Bahia; a de Mário Casassanta e Francisco Campos em Minas Gerais, a de Pernambuco, com Carneiro Leão, em 1927 e a de Fernando de Azevedo, em 1928, no Distrito Federal (FERRO, 1996, p. 39).

Contudo, as reformas empreendidas na esfera federal e no âmbito dos Estados eram desconexas, não havendo uma integração entre as propostas nem a sua aplicação.

Sobre essa temática, Romanelli (1986) explica que as reformas lançadas pelo Governo Federal não possuíam um caráter centralizador, servindo apenas como uma referência para que os Estados as seguissem, o que não acontecia efetivamente. As modificações na legislação educacional ficavam restritas ao Distrito Federal.

A partir da década de 1910 o Brasil começou a viver um surto industrial, com destaque para o período que compreendeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Como as grandes potências industriais estavam ocupadas com o conflito, o país passou a constituir fábricas para atender a demanda interna. Esse primeiro passo de grande vulto rumo a constituição de grandes empresas não se deu, portanto, devido a uma política de incentivo interno, mas a acontecimentos externos.

Com a multiplicação das fábricas, especialmente na região Sudeste do país, percebeu-se a necessidade da melhoria do ensino para que as pessoas pudessem alcançar uma vaga no mercado de trabalho e, assim, garantir que o Brasil caminhasse rumo ao progresso. O debate em torno da educação se ampliou, não mais vista exclusivamente como uma redentora da sociedade, mas também como necessário para o desenvolvimento técnico-industrial do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Pensava-se a educação conforme os interesses capitalistas e a internacionalização desse sistema, diante de uma economia mundial que se planificava. Aranha (2006) relata que se concebia a educação nas primeiras décadas da República como algo voltado a preparar o aluno para o mercado de trabalho, contudo, as elites brasileiras continuavam a ambicionar que os seus filhos tivessem os seus estudos voltados para o ensino superior.

Havia, portanto, um caráter dualista e pouco democrático quanto ao ensino. Aos menos favorecidos o caminho seria o ensino técnico, ainda não devidamente valorizado.

O projeto político republicano visava implantar a educação escolarizada, oferecendo o ensino para todos. É bem verdade que se tratava ainda de uma escola dualista, em que a elite era reservada a continuidade dos estudos, sobretudo científicos – já que os republicanos recusavam a educação tradicional humanista – enquanto o ensino para o povo ficava restrito ao elementar e profissional (ARANHA, 2006, p. 296).

As divergências quanto ao melhor ensino a ser oferecido à nação já se faziam sentir desde cedo. Os republicanos entendiam que a educação deveria ser uma prioridade, mas não chegavam a um consenso. Outras alas da sociedade civil também apresentariam propostas para reformar o ensino. Enquanto isso, os índices de analfabetismo nas décadas iniciais do século XX eram estarrecedores. Segundo Ribeiro (1994, p. 150), “[...] em 1920, no Brasil, o direito a ler e escrever era negado a quase 11 milhões e meio de pessoas com mais de 15 anos. E o que é mais assustador: em 1960, esse mesmo direito era negado a quase 16 milhões de pessoas”.

Percebe-se que os intensos debates e as reformas executadas não resolveram o problema do analfabetismo de imediato. Em quase quarenta anos os avanços foram mínimos. Ribeiro (1994, p. 151) apresenta mais dados sobre a década de 1960 fazendo um comparativo com os anos 1920 e explica: “Se, em 1920, 65% dessa população era analfabeta, em 1960, apenas 39% o era”.

Por um lado, políticos, intelectuais e educadores pensavam reformas educacionais a partir do Estado; por outro lado, integrantes de movimentos sindicais de orientação socialista e anarquista questionavam o limitado ensino oferecido no Brasil, voltado apenas para uma parcela mais abastada da população. Para os integrantes dessas organizações, a classe trabalhadora estava fora do processo de instrução tendo como objetivo uma vida melhor (ARANHA, 2006).

Com esse pensamento, os movimentos sociais e sindicais verificados nos grandes centros urbanos passaram a oferecer, eles mesmos, a instrução para os filhos da classe trabalhadora. As instituições fundadas pelas lideranças sociais e sindicais eram fechadas de forma violenta pela polícia, pois os governos as entendiam como subversivas (RIBEIRO, 1994).

Contudo, mesmos esses movimentos sindicais de orientação socialista e anarquista tinham concepções diferentes sobre a educação a ser oferecida aos filhos da classe trabalhadora das grandes cidades onde se verificavam a existência das fábricas.

Ainda na primeira república, as ideias socialistas e anarquistas influenciaram na organização de grupos de defesa dos direitos dos trabalhadores, desde a formação dos sindicatos, de partidos políticos, até a realização de congressos, que fomentavam greves e reivindicações.

Enquanto os socialistas reivindicavam maior empenho do Estado para entender a educação a todos, os anarquistas, conhecidos críticos das instituições, rejeitavam os sistemas públicos por considerá-los ideológicos, divulgadores de preconceitos e comprometidos com os interesses da classe dominante (ARANHA, 2006, p. 301).

A participação dos operários e trabalhadores urbanos nos debates sobre a educação e até na constituição de centros de ensino independentes, mostra que a sociedade civil também estava sequiosa que os seus filhos recebem instrução escolar. Esses setores das cidades se mostravam dispostos a lutar pela ampliação das oportunidades de ensino, que engatinhavam nas primeiras décadas do Brasil republicano.

Salienta-se que muito dessa influência para com a participação popular nos debates de interesse nacional, como a educação, se deu pela migração dos trabalhadores estrangeiros que chegaram ao país com novas ideias – socialismo, anarquismo – conseguindo assim influenciar o operariado urbano. Como o destino dos estrangeiros eram os grandes centros urbanos, bem como as lavouras de café de São Paulo, é compreensível que a influência das ideias socialistas e anarquistas tenha se dado principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

A implantação da República e o conseqüente estabelecimento da constituição de 1891 determinavam a separação entre Estado e Igreja. Isso representava a laicização do ensino, a ser ofertado pelo Estado brasileiro. Apesar disso, a Igreja Católica lutou para manter a sua influência sobre a educação. Segundo Aranha (2006), os representantes dos religiosos entendiam que as escolas leigas instruíam os jovens, mas não educavam.

Conforme Aranha (2006), a tentativa de se manter presente na educação nacional por parte da Igreja Católica e dos seus defensores persistia porque o ensino oferecido durante o Brasil Império estava sob a liderança católica. Algumas das principais escolas do período eram religiosas, onde estudavam os filhos da elite.

Os defensores da educação religiosa, ligados à Igreja Católica, se manifestavam ferrenhamente contra o comunismo e também contra a Escola Nova, que chegou ao Brasil na década de 1920. Dessa forma, se insurgiam contra os liberais e a nova proposta de ensino voltada para o aluno.

Os conservadores eram representados pelos católicos defensores da pedagogia tradicional, não propriamente a jesuítica, mas aquela influenciada por Herbart. Os liberais democráticos eram simpatizantes da Escola Nova, e seus divulgadores estavam imbuídos da esperança de democratizar e de transformar a sociedade por meio da escola. Para tanto, procuravam reagir ao individualismo e ao academicismo da educação tradicional, propondo a renovação das técnicas e a exigência da escola única (não dualista), obrigatória e gratuita (ARANHA, 2006, p. 302).

Ainda de acordo com Aranha (2006), os intelectuais católicos fundaram organizações para enfrentar as ideias da Escola Nova. Pode ser citada a Confederação Católica de Educação, que se baseava na filosofia perene de Santo Tomás de Aquino. A tentativa de intelectuais

conservadores de manter a influência católica sobre setores da sociedade como a educação pode ser explicada também pelo fato da maioria da população brasileira ser praticante dessa fé. A constituição de 1891 estabeleceu a liberdade de culto, oferecendo a oportunidade para que outros credos vigorassem no Brasil, mas a população permaneceu em sua maioria absoluta católica.

Foi em meio aos debates constantes quanto a educação que as ideias da Escola Nova chegaram ao Brasil. De influência norte-americana, esse novo movimento teve em Anísio Teixeira um grande propagador no nosso país. De acordo com Lustosa Júnior (2018), o escolanovismo apresentava uma proposta diferente para a educação, atualizando as concepções de ensino em consonância com o avanço científico e material vivido no mundo no início do século XX. Para os escolanovistas, a educação de então estava desatualizada e deveria ser mais eficiente e capaz de ser mais realizadora para o ser humano.

Lustosa Júnior (2018) afirma que os defensores da Escola Nova propunham uma educação voltada para a ação, através do qual o aluno seria o centro do ensino. O professor deveria ser visto como um facilitador, assim a educação seria plural, defendendo ideais de liberdade, tornando-se o eixo da mudança social. Os defensores do escolanovismo eram críticos da educação tradicional, através da qual o aluno seria apenas um copiator e repetidor de conteúdos transmitidos pelo professor. O estudante deveria ser estimulado a pensar.

Na Escola Nova o aluno é o centro principal do processo educativo e há nessa concepção uma grande preocupação com a natureza psicológica deste aluno. Já o professor é o facilitador da aprendizagem e este deve se esforçar em despertar o interesse e provocar a curiosidade do aluno, fazendo com que ele atinja a abstração a partir de sua experiência valorizando também a iniciativa e a espontaneidade do aluno (LUSTOSA JÚNIOR, 2018, p. 43).

As ideias expressas pelos defensores da Escola Nova pareciam soar por demais avançadas para representantes de determinados setores da sociedade brasileira da década de 1920 e 1930. O certo é que essas ideias encontraram defensores que lutaram pela adoção delas pela educação brasileira. Tal fato culminou, no ano de 1932, no lançamento do chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação, assinado por 26 intelectuais.

O texto do Manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por nomes como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquete Pinto, Cecília Meireles (LUSTOSA JÚNIOR 2018). “O documento opunha-se às práticas pedagógicas, tidas como tradicionais, visando uma educação que pudesse integrar o indivíduo à sociedade e, ao mesmo tempo, ampliar o acesso de todos à escola”, acrescenta Lustosa Júnior (2018, p. 45).

É importante salientar que o Manifesto foi lançado em uma época de efervescência política, pois em 1930 a República Velha chegou ao fim. O período que se estendeu de 1894 até 1930, culminando com a deposição do presidente Washington Luiz e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, também foi denominado de “República do Café com Leite”, pois quase todos os presidentes que governaram o Brasil ou eram de São Paulo, onde se produzia o café, ou de Minas Gerais, onde o leite era o principal produto.

Já no poder, na fase chamada de Governo Provisório (1931-1934), Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde, no ano de 1932, tendo à sua frente um dos defensores da Escola Nova, Francisco de Campos. Mesmo que de caráter liberal, a Escola Nova era vista como a única forma de democratizar o ensino e ampliar a sua oferta a população. Para Lustosa Júnior (2018, p. 52):

O manifesto, portanto, é contra a escola tradicional que coloca a educação como um privilégio fornecido pela condição econômica e social do indivíduo, ou seja, voltada para a satisfação de interesses classistas e defende a escola socializadora que estabelece entre os homens o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, assumindo uma educação a partir de um caráter biológico reconhecendo ao indivíduo o direito de ser educado.

Tendo Francisco Campos à sua frente, o Ministério da Educação e saúde editou uma série de decretos entre 1931 e 1932 com o fim de regulamentar o ensino oferecido no Brasil.

Segundo Romanelli (1986, p. 134), “a Reforma do Ensino secundário foi proposta, primeiramente, através do decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, e depois consolidada pelo Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932”. A autora ainda pontua que a Reforma Francisco Campos teve o mérito de estabelecer o ensino seriado.

A Reforma Francisco Campos foi a mais significativa até aquele momento desde a Proclamação da República. Entretanto, para Bittar e Bittar (2012), mesmo com a influência da Escola Nova, as leis mantiveram a diferenciação entre ensino profissional e secundário, o que favorecia os filhos da elite.

A Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, teve como diferencial a criação, pelo menos em lei, de um Sistema Nacional de Educação, além de ter criado o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo para assessorar o Ministério da Educação. O texto da Reforma determinou que o ensino secundário ficasse organizado em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois anos. Dessa forma, o ensino secundário compreendia a escolarização imediatamente posterior aos quatro anos do ensino primário e tinha caráter altamente seletivo (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 158).

As instruções editadas pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública também procuraram agradar as alas conservadoras ligadas aos católicos. É importante salientar que houve avanços, como o acolhimento da reivindicação do Manifesto da Escola Nova que tratava da criação das universidades. Essas instituições deveriam receber os alunos que mais se destacassem e tivessem estudado em escolas dos sete aos quinze anos (BITTAR; BITTAR, 2012).

Os primeiros quinze anos em que Getúlio Vargas esteve à frente da Presidência da República foram marcados pela efervescência política. Os pensamentos sobre o que era melhor para o país iam de encontro às ideologias presentes no mundo nas décadas de 1930 e 1940, marcadas pelo surgimento de regimes ditatoriais, fascistas e totalitários. O próprio período denominado de Estado Novo (1937-1945) entra nesse rol, por se tratar de uma ditadura totalitária de cunho fascista.

Assim, a Reforma Francisco Campos não seria a única apresentada durante o período varguista. Entre 1942 e 1946 foram editadas as chamadas Leis Orgânicas do Ensino. Elas ficaram conhecidas como Reforma Capanema, nome do ministro da Educação e Saúde na época. A reforma estabeleceu o ensino técnico profissional, manteve o ensino secundário elitista e estabeleceu um sistema paralelo de instrução: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) (BITTAR; BITTAR, 2012).

Sobre a Reforma Capanema, Aranha (2006) diz que ela instituiu modificações, como a criação do ensino supletivo para reduzir o analfabetismo; estimulou o planejamento escolar e a previsão de recursos para a implantação da reforma. Contudo, Aranha (2006) salienta que havia muitas dificuldades para a implantação da lei, com destaque para o quadro docente. “Basta ver que, apesar da expansão das escolas normais, continuava alto o número de professores leigos, não formados, e tal índice aumentou de 1940 em diante”, explica Aranha (2006, p. 307).

Quanto a reestruturação do ensino, Aranha (2006) destacou o secundário, que passou a ser dividido em quatro anos do chamado ginásio e três do colegial. Este último estava dividido em curso clássico e científico.

Em pleno processo de industrialização do país, persistia a escola acadêmica. Os cursos mantidos pelo sistema oficial não acompanhavam o ritmo do desenvolvimento tecnológico da indústria em expansão. As escolas oficiais eram mais procuradas pelas camadas médias desejosas de ascensão social e que, por isso mesmo, preferiam os “cursos de formação”, desprezando os profissionalizantes. Acrescente-se o fato de continuarem existindo os exames

e provas, que tornavam o ensino cada vez mais seletivo e, portanto, antidemocrático (ARANHA, 2018, p. 308).

Percebe-se quanto às reformas educacionais implantadas no Brasil até o fim da Era Vargas que elas propunham avanços, mas mantinham privilégios que favoreciam as classes financeiras dominantes. Não havia, dessa forma, uma democratização de fato das oportunidades de ensino. O ensino buscado pelos setores conservadores da sociedade era aquele voltado para a formação clássica, em desfavor da industrialização que avançava no país. As leis dificilmente saíam do papel.

Sobre a Reforma Capanema é importante dizer que ela foi mantida em vigor até o estabelecimento da Lei nº 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 1961. A nova constituição brasileira de 1946 previa a elaboração da LDB, no entanto, esta permaneceu em debate no Congresso Nacional por quinze anos sendo aprovada e sancionada apenas no ano de 1961.

2.2 A educação no Piauí

A educação no Piauí, assim como tantos outros aspectos, nasceu sob muita dificuldade. A implantação de um sistema de ensino no Estado foi lenta. Esse fato pode ser percebido desde o Brasil Colônia, a partir do desinteresse da coroa portuguesa de criar escolas ou mesmo disciplinas isoladas para instruir as pessoas que viviam na Capitania de São José do Piauí. Nesse aspecto também se destaca que a Ordem dos Padres Jesuítas, que fundaram escolas no Brasil no período em que aqui estiveram, não manifestou o mesmo interesse quanto ao Piauí.

A respeito dos jesuítas, deve-se destacar que a permanência deles na Capitania de São José do Piauí foi curta. A partir da fundação da capitania, em 1718, e da nomeação do primeiro presidente, João Pereira Caldas, em 1759, os sacerdotes da já citada ordem tiveram pouco tempo nesta parte do Brasil colonial, pois o primeiro ministro de Portugal, o Marques de Pombal, os expulsou da colônia no ano de 1759. Esse aspecto contribuiu para a limitada atuação dos jesuítas no Piauí.

Alves (2012) atribui alguns pontos para a falta de interesse da coroa portuguesa para instalar um sistema de ensino no Piauí, a exemplo do processo de colonização da região que se deu do interior para o litoral, além do fato de a economia ser predominantemente baseada na agropecuária, o que não exigiria a formação de uma mão-de-obra letrada. Outro aspecto citado

por Alves (2012) é a inexistência de recursos financeiros para a educação dos colonos que viviam no Piauí.

Alves (2012) salienta que a Junta Governamental que regia o Piauí nos últimos anos do Brasil Colônia chegou a solicitar a instalação de escolas na capitania dada a situação de ignorância dos seus habitantes, contudo, o pedido não foi atendido. Nenhuma escola foi implantada na Capitania pela Coroa Portuguesa.

Nessa mesma linha, Carvalho, Ferro e Reis (2017) informam que em 1803 já havia um requerimento do Padre Matias de Lima Taveira solicitando a sua indicação para ocupar a cadeira de Latim na capital Oeiras. O pedido não foi respondido dada a inexistência da cadeira pleiteada por ele. Logo, para as famílias abastadas que desejavam ver os seus filhos instruídos, restava se desprender de recursos financeiros e enviá-los para estudar nas capitanias onde houvesse maior disponibilidade de possibilidades educacionais. A Europa também era uma opção.

O costume de enviar os filhos para estudar nos lugares mais desenvolvidos, especialmente os primogênitos do gênero masculino, se manteve constante na história do Piauí Colônia, Império e República. Uma vez que as possibilidades de instrução eram muito limitadas, com a abertura e fechamento de escolas, tornando o ensino inconstante, as famílias mais abastadas faziam uso das possibilidades que o dinheiro lhes permitia.

Segundo Carvalho, Ferro e Reis (2017), no ano de 1818 o rei de Portugal determinou a criação da cadeira de Latim na capital da Capitania do Piauí, que à época ficava sediada em Oeiras. Mas até 1821 ela não havia sido ocupada tendo em vista a ausência de mão-de-obra qualificada para exercer a função de professor. Os candidatos que se apresentavam não dispunham do devido preparo para o exercício do magistério. Conforme Carvalho, Ferro e Reis (2017), apenas em 1822 o professor baiano José Lobo Fróis prestou concurso e teve a sua nomeação interina assinada pela Junta Governamental.

O processo de estabelecimento de escolas ou mesmo cátedras isoladas no Piauí não encontrou respaldo por parte da Coroa Portuguesa, que parecia não ver necessidade da instrução das pessoas que viviam na capitania. É bem verdade que a instrução dos colonos não estava na ordem do dia dos portugueses, uma vez que a educação do povo poderia representar o desejo da independência política. Se nem o ensino primário e o secundário encontraram respaldo no Brasil, o mesmo pode ser dito quanto às universidades. Nenhuma delas foi fundada pelos portugueses na sua maior colônia.

Com a adesão da capitania do Piauí ao processo de emancipação da colônia, em 24 de janeiro de 1823, a prioridade passou a ser a luta política. A educação foi deixada de lado até que se definisse o assunto mais urgente do momento, a independência do Brasil.

Apenas após o processo de independência foram criadas efetivamente as primeiras cadeiras educacionais no Piauí. O processo de estabelecimento do sistema de ensino sempre se mostrou extremamente lento nesta parte do Brasil, com avanços e recuos constantes. Carvalho, Ferro e Reis (2017) informam que em 18 de julho de 1829 foram criadas pelo presidente da Província do Piauí, João Guimarães Rosa e Silva, as cadeiras de latim, em Oeiras, e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior.

Em 1832 foram criadas em Oeiras as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geografia e Francês, mas elas não foram preenchidas tendo em vista a desistência dos pretendentes em ocupá-las (CARVALHO; FERRO; REIS, 2017).

Embora o sistema de ensino no Brasil Império fosse dividido em primário, secundário e superior, este permaneceu desorganizado ao longo dos reinados de Dom Pedro I e Dom Pedro II. No Piauí, ainda durante o período colonial, as primeiras letras também eram ensinadas em casa, contando com os serviços de professores itinerantes. De tal forma, o ensino que vigorou na capitania e depois província não diferia do restante do Brasil, ressaltando-se o fato de ser ainda mais atrasado.

Em se tratando do ensino secundário, apenas em 1845 o Piauí veria a sua primeira escola:

O Liceu Provincial foi a primeira instituição pública de ensino secundário a existir de fato no Piauí. Criado pela Lei 198, sancionada pelo presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcelos (1845-1847), em 4 de outubro de 1845, essa instituição teve sua história marcada por dois momentos distintos: o primeiro momento correspondeu aos sete anos iniciais de sua existência, partindo de 1845, ano de sua criação, em Oeiras, na época, a capital da Província do Piauí, até 1852, ano em que o mesmo foi transferido para Teresina por ocasião da mudança da capital para essa cidade; o segundo momento corresponde ao período em que essa escola passou a funcionar na nova capital, após 1852 e estendendo-se até os dias atuais encontrando-se ainda em pleno funcionamento (CARVALHO; FERRO; REIS, 2017, p. 358).

A existência do Liceu Provincial, como a própria educação piauiense, não foi regular. Marcado por fechamentos e aberturas ao longo do período imperial. Essa escola foi instituída na capital Oeiras, mas sem uma sede própria. As aulas eram ministradas nas residências dos professores. Ainda chegou-se a alugar uma casa para receber o alunado, contudo, antes que se conseguisse impor uma regularidade no funcionamento do Liceu, este foi transferido para a

nova capital do Piauí, Teresina, em 1852, pelo presidente da província Conselheiro Antônio José Saraiva.

Carvalho, Ferro e Reis (2017) relatam que o Liceu, na nova capital do Piauí, Teresina, teve o seu funcionamento inicial semelhante ao estabelecimento em Oeiras. Não possuía sede própria e as aulas eram ministradas nas casas dos professores. Em 1853, as aulas foram paralisadas e retomadas no ano seguinte. Dada a baixa frequência, a escola foi fechada mais uma vez em 1861 pelo presidente da província, Antônio de Brito de Sousa Gaioso. A escola foi reaberta em 1867. A inconstância quanto ao funcionamento do Liceu se manteve até o fim do império, em 1889.

O precário funcionamento da educação primária e secundária no Piauí do século XIX só revela o descaso dos poderes públicos quanto a necessidade de instruir a população. Parecia não haver o interesse na destinação de recursos para o funcionamento das escolas, o que fazia com que poucas pessoas tivessem acesso a educação, tornando a possibilidade de estudar um sinal de distinção social. Durante muito tempo, o acesso a educação no Piauí foi visto como algo destinado apenas às elites mais abastadas da sociedade.

Cabe destacar o quadro docente do Liceu Provincial. Queiroz (2008, p. 17) informa que na década de 1880 os professores eram em sua maioria homens com formações valorizadas pela sociedade: bacharéis em Direito, farmacêuticos, médicos, engenheiros. Militares e jornalistas, por serem homens letrados, também exerciam o magistério no Liceu. Tal variedade de formação dos homens que exerciam o cargo de professor também evidencia que a grade curricular era ampla.

Nos anos finais do Império e nas primeiras décadas do Brasil republicano, o Liceu esteve à mercê das constantes reformas educacionais.

Nas décadas seguintes, mais precisamente de 1890 a 1925, pode-se afirmar que o funcionamento do Liceu esteve à mercê de todas as experiências por que passou o ensino secundário no país. Nesse período, as reformas eram tão frequentes que algumas nem chegavam a ser implementadas e já eram substituídas (QUEIROZ, 2008, p. 18).

Algumas reformas educacionais eram anunciadas, mas antes que houvesse a sua implantação efetiva, outra reforma invalidando a anterior era editada. Para alguns analistas da educação, cujos nomes não são mencionados pela autora, esses aperfeiçoamentos no ensino foram a causa da decadência da escola.

É importante mencionar a separação que havia na instrução oferecida aos homens e às mulheres no século XIX. Segundo Andrade e Branco (2012), a educação oferecida na Província

do Piauí refletia a sociedade patriarcal da época, quando as filhas das classes abastadas recebiam instrução que lhes preparassem para exercer o papel de donas de casa. Aos filhos da elite, eram oferecidos os conhecimentos para que prosseguissem nos estudos, ingressassem nas universidades e viessem exercer cargos políticos e administrativos.

Andrade e Branco (2012) destacam ainda que a limitada educação ofertada para as meninas era pensada no fato de que a elas caberia a educação inicial dos filhos. Essa prática era comum desde o Brasil Colônia e teve continuidade no Império e na República. É a partir da educação inicial ministrada em casa que as mulheres, após receberem a formação através da Escola Normal Oficial, vão ocupar os espaços no ensino primário.

É importante frisar ainda que foi este o campo de atuação maior da mulher na educação, pois houve com a Escola Normal, “criada pela Resolução Provincial n. 563, de 5 de agosto de 1864, na gestão do presidente Franklin Américo de Menezes Dória”, uma paulatina substituição do gênero masculino, no magistério primário, pelo feminino. Aliás, isto se deu em muitas províncias do Império por motivos vários desde a opinião defendida por muitos de que o magistério primário era uma extensão da maternidade até a questão salarial, tendo em vista que os salários pagos às professoras eram mais baixos do que os recebidos pelos professores (ANDRADE; BRANCO, 2012, p. 04).

Desde então, a desvalorização do trabalho do professor, já se constituía um grave problema no país. Ao mesmo tempo em que este se faz imprescindível para a formação acadêmica de qualquer profissional, os baixos salários se tornaram um problema constante, inviabilizando a possibilidade de sobreviver com os ganhos do magistério. Quanto ao funcionamento da Escola Normal Oficial, criada pela Resolução Provincial nº 563, de 05 de agosto de 1864, Branco e Andrade (2012) relatam que seria inconstante e repleta de dificuldades, assemelhando-se ao Liceu Provincial.

Após a sua abertura em 1864 no Piauí, a Escola Normal Oficial funcionou por poucos anos, tendo as atividades encerradas em 1867. A partir de então o colégio viveria mais duas fases de funcionamento no Piauí oitocentista. Após a sua abertura, em 1864, a Escola Normal teria as suas atividades encerradas e reabertas indefinidamente. De funcionamento misto, atendendo os estudantes do sexo masculino e do sexo feminino, a escola foi extinta em 1867.

Em 1871, a Escola foi restaurada e deveria ter seu funcionamento anexado ao Liceu, alterada pelo Regulamento n. 80, de 20 de outubro de 1878. O curso foi então dividido em três anos, com três cadeiras para o sexo masculino. Em 1882 houve uma terceira tentativa da Escola Normal no Piauí, durante o governo de Manuel Idelfonso de Sousa Lima, incentivada pelo governo imperial, através do Decreto n. 7.274, de 19 de abril, posta em prática no mandato de Miguel Joaquim de Almeida Castro. Esta foi novamente extinta

em 1888 pela Resolução Provincial n. 1197, de 10 de outubro, no governo de Raimundo José Vieira da Silva (ANDRADE; BRANCO, 2012, p. 05-06).

A descontinuidade da Escola Normal Oficial, imprescindível para a formação de professores que viriam a ministrar aulas nas séries iniciais, só mostra o descaso do governo provincial para com a educação. Ela não era uma prioridade. A formação de professores devidamente capacitados seria imprescindível para a educação da população da província. Tal fato contribuía para manter a grande maioria da população piauiense em situação de ignorância.

O ano de 1888 marcou o encerramento em definitivo do funcionamento da Escola Normal no Piauí durante o século XIX. A reabertura de um modelo de Escola Normal se deu em 1908, durante o Brasil republicano. Andrade e Branco (2012) informam que foi por meio da Sociedade Auxiliadora da Instrução que houve a instituição da Escola Normal Livre.

A chamada Escola Normal Oficial Livre teve vida curta, pois funcionou por apenas dois anos. Segundo Queiroz (2008, p. 33), ela ofertava “19 cadeiras, distribuídas em quatro anos. Os professores ministravam aulas gratuitamente”.

Queiroz (2008) informa que a Escola Normal Oficial foi reinstituída em 1910, adotando o programa educacional da Escola Normal Livre, havendo a extinção desta última e a ampliação da duração do curso de três para quatro anos.

A Lei nº 642, de 17 de julho de 1911, alterou a duração do curso para quatro anos. O currículo em vigor era muito amplo e, além de cadeiras tradicionais como as de português; Francês. Geografia; Aritmética; História; Desenho; Música; Trabalhos Manuais; Educação Moral e Cívica; e Pedagogia, incluía outras como Física e Química e Meteorologia; História Natural; Mineralogia e Geologia; Economia Rural e Higiene; Horticultura; Jardinagem; e Economia Doméstica; além de Licenciatura (QUEIROZ, 2008, p. 34).

A citação a partir de Queiroz (2008) mostra uma educação cientificista, que passou por modificações nos anos seguintes. A grande disponibilização de disciplinas entendidas como exatas, onde se preza pela realização de cálculos, pode ser compreendida como a influência dos novos tempos com a Proclamação da República. Os militares que encabeçaram o movimento de 1889 eram positivistas e estavam em consonância com a valorização dada às ciências naturais.

Quanto aos prédios escolares, o Piauí chegou ao final do século XIX sem nenhum imóvel próprio para sediar as instituições de ensino, estes foram construídos apenas no século XX. Após a Proclamação da República e a retomada da educação como tema central dos debates públicos entre políticos e setores da sociedade civil, aconteceram as primeiras modificações do

ensino oferecido no Estado. Segundo Martins (2014), a modernização escolar passa a ser discurso presente no Piauí na década de 1910, percebendo-se a necessidade de modificações significativas na formação intelectual dos professores.

Martins (2014) salienta que nas duas primeiras décadas do século XX foram adotadas medidas para modernizar a educação no Estado, que iam desde a adaptação dos prédios para melhor atender as necessidades dos alunos e professores, até a organização das escolas, as mudanças na pedagogia oferecida pelos professores e nos currículos a serem ofertados aos estudantes. As mudanças e novas formas de pensar a educação buscando a sua modernização, conforme Martins (2014), partem de Teresina, capital do Estado. Entende-se que a maior cidade piauiense, sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário, deveria encabeçar as mudanças a serem aplicadas posteriormente nos demais municípios do Piauí.

A educação piauiense se mostra extremamente ligada ao que acontecia em Teresina. Por ser a cidade mais populosa, é compreensível que a capital tenha recebido os primeiros sopros de modernização da educação e tenha procurado, gradualmente, implementá-los. A caminhada do ensino público no Piauí se mostrou lenta, mas é na República que alguns passos importantes foram dados.

Conforme Ferro (1996), a situação do ensino no Piauí nos primeiros anos do século XX era precária, atestado por mensagem do governador Arlindo Nogueira na Assembleia Legislativa. O mandatário qualificava a instrução pública como em completa decadência. Diante do cenário desolador das escolas públicas, o ensino privado progredia desde o final do século XIX. As primeiras letras eram ofertadas em casas e muitas famílias abastadas se reuniam para contratar professores particulares e instruir os seus filhos (FERRO, 1996).

Contava como empecilho ao desenvolvimento do ensino público no Piauí a interferência política na indicação de professores, muitos dos quais não possuíam o devido preparo para instruir os estudantes nem nas primeiras letras. De acordo com Ferro (1996, p. 89), “a influência política na contratação de professores na rede pública acontecia rotineiramente. A indicação era feita por uma pessoa de prestígio ou poder político, sem levar em conta a aptidão, o preparo ou a capacidade para o exercício da profissão”.

A despeito das inúmeras dificuldades, Ferro (1996) informa que o Estado vivia no início do período republicano uma “efervescência instrutiva”. A capital Teresina contava com o trabalho de professores profissionais, havendo uma diferença no ensino oferecido no interior do Piauí. Este continuava sob forte influência dos sacerdotes da Igreja Católica, uma vez que muitos padres exerciam o magistério. Esse fato se dava porque os sacerdotes tinham formação acadêmica.

Em 1910, o governador Antonino Freire liderou uma reforma na instrução piauiense, através da Lei n. 548, considerada significativa, pois a instituição da Escola Normal Oficial durante o Piauí Republicano foi uma consequência direta da ação do governador. Priorizava-se, a partir de então, a formação dos professores como forma de ampliar a educação da população do Estado (FERRO, 1996). A volta do funcionamento da Escola Normal foi significativa e funcionaria sem mais interrupções. Um marco para essa época foi a construção do prédio que lhe serviria como sede.

O prédio em questão teve seu projeto realizado em 1919 e iniciada a construção em 1920. Em 1924, as solenidades de transmissão do governo estadual já foram realizadas em suas dependências. Hoje é conhecido como Palácio da Cidade e sedia a Prefeitura Municipal de Teresina (FERRO, 1996, p. 98).

Mesmo com a “efervescência instrutiva”, a qual se refere Ferro (1996), para a Escola Normal Oficial, no ano de 1919, o magistério permanecia sendo desvalorizado no Piauí. Divulgava-se no início do século XX a ideia de que o exercício do trabalho do professor era um sacerdócio, o que justificava, para a sociedade da época, os baixos salários. Somando-se a isso havia o impedimento para as professoras de contrair o matrimônio, caso quisessem manter o emprego. Se uma professora se casasse, ela era exonerada do cargo que exercia. Ferro (1996) aponta que essa limitação na vida pessoal das professoras era apresentada no Estatuto da Instrução Pública, mais especificamente entre os artigos 22 e 23.

Quanto ao ensino ofertado na Escola Normal Oficial, este passou a ter uma duração de três anos, oferecendo disciplinas como Português, Francês, Geografia, trabalhos em agulha, História Universal e do Brasil, desenho, música, literatura, noções de física. Decretos posteriores alteraram a funcionamento da escola, como o de n. 771, de 06 de dezembro de 1921, e a Lei n. 1.027, de 1922. Eles ampliaram a duração do curso para quatro anos com a introdução de disciplinas pedagógicas.

Sobre a Reforma Educacional de 1910 é importante destacar alguns pontos, conforme levantados por Silva (2014). Com essa nova lei sobre a educação, encerra-se o período da estruturação passando-se para a consolidação do sistema público de ensino. Determinou-se alguns pontos importantes sobre o ensino oferecido pelo Estado: “aulas gratuitas; leigas; dividido em: primário, normal e profissional” (SILVA, 2014, p. 783).

Se tratando do Liceu Piauiense, a sua regulamentação se deu 03 de dezembro de 1898, conforme Ferro (2016). Foram estabelecidos os cursos Propedêutico e o Humanista ou Clássico. Em 1916, ele foi equiparado ao Ginásio Nacional (hoje colégio Pedro II), passando pela

adaptação necessária de acordo com as reformas que haviam sido implementadas até aquele momento.

A partir da Primeira República, o Liceu não sofreu mais interrupção na continuidade de suas atividades, garantindo assim o ensino secundário no Piauí. Entre os anos de 1935 e 1936, o colégio foi transferido para o antigo prédio localizado no antigo Paço da Nação (atual Praça Landri Sales). O edifício projetado por Luís Mendes Ribeiro Gonçalves teve a sua construção iniciada no governo Landri Sales e foi concluído na administração de Leonidas e Melo (FERRO, 1996, p. 112).

Ao final da Primeira República, Ferro (1996) informa que o sistema de ensino no Piauí estava dividido da seguinte forma: 20 grupos escolares e 82 escolas isoladas, enquanto isso haviam 57 professoras normalistas para o ensino primário. Já o ensino secundário era ministrado: “no Liceu Piauiense, no Colégio Diocesano São Francisco de Sales, no Ginásio Parnaibano, no Ginásio Municipal de Floriano, no Instituto Coelho Rodrigues e em alguns poucos estabelecimentos ou escolas particulares” (FERRO, 1996, p. 112).

As oportunidades ainda se mostravam escassas para a população, basta notar a pequena quantidade de escolas secundárias no Estado. Destaca-se que nesse momento a cidade de Picos ainda não apresentava essa modalidade de ensino, a qual só foi instalada em 1950 com o Ginásio Estadual Picoense.

A cultura escolar no Piauí, nessa primeira fase da República, mostra um ensino propedêutico e pouca valorização da formação seriada. Os pais preferiam matricular os filhos em disciplinas isoladas. Destaca-se também que a atuação dos professores em sala de aula mostrava um cunho autoritário, punindo rigorosamente os alunos com castigos físicos e até perseguindo aqueles considerados mais rebeldes através da aplicação de notas abaixo do índice de aprovação.

Uma vez que os debates sobre a educação prosseguiram no âmbito nacional na década de 1930, como as ideias em torno da Escola Nova, os políticos piauienses também tratavam de se adaptar. Segundo Silva (2014), o Governo do Estado alegava falta de recursos para expandir o ensino e exigia dos municípios a contrapartida para a instalação de escolas. Dois decretos são importantes nessa tentativa de difundir o ensino público, o de n. 1.438, de 31 de janeiro de 1933, que tratava sobre a instrução do ensino no Piauí, tanto no primário quanto no secundário, e o de n. 1512, de 1934, que determinava a criação de cinquenta escolas primárias no Estado.

Sobre as escolas primárias, Silva (2014) descreve que o governo estabelecia a estrutura de fundamentais: escolas singulares (instaladas em localidades com mais de 30 crianças);

nucleares (lotadas em comunidades com mínimo de 20 alunos); agrupadas (onde fossem verificadas três escolas singulares) e os grupos escolares (180 crianças em idade escolar).

Quanto ao ensino secundário, Araújo (2021) salienta que este passou por uma expansão no Piauí do período que abrange as décadas 1940 e 1960. Até o início dos anos 1950, o governo do Estado mantinha quatro estabelecimentos gratuitos com os seus recursos:

Além do Colégio Estadual do Piauí e da Escola Normal ‘Antonino Freire’, ambos em Teresina, havia o Colégio ‘Lima Rebelo’, antigo Ginásio Parnaibano (oficializado em 1959) e a Escola Normal ‘Francisco Correia’, anteriormente Escola Normal de Parnaíba. A ampliação dos ginásios se deu no ano 1950, por diferentes iniciativas, nas quais as escolas do Estado foi uma delas (ARAÚJO, 2021, 212).

Dentre as escolas inauguradas pelo Governo do Estado em parceria com o município nesse período de 1940 a 1960, está o Ginásio Picoense Estadual.

2.3 Panorama Educacional de Picos

2.3.1 Picos: cenário, política e economia

Picos, elevada à categoria de cidade pela Resolução n. 33, de 12 de dezembro de 1890, portanto já com o advento da República no Brasil, era o reflexo político, econômico, social e educacional do Piauí de então, agrícola, com alta taxa de analfabetismo (característica do país como um todo), sem estradas de ferro. A cidade ficava distante da capital Teresina, cuja locomoção se dava apenas por terra, porque ela estava sediada no centro-sul do Estado, ou seja, afastada do rio Parnaíba, principal forma de transporte e comunicação entre os poucos municípios existentes no início do século XX.

A população piauiense soube da Proclamação da República apenas no dia 16 de novembro, através de mensagem enviada por meio do telégrafo. E, a exemplo de cariocas e paulistas, não se rebelou contra a nova ordem recém-instituída, aceitando-a de imediato (FERRO, 1996). A própria localização do Estado não permitiria uma resistência efetiva em favor do imperador deposto. As elites regionais, assim como as nacionais, adaptaram-se ao novo regime.

Quanto ao cenário de Picos, Duarte (1995) faz uma descrição específica da cidade no início da década de 1950, como uma urbe verde graças ao rio Guaribas.

A Picos do final da década de 1940 e do início dos anos 50 era um pequeno núcleo urbano harmoniosamente integrado ao meio rural. Havia uma convivência estreita, íntima mesmo, entre o aglomerado urbano e meio ambiente em torno. Até meados da década de 50, mesmo nos meses secos, Picos era cercada de verde, graças à existência de um cinturão de umidade que a envolvia quase que totalmente. Além do rio Guaribas, que até então era perene, com água correndo durante todo o ano, havia uma outra faixa úmida que se estendia entre o leito do rio e os limites urbanos da cidade (DUARTE, 1995, p. 19).

A imagem da cidade (ver Figura 01 e Figura 02) descrita pelo memorialista é extremamente bucólica, caracterizada pela predominância do rio Guaribas e sua importância para a população local. Além de fonte de água para afazeres diários, também servia à prática do lazer e também para a econômica, com as plantações diversas ao longo das suas margens. Antes da conclusão da construção da barragem de Bocaina, em 1986, o rio era caudaloso e seria extremamente útil aos habitantes.



Figura 01: Picos na primeira metade do século XX
Fonte: Cristino Varão

Quanto a política picoense, esta se estruturou de forma semelhante ao verificado no Piauí, quando do fim do Estado Novo em 1945. Três partidos disputaram a vida pública local: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os dois primeiros partidos citados foram rivais na política local, elegendo a maioria dos representantes públicos. Contudo, a filiação dos prefeitos que administraram a cidade entre 1946 e 1964 mostra a primazia da UDN na preferência do eleitorado, de acordo com Albano e Silva (2011).

Ao longo da breve experiência democrática brasileira entre a ditadura de Vargas e a ditadura militar, nove nomes passaram pela prefeitura de Picos, com destaque para a única mulher a exercer esse cargo: Maria do Socorro Marcílio Portela (ALBANO; SILVA, 2011). Ela permaneceu à frente da prefeitura por apenas um mês. Sua principal missão foi fazer a transferência do cargo de prefeita para o candidato eleito em 1948, Celso Eulálio (ALBANO; SILVA, 2011).

Primeira eleição municipal após o Estado Novo. Candidataram-se ao Executivo Picoense: Celso Eulálio, pela UDN e Dr. João de Moura Santos, pelo PSD. Finda a apuração dos votos, os candidatos da UDN a prefeito e vice-prefeito, Celso Eulálio e João de Deus Filho foram eleitos com expressiva maioria. Na noite do mesmo dia, quando os udenistas se preparavam para comemorar a vitória, o prefeito interino Abílio Coelho é baleado gravemente, vindo a falecer cinco dias depois (ALBANO; SILVA, 2011, p. 51).

A intercorrência verificada com a morte do prefeito interino Abílio Coelho, em 1948, revela o estado de ânimo dos caciques políticos locais nas disputas eleitorais seguintes. A vitória de Celso Eulálio, pela UDN, em 1948, mostrava a primazia que este partido teria na vida pública local. Em seu último mandato como prefeito, entre 1946 e 1947, o coronel Francisco de Sousa Santos (PSD) deu ao seu partido a única oportunidade de gerir os destinos da cidade. Ele e Justino Rodrigues da Luz foram os nomes que por mais vezes ocuparam o cargo de prefeito de Picos.



Figura 02: Rua Grande, atual Av. Getúlio Vargas
Foto: Cristino Varão

Localizado no Centro-Sul do Piauí, Picos também desfrutou da riqueza proporcionada pela cera de carnaúba e da borracha da maniçoba. Eram verificadas na cidade empresas exportadoras² que trabalhavam com esses dois produtos. Assim como o restante do Estado, Picos também viu o declínio das exportações a partir dos anos 1930 (DUARTE, 1995). Esse ciclo econômico baseado no extrativismo vegetal caracteriza bem a ausência de grandes empreendimentos no Piauí.

Com o declínio das exportações a partir dos anos 1930, a produção agrícola de subsistência se tornou uma das principais fontes de renda para a população.

A organização da produção, a geração e a apropriação do excedente econômico reproduziam os mesmos mecanismos identificados em outras partes do interior nordestino. O elo inicial – e o mais frágil daquela cadeia era representado pelos pequenos proprietários rurais e pelos trabalhadores sem terra que, como moradores ou parceiros, cultivavam as terras de fazendeiros ausentes. Na maioria das propriedades a exploração da terra era feita através de uma combinação de agricultura de subsistência – essencialmente, milho, mandioca e arroz – com outras culturas comerciais – algodão, alho, cebola, especialmente – e com a pecuária, predominando o criatório de bovinos, caprinos e ovinos (DUARTE, 1995, p. 44).

Duarte (1995) também frisa que o comércio era outra forma encontrada pela população picoense para sobreviver, destacando-se que a cidade se originou, no final do século XVIII, de um entreposto comercial.

Em meados do século XX os picoenses se mostravam tradicionalistas, católicos, religiosos, tendo nos festejos dos santos um dos seus principais passatempos. Em uma época em que a violência urbana era mínima, era comum que as pessoas se sentassem nas calçadas para conversar. Nesse momento histórico da cidade, a quase totalidade da população era conhecida, pois eram filhos de famílias tradicionais. O grande *boom* populacional se deu quando da instalação do 3º Batalhão de Engenharia e Construção (3º BEC), fato verificado apenas em 1971. Quando da vinda dessa unidade militar para a cidade, inúmeras pessoas de outros Estados também se deslocariam para cá, onde fincariam raízes.

2.3.2 A educação picoense

² Não foram encontradas até o momento o nome das empresas que atuavam em Picos.

Em Picos, na primeira metade do século XX, predominavam nomes políticos que detinham o título de coronel. O mais conhecido deles era o coronel Francisco Santos, que na atualidade empresta o seu nome a um município da região³. Como homem de propriedades e riquezas, ele exerceu o cargo de prefeito de Picos em cinco ocasiões: 1918-1920, 1920-1924, 1924-1928, 1937-1938 e 1946-1947 (ALBANO; SILVA, 2011), deixando ainda como legado a continuidade dos seus descendentes na política até os dias atuais. Nomes que se reelegem indefinidamente para cargos públicos como se estes lhes pertencessem.

Quando do segundo mandato do coronel Francisco Santos à frente da prefeitura, entre 1920-1924, Picos conheceu a sua primeira escola pública estadual: o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, fundado em parceria com o Governo do Estado e inaugurado em 15 de fevereiro de 1928 (SOUSA, 2005).

Antes da implantação dessa primeira escola, a educação oferecida à população local se dava da mesma forma que em todo o Piauí, com a oferta do ensino por mestres que se embrenhavam pelo sertão (FERRO, 1996). Eles eram contratados pelas famílias abastadas para lecionar as primeiras letras aos seus filhos. Em Picos, essa realidade sofreria uma pequena modificação com a chegada da primeira normalista, em 1886. A cidade ainda era uma vila quando da chegada da primeira professora formada na Escola Normal Oficial do Piauí: “Era Dona Ana Clara de Lima Castro esposa de Joaquim das Chagas Leitão” (SOUSA, 2005, p. 22).

Com a chegada das normalistas aos municípios do interior piauiense, as famílias foram confiando gradualmente a essas professoras o ensino primário dos seus filhos. Com isso, os mestres que viajam pelo sertão piauiense começaram a sair de cena. Saliente-se a influência política quando da nomeação das professoras para as escolas públicas, conforme verificado pelo Piauí. Entre o final do Império e início da República, muitos professores se tratavam de pessoas que mal sabiam ler e pouco conheciam de matemática (FERRO, 1996).

Ante a falta de capacidade de pessoas que se propunham a lecionar, entende-se o valor dado pela sociedade às professoras formadas em uma Escola Normal Oficial. A distribuição destas escolas pelo território nacional se deu de forma lenta ao longo do século XIX, contudo foi marcante para as cidades que as sediavam (ARANHA, 2006).

A Escola Normal Oficial, fundada em 1835, se manteve como a principal forma de preparação para o exercício da atividade do magistério no Brasil até a segunda metade do século XX, segundo Ribeiro (1994). Ainda de acordo com a autora, “as Escolas Normais, que até o final do império chegavam a uma dezena, foram multiplicadas rapidamente no Período

³ O nome do coronel foi dado ao município de Francisco Santos, que integra a região de Picos. A emancipação política de Francisco Santos se deu em 1960 e ele fica localizado a 365 km da capital Teresina.

Republicano, chegando a 540 em 1949. Com a Reforma Capanema, além das Escolas Normais, aparecem as Escolas Regionais e os Institutos de Educação” (RIBEIRO, 1994, p. 193)

Contudo, o ensino particular se manteve presente no Piauí e em Picos. As escolas fundadas pelos professores que cobravam pelo ensino continuaram a ser uma opção para a classe abastada de então. A falta de apoio por parte dos poderes públicos para a educação local garantia a existência das escolas particulares (SOUSA, 2005). O baixo investimento na educação se manteve nas primeiras décadas do Brasil Republicano. Muito se falava sobre a importância do ensino, mas poucas eram as atitudes adotadas de fato (RIBEIRO, 1994).

Para efetuar a implantação do Grupo Escolar Coelho Rodrigues em Picos, no ano de 1929, coube ao prefeito na época, Francisco Santos, ir buscar pessoalmente em Teresina as profissionais capacitadas para o exercício do magistério.

Assim, como resultado da procura por professoras normalistas, no dia 29 de janeiro de 1929, o coronel Francisco de Sousa Santos saiu de Teresina (PI) acompanhado de três jovens normalistas (Maria das Neves Cardoso, Alda da Mata Rodrigues e Ricardina de Castro Neiva) num ford modelo 1929. Depois de uma viagem cansativa de seis dias entre ladeiras, correntezas, noites em taperas e debaixo de muita chuva, as três jovens normalistas chegam a Picos para a instalação do Grupo Escolar Coelho Rodrigues ficando hospedadas na casa do coronel Raimundo Leal, primo e amigo do coronel Francisco Santos (SOUSA, 2005, p. 29).

Inicialmente o Grupo Escolar Coelho Rodrigues não contaria com uma sede própria, esta foi inaugurada em 15 de janeiro de 1933, na Praça da Bandeira, hoje denominada de Praça Josino Ferreira. Na atualidade, o prédio do antigo grupo escolar sedia o Museu Ozildo Albano, único de Picos.

Segundo Sousa (2005), mesmo que a instalação do Grupo Escolar Coelho Rodrigues tenha se dado originalmente em um prédio alugado, ele afetou as instituições particulares da época, ainda que estas não tenham deixado de existir. O Grupo Escolar Coelho Rodrigues ficou marcado no imaginário popular e na história da educação picoense pela qualidade do seu ensino (SOUSA, 2005). Lá estudaram pessoas que posteriormente ocupariam posições de destaque em setores diferentes da sociedade picoense e piauiense.

O ensino ofertado aos estudantes era de cunho nacionalista, com disciplinas como Educação Moral e Cívica. Ainda se aplicavam os castigos corporais, os famosos “bolos” de palmatória, embora estes tivessem sido erradicados oficialmente da legislação educacional (SOUSA, 2005). Para garantir a qualidade da educação, havia o trabalho dos inspetores de

ensino, que chegavam até as escolas repentinamente e avaliavam o funcionamento da instituição bem como a aprendizagem dos estudantes.

A busca pela ampliação das oportunidades de ensino em Picos continuou pelos anos seguintes. Em 1935 foi fundada a primeira escola municipal denominada de Landri Sales, em homenagem ao governador do Piauí, natural do Ceará, que foi interventor indicado por Getúlio Vargas (SOUSA, 2005). Essa escola funcionou inicialmente em casas alugadas na Rua Grande, atual Avenida Getúlio Vargas.

Haveria a recomendação por parte do poder central, quando da implantação da ditadura do Estado Novo, da abertura de escolas, o que refletiu sobre os Estados brasileiros. Saliente-se que os governadores dos Estados eram nomeados pelo presidente Vargas, e seguiam à risca as determinações dele.

Esse acontecimento provavelmente se deu em virtude da ascensão do Estado Novo e da conseqüente subida ao poder de Adalberto de Moura Santos, que, naquele contexto, pode melhor responder aos anseios pela modernização da cidade e, de certa forma, responder às pressões do Governo estadual para que os municípios tivessem uma maior participação no campo educacional (SOUSA, 2005, p. 76).

O panorama educacional picoense permaneceu ainda muito limitado, uma vez que se verificavam apenas duas escolas públicas até o ano de 1950. O ensino privado, como já dito, foi o pioneiro na cidade, tanto através dos preceptores como das primeiras escolas fundadas por professores como Mário Martins. Mas, em 1944, foi fundada a primeira escola de caráter privado e confessional da cidade, o Colégio das Freiras (ALBANO; SILVA, 2011). Essa denominação era uma referência às suas fundadoras, as Filhas do Imaculado Coração de Maria. Posteriormente, o colégio passou a se chamar de Instituto Monsenhor Hipólito, existindo até a atualidade, ainda considerado um colégio da elite financeira local, onde estudam apenas os filhos daqueles com a possibilidade de arcar com os valores das mensalidades.

A denominação de Instituto Monsenhor Hipólito se deu em homenagem ao Monsenhor João Hipólito de Sousa Ferreira, natural de Picos e responsável pela doação do prédio onde a escola funciona. O colégio foi fundado um ano após a sua morte, ocorrida em 1943 (ALBANO; SILVA, 2011). O Monsenhor Hipólito também é uma personalidade histórica importante para a população local. Quando da sua internação por motivo de doença em Teresina, no ano de 1943, o religioso expressou o desejo da fundação do colégio que anos depois passou a carregar o seu nome.

Em 1943, encontrando-se enfermo no Hospital Getúlio Vargas, o Monsenhor João Hipólito, acompanhado do seu sobrinho, o Reverendo Paulo Libório, manifestou às Irmãs Filhas do Coração Imaculado de Maria o desejo que ambos tinham de fundar um colégio religioso na cidade de Picos, terra natal do Monsenhor. Após a sua morte, o monsenhor Paulo Libório recorreu à madre geral, Irmã Maria de Jesus e a Dom Severino Vieira de Melo, pedindo freiras para instalar a escola em Picos. O pedido foi prontamente atendido. Assim telegrafou ao povo da cidade, avisando da vinda das freiras, como também pedindo ajuda para a instalação da escola, uma vez que o prédio para funcionamento havia sido doado pelo Monsenhor Hipólito, como herança (SOUSA, 2005, p. 80).

Mesmo após a mudança do nome para Instituto Monsenhor Hipólito, em 1972, a escola ficou ainda sendo chamada por um longo tempo pelos termos referentes às suas administradoras, as freiras do Imaculado Coração de Maria. Durante anos a fio, o instituto seria conhecido principalmente por “Colégio das Irmãs”. A fundação dessa escola, juntamente com outras instituições variadas ao longo da década de 1940, dava o tom quanto ao crescimento da cidade e a necessidade da instituição de centros de ensino que ofertassem maior possibilidade de capacitação para os picoenses. Políticos, comerciantes, servidores públicos e profissionais liberais exerceriam influência quanto a isso.

2.3.3 Ginásio Estadual Picoense

A década de 1940 pode ser caracterizada pelos acontecimentos relevantes para o pequeno núcleo urbano que Picos representava naquele momento. Em 1942, foi inaugurada pelo prefeito Adalberto de Moura Santos a Praça Félix Pacheco, que permanece como referência para o município apesar das várias reformas pelas quais passou; em 15 de abril de 1944 acontece a instalação da agência do Banco do Brasil na cidade; em 06 de fevereiro de 1945, por força do Decreto-lei n. 7.343, é criado o Tiro de Guerra nº 201 no município; em 1948, a BR 020 chega até Picos (ALBANO; SILVA, 2011).

As realizações e acontecimentos verificados na década de 1940 evidenciam que aos poucos a cidade ia mudando. A década não terminaria sem a luta pela ampliação da oferta de oportunidades para que os picoenses progredissem no ensino. Em 1950 foi inaugurado o Ginásio Estadual Picoense, após árdua luta política. No início da década de 1950, o município contava com 54.713 habitantes, segundo dados do censo realizado pelo IBGE (DUARTE, 1995). Embora, segundo Duarte (1995), os habitantes do perímetro urbano fossem uma minoria, 4.568, contra os 50.145 que viviam na zona rural, não havia discordância quanto a necessidade de ampliar as ofertas de ensino.

Observa-se que dentre as realizações ou instituição de órgãos importantes no município, apenas a Praça Félix Pacheco se tratou de uma obra da administração pública picoense. Não se está acusando os sucessivos prefeitos dos anos 1940 de inoperância, apenas se convoca à reflexão a aparente ausência de atuação que tenha ficado marcada na memória da população local, bem como nos poucos livros sobre a história de Picos.

2.3.3.1 Divergências políticas e processos burocráticos

A cidade de Picos do final dos anos 1940 e início dos anos 1950 tinha no comércio e na agricultura as bases da sua economia, mas já emergiam com peso os profissionais liberais, além de servidores públicos e militares. Estes formavam uma pequena classe letrada, sequiosa de mais oportunidades de instrução para os seus filhos. Diante disso teve início a pressão política para que a cidade dispusesse de uma escola que ofertasse o ensino secundário. As escolas existentes no município garantiam os estudos apenas no que se denominava primário, sendo elas o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, a Escola Municipal Landri Sales e a Escola das Freiras.

Sousa (2019) explica que esse fato obrigava a elite local a enviar seus filhos para estudarem em outros municípios a fim de que pudessem progredir nas letras.

Foi, então, diante das circunstâncias supracitadas que grupos locais e alguns populares sentiram a necessidade da instalação de um estabelecimento de ensino secundário. Não atribuímos a ideia de criação desse tipo de estabelecimento a um único sujeito, mas a um conjunto de pessoas e fatores, pois a documentação nos mostra que a instalação de um ginásio em Picos já era debate na Assembleia Constituinte de 1947, tornando-se, inclusive, uma das determinações do texto constitucional do Estado. Talvez, tenha sido promessa de campanha dos deputados picoenses no pleito de 1947 e do próprio prefeito Celso Eulálio, nas eleições municipais de janeiro de 1948 (SOUSA, 2019, p. 68).

O estabelecimento do Ginásio Estadual Picoense foi um processo movido pelo interesse legítimo de ampliar a educação. O deslocamento dos estudantes para outros municípios piauienses ou de outros Estados, com o objetivo de dar progresso aos estudos, era algo que poucos poderiam fazer (ALMEIDA, 2012). As viagens eram longas e dispendiosas. Dentre as cidades para onde os estudantes eram enviados, Almeida (2012) lista: Floriano e Teresina, no Piauí, devido à proximidade de Picos, e também Crato no Ceará.

Saliente-se que embora menor do que Picos, Floriano já dispunha do ensino secundarista. Aquela urbe tinha como grande vantagem ao seu favor estar situada às margens do rio Parnaíba, o que facilitava a sua integração com outros centros urbanos, inclusive a capital.

Além de Floriano e Teresina, apenas Parnaíba, no norte do Piauí, dispunha do ensino secundário (SOUSA, 2005).

Ante a luta político-partidária, foi aprovada em janeiro de 1948 a lei estadual n. 90, de 20 de janeiro, que instituía uma escola secundarista no município de Picos, único ginásio criado pelo governo do Estado, no interior do Piauí, entre 1948 e 1960 (SOUSA, 2019). É importante salientar que a fundação da escola secundarista também figurava na Constituição estadual aprovada em 22 de agosto de 1947. A autorização constava no artigo n. 36 do documento.

A lei n. 90 previa recursos na ordem de “Cr\$ 115.000,00 cruzeiros para aquisição de um prédio em vias de construção (atual Picoense clube), localizado na rua do cemitério velho, esquina com a 4 de Outubro (atual Rua Abílio Coelho)” (SOUSA, 2019, p. 97).

Contudo, ante as dificuldades administrativas do governo Rocha Furtado (UDN), cujo Departamento de Ensino alegava não dispor do dinheiro para a construção do prédio escolar e sua administração, a verba não foi liberada e a escola não foi instalada de imediato. Arranjos teriam de ser realizados para que ela viesse de fato a funcionar. Mesmo que o governador pertencesse a UDN e os políticos que lutavam pela implantação da escola também, havia a discordância na administração pública estadual entre Rocha Furtado e os seus correligionários, que lhe faziam oposição.

Dentre as dificuldades políticas para que o Ginásio Estadual Picoense viesse a ser instalado na cidade, havia a disputa entre os dois principais partidos de representação local, a UDN e o PSD. Como a administração picoense era udenista desde 1947, primeiro com Justino Luz, depois Abílio Coelho, em seguida Maria do Socorro Marcílio Portela, que fez a transição para Celso Eulálio, eleito em 1948, não era de interesse dos pessedistas que o mérito pela conquista da escola ficasse com os seus adversários. Estes também faziam forte oposição ao governador Rocha Furtado na Assembleia Legislativa.

A criação de uma instituição de ensino secundário em Picos seria um feito que destacaria a administração pública local, o que atrairia muitos votos nas próximas eleições. As ações dos deputados Alberto Monteiro e João de Moura Santos, ambos do PSD, em votarem contra a criação do ginásio na Assembleia Legislativa, foi no intuito de evitar que tal acontecimento favorecesse politicamente os deputados Antenor Neiva e Hélio das Chagas Leitão, que eram correligionários da UDN. Estes eram os quatro representantes picoenses na Assembleia Legislativa (ALMEIDA, 2012, p. 21).

A luta política, por vezes, se coloca acima dos interesses da população, como pode ser percebido pela movimentação dos parlamentares. A fundação de uma instituição de ensino secundarista era boa para todos, uma vez que oferecia oportunidades e até distinção para a

cidade (ALMEIDA, 2012). Contudo, as disputas pelo poder terminavam por representar um peso maior para alguns em detrimento de outros.

Os conflitos entre os dois principais partidos políticos da cidade – UDN e PSD – e dos grupos que deles faziam parte, se davam também através da imprensa, com a existência de jornais pertencentes a apoiadores das administrações ou oposicionistas de primeira ordem. Tal fato não era uma particularidade local, mas de todo o Brasil e do Piauí. Em Picos, estava presente a participação da imprensa na luta política, com a existência de jornais que apoiavam um ou outro grupo na luta pelo poder.

Dentre os periódicos verificados em Picos na primeira metade dos anos 1950 pode ser citado o jornal *A Ordem*. Em seu expediente, localizado na segunda página, pode ser lido que ele era um órgão do Partido Social Democrático (PSD), tendo por diretor responsável o deputado Adalberto Santos. Colaboravam ainda como redator-chefe Alberto Nunes e gerente Absolon Nunes. A publicação fazia oposição a gestão udenista do município, que entre 1951 e 1955 tinha à frente o prefeito Justino Luz.

O periódico *A Ordem*, através do texto intitulado “Paralisia Administrativa”, datado de 1º de junho de 1952, acusava a administração do prefeito Justino Luz de não promover benefício em favor da população local desde o início do mandato, que se estendeu de 30 de janeiro de 1951 a 30 de janeiro de 1955. O jornal também afirmava que os políticos do PSD, que estavam na oposição, haviam alertado durante as eleições de 1950 para os problemas da gestão de Justino Luz. No texto também são feitas alegações quanto a cobrança de pesados impostos que não seriam revertidos em obras para os picoenses.

Decorridos dezesseis meses, podemos confirmar o que dissemos. Ou melhor, a vitória udenista o confirma plenamente. Nenhum serviço foi feito ou iniciado. A prefeitura se abre todos os dias para receber impostos. O povo paga tributos para se desenvolver, prosperar e enriquecer e, infelizmente, não são os tributos aplicados nesse sentido. E o povo assiste, estarrecido, à comédia democrática da UDN: governo que é do povo somente para tomar o que o povo tem e o ensinar o que o povo sabe... (PARALIZIA ADMINISTRATIVA. *A Ordem*. Picos ano I, n 2, p. 1, 1 jul. 1952).

As críticas desferidas contra a administração de Picos expõem a acidez das disputas políticas-eleitorais de então. Dentre os colaboradores do periódico já citados, Alberto Nunes teria participação constante na imprensa picoense, inclusive assinando uma coluna no jornal *Flâmula*, pertencente ao Grêmio Literário Da Costa e Silva, do Ginásio Estadual Picoense (ALMEIDA, 2012).

2.3.3.2 Inauguração

O interesse para a instalação do ensino secundário em Picos não era apenas político, mas oriundo das elites locais. A movimentação para a concretização desse intento veio também de outras pessoas de representação social. Dentre os nomes que pediam a instalação de uma escola de ensino secundarista em Picos, estavam o estudante de direito Severo Eulálio, o dentista e militar Dr. Fonseca e o juiz de direito e professor José Vidal de Freitas (SOUSA, 2019).

O juiz Vidal de Freitas (ver Figura 03) foi desde o começo um entusiasta da educação picoense, cabendo a ele o estímulo junto ao prefeito Celso Eulálio para que o Ginásio Estadual finalmente fosse instalado no município. No período em que esteve em Picos, entre 1945 e 1954, além da instalação da escola, o magistrado foi presença constante entre os estudantes estimulando a criação do Grêmio Estudantil Da Costa e Silva e do jornal *Flâmula* (SOUSA, 2019).



Figura 03: Juiz Vidal de Freitas
Foto: Tito Filho

Vencidos os trâmites políticos e burocráticos, mesmo com a negação dos recursos para a construção do prédio do ginásio, surgiam questões importantes, como o local de funcionamento da escola e quem seria o responsável por custear o seu funcionamento. Sousa (2005) esclarece que para esse fim foi criada uma comissão chefiada pelo prefeito Celso Eulálio com a finalidade de angariar recursos para a vinda do ginásio. A partir do momento em que a

instituição da escola se tornou mais próxima da realidade, no ano de 1949, não era mais possível voltar atrás com o objetivo tão aguardado pelos estudantes locais.

Essa comissão ficou sob a presidência do prefeito Celso Eulálio e tinha como objetivo arrecadar fundos para o funcionamento do Ginásio. Como se vê, o governo do Estado, representado por José da Rocha Furtado, se empenhou apenas na autorização e funcionamento regular do Ginásio, alegando falta de recursos financeiros no Departamento de Educação fato que não difere do modelo de interiorização desse nível de ensino em Parnaíba e Floriano ainda na década de 20, que resultou da ação dos governos municipais e de membros da própria comunidade (SOUSA, 2005, p. 92).

No dia 09 de março de 1949, o prefeito Celso Eulálio (ver Figura 4) levou até a Câmara Municipal o projeto de lei n. 22, propondo aos vereadores a formação de um convênio entre a prefeitura e o Governo do Estado para a instalação do ginásio. Este recebeu a definição de estadual, mas a sua administração coube ao município. O projeto foi aprovado pelos parlamentares e sancionado pelo prefeito Celso Eulálio, com a definição de Lei Municipal n. 18, de 19 de março de 1949. Com isso, a escola poderia finalmente ser inaugurada para atender os estudantes.

Em março de 1950 o Ginásio começou a funcionar provisoriamente no prédio do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, no turno da tarde. O fundador e primeiro diretor do Ginásio formou um corpo docente de bom nível, recrutado entre profissionais liberais de nível superior – advogados, dentistas, farmacêuticos – e professores de maior experiência profissionais residente na cidade. A importância que o Ginásio teve para Picos pode ser percebida através de vários ângulos. Em primeiro lugar, possibilitou que muitos jovens picoenses dessem continuidade aos seus estudos, o que do contrário não iria ocorrer, visto que a maioria deles não tinha condições financeiras para frequentar centros acadêmicos maiores. Em segundo lugar, o Ginásio trouxe uma espécie de fermento intelectual para a cidade, cujo pólo irradiador foi o Grêmio Literário Da Costa e Silva (DUARTE, 1995, p. 113).

O Ginásio Estadual Picoense começou a funcionar no prédio do Grupo Escolar Coelho Rodrigues (ver Figura 05), os estudantes secundaristas já encontraram a sede da escola em decadência, carecendo de uma reforma (ALMEIDA, 2012). Apesar das condições materiais difíceis, o importante para os picoenses é que haveria a partir de então a possibilidade de progredir nos estudos.

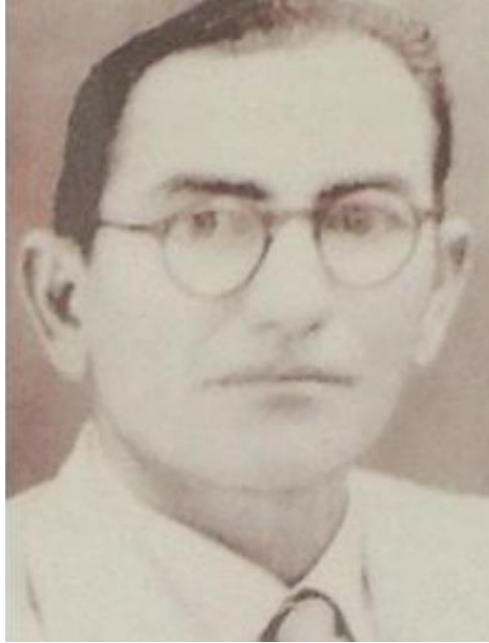


Figura 04: Prefeito Celso Eulálio
Foto: Cristino Varão

Quando da solenidade de inauguração da escola, em 09 de março de 1950, mesmo que não tenha contribuído com os recursos financeiros, o governador Rocha Furtado esteve presente declarando em sua fala que a escola não servia a interesses particulares (ALMEIDA, 2012).

Alegando crise nas finanças da administração estadual, o governador Rocha Furtado sustou a liberação dos recursos para a construção da sede da escola e também declarou a inviabilidade de enviar dinheiro regulamente para a administração desta. Portanto, o Ginásio Estadual Picoense permaneceu sob a administração do município até 1963, quando finalmente o Governo do Estado pôde assumir a responsabilidade sobre o colégio⁴.

O ginásio passou a ser administrado pelo Governo do Estado apenas no ano de 1963, durante o governo de Petrônio Portella (1963-1967), por força da Lei nº 2238, de 7 de dezembro de 1961 (SOUSA, 2019). Enquanto isso, desde a sua inauguração, a escola era estadual apenas no nome, pois os recursos para a sua manutenção eram oriundos do município. Ao passar para a esfera do Estado, a escola recebeu o nome pela qual é conhecida até a atualidade: Unidade Escolar Marcos Parente.

⁴ Até o momento nas fontes consultadas não há informação mais detalhada sobre o assunto.



Figura 05: Primeira sede do Ginásio Estadual Picoense. Atualmente, é a sede do Museu Ozildo Albano.

Foto: Arquivo do pesquisador.

Marcos Parente foi um deputado estadual do Piauí que faleceu tragicamente em 1958⁵. Conforme Sousa (2019), o deputado estadual Helvídio Nunes de Barros foi o intermediador para que a escola recebesse o nome do político morto, sob a alegação de que Marcos Parente havia lutado em favor da destinação de recursos para o Ginásio Estadual Picoense.

A partir de sua inauguração e funcionamento no ano de 1950, o Ginásio Estadual Picoense se tornou dono de uma rica cultura escolar, conforme definição de Amaral (2013), dotado de práticas e costumes característicos do interior de uma escola. Estudar no ginásio representava distinção social, uma vez que evidenciava o progresso nos estudos e a possibilidade de atingir postos mais elevados. Os alunos movimentaram a vida social picoense, conforme pode ser percebida pelos textos do jornal estudantil *Flâmula*, que será estudado detalhadamente no quarto capítulo desta dissertação.

⁵ O acidente que tirou a vida de Marcos Parente ficou conhecido como “Desastre da Cruz do Cassaco”, e aconteceu em 04 de setembro de 1958. O acidente se deu quando o veículo Mercury colidiu frontalmente com um caminhão na BR 316, km 14, trecho que fica entre Teresina e o atual município de Demerval Lobão. Além de Marcos Parente que concorria ao Senado e Demerval Lobão, que disputava o Governo do Estado, os outros três ocupantes do Mercury morreram no local. Seis trabalhadores que estavam em cima do caminhão também vieram a óbito. Fonte: DÉLIO, Rocha. Tragédia que matou Demerval Lobão e Marcos Parente completa 60 anos. Cidadeverde.com, 2018. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/281623/tragedia-que-matou-demerval-lobao-e-marcos-parente-completa-60-anos>. Acesso: 11 jun. 2022.

Essa movimentação da cultura escolar do Ginásio Estadual Picoense pode ser percebida pela existência dos dois grêmios estudantis: o Da Costa e Silva, da década de 1950, e o Helvídio Nunes, fundado em 1960. O segundo grêmio homenageava Helvídio Nunes, que estava vivo quando de sua fundação, e exercia o cargo de deputado estadual.

2.3.3.3 O exame de admissão: a vitória de uma etapa

Inaugurado o Ginásio Estadual Picoense, o ingresso dos alunos não se daria apenas mediante matrícula. Antes havia a necessidade da aprovação em um exame de admissão conforme a legislação educacional da época. A realização dessa prova despertava muita preocupação entre os candidatos.

Os exames de admissão poderiam ser realizados em duas épocas: ao final do ano, no mês de dezembro; ou no início do ano, no mês de fevereiro, como estabelecia o Decreto Lei nº 4.244, art. De 09 de abril de 1942, sobre os exames de admissão para o ensino secundário. Os alunos teriam suas matrículas efetivadas, ainda que já tivessem concluído o ensino primário, se passassem no exame de admissão. O exame possuía duas provas: uma escrita e outra oral, com tema selecionado na hora, onde o aluno responderia as perguntas e seria avaliado por uma banca examinadora composta pelos professores do Ginásio (ALMEIDA, 2012, p. 23).

Conforme o trecho acima, não surpreende que a realização do exame despertasse o temor entre os candidatos a ingressarem no ensino secundarista. Além do estigma da reprovação, a seleção mostrava certo grau de complexidade, pois além da prova escrita, exigia-se a apresentação diante de uma banca examinadora formada por professores. A legislação da época mostrava rigor quanto a testar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes no ensino primário.

A aprovação representa um sinal de distinção social, extremamente comemorada por pais e alunos, pois a partir daquele momento os estudantes já estariam em outro nível de ensino, podendo aspirar voos cada vez mais altos (SOUSA, 2005). Dada a dificuldade do teste, as famílias mais abastadas pagavam professores particulares para ensinarem os seus filhos tendo em vista o ingresso no Ginásio Estadual Picoense (ALMEIDA, 2012). Havia aí também o reflexo cultural da família, uma vez que a primeira turma de aprovados provinha da elite da cidade, onde já usufruía de forma privilegiada de uma cultura letrada.

A criação do Ginásio Estadual Picoense representava não apenas o ingresso em um novo nível da educação, o ensino secundário, mas ao mesmo tempo a possibilidade de ingressar na universidade e conquistar uma profissão por meio do diploma de nível superior.

Se a entrada no Ginásio Estadual Picoense após a aprovação no exame de admissão representava tanto um futuro que se descortinava para os estudantes, o grau de frustração para os que não conseguiam de imediato pode ser concebido como imenso. Uma vez que o resultado na prova não fosse favorável, o candidato teria de esperar até a próxima edição das provas para tentar novamente.

O exame de admissão permaneceu uma realidade no Ginásio Estadual Picoense desde a sua fundação, em 1950, até o ano de 1971, quando por força da Lei 5.692/71 foi abolido. Contudo, a já denominada Unidade Escolar Marcos Parente continuaria a promover um teste seletivo tendo em vista a incapacidade de atender a demanda da região (SOUSA, 2019).

Destaca-se que o exame, realizado nas escolas secundaristas do Brasil, era bem mais antigo que o ginásio. A sua instituição se deu pela Reforma Francisco Campos, de 1932. Portanto, teve uma duração de 41 anos. Além da complexidade do teste, outros critérios também eram cobrados para que os alunos pudessem realizar a prova.

Os exames de admissão ao ginásio duraram quarenta anos, durante esse período os alunos do Ensino Primário que desejavam ir para o Ensino Ginasial tinham que se submeter as provas escritas e orais em quatro áreas de conhecimento. Ademais teriam que estar na faixa etária de 11 a 13 anos, com certidão de nascimento, filiação, naturalidade e cartão de vacina contra a varíola. Os alunos só teriam acesso em uma instituição de ensino secundário com a aprovação nos testes de admissão. Aqueles que não obtinham sucesso poderiam refazer o exame no ano seguinte desde que tivesse idade suficiente (ALMEIDA; GAMA, 2018, p. 07).

A mesma Lei 5.692/71 que determinou o fim do exame de admissão em âmbito nacional, também promoveu uma reforma na escala da educação brasileira, estabelecendo o 1º e 2º graus.

A instalação e funcionamento do Ginásio Estadual Picoense representou um fato de grande significado para a população local que via atendida a sua reivindicação. Compreendia-se o valor da educação, de forma que após o anúncio da implantação da escola, houve pressão para que ela fosse inaugurada. A elite local não admitia que o município permanecesse sem uma instituição de ensino secundarista. Até a atualidade, o ginásio continua recebendo inúmeros estudantes, com o nome de Unidade Escolar Marcos Parente, embora o prestígio atual não seja o mesmo de outra época.

2.3.3.4 O funcionamento do ginásio: professores, estudantes, sedes

Os desafios para o funcionamento do Ginásio Estadual Picoense não se encerraram com a sua inauguração, em 09 de março de 1950. Tão logo inaugurado, teve início outra batalha, dessa vez para encontrar os professores para ministrar as aulas para o alunado. Segundo Sousa (2019), nos anos cinquenta do século XX, não existiam muitas pessoas com a instrução necessária para lecionar em uma escola secundarista em Picos.

Sousa (2005) salienta que a Lei Orgânica de 1942 regulava quem estava apto a exercer o magistério, o qual deveria possuir: formação acadêmica adequada; remuneração digna e ter prestado concurso público para preenchimento dos cargos. Apesar das exigências da lei, a autora esclarece que a contratação dos professores não obedeceu às normas previstas. Nem todos os professores possuíam a formação necessária, sendo escolhidos a partir das pessoas que detinham maior conhecimento na cidade.

Em Picos, faltavam recursos humanos qualificados, como também não havia recursos financeiros para contratar pessoas de outras localidades. Além disso, acreditamos que os salários pagos não atraíam pessoas com formação em nível superior, a não ser aquelas que, a exemplo do Professor Vidal de Freitas (juiz) e José dos Santos Fonseca (dentista), tinham interesse em ver o Ginásio funcionando na cidade, não se incomodando em obter apenas ganhos parciais (SOUSA, 2005, p. 114)

Percebe-se que a contratação dos professores não se deu inicialmente através dos concursos públicos, como previa a Lei Orgânica. Como os salários oferecidos aos profissionais do magistério não eram altos, compreende-se a dificuldade em encontrar educadores interessados em lecionar no Ginásio Estadual Picoense. As pessoas que aceitaram o cargo de professor, o tinham como uma atividade de meio período que lhes complementaria a renda conseguida no exercício de outro ofício. Segundo Sousa (2019), os primeiros professores do Ginásio Estadual Picoense exerciam o magistério para complementar a sua renda financeira. Não havia, portanto, a dedicação exclusiva para com o ensino.

A maioria dos professores da escola era do gênero masculino, havendo algumas poucas normalistas que exerciam o magistério no ginásio. A elas eram legadas disciplinas como trabalhos manuais e corte e costura.

O crescimento do ginásio em termos de atendimento ao aluno se deu progressivamente. Sousa (2019) informa que até a primeira metade da década e 1960, 200 alunos estudavam na

escola. Além dos professores, estavam encarregados do colégio um diretor, um secretário, um vigia e uma zeladora.

Embora a necessidade de formação fosse necessária para ocupar o cargo de diretor, a indicação deste geralmente se dava por meio de indicação política. A prática da indicação de um apadrinhado para a ocupação de cargos públicos se mostra presente na atualidade, mesmo que os concursos sejam mais frequentes. Essa é uma forma dos mandatários manterem a sua influência e conseguir um emprego para as pessoas da sua família ou que lhes sejam mais próximos. As escolas, caso esse do Ginásio Estadual Picoense, estiveram sob essa esfera e influência dos detentores de cargos eletivos.

Para escolha do corpo de funcionários do Ginásio Estadual Picoense, eram utilizados dois critérios. O primeiro consistia no fato de que, para compor o setor administrativo, era necessário possuir alguma formação, pelo menos o curso ginásial; e, para as funções de diretor e professor, exigia-se alguma formação em nível normal ou curso superior. O segundo critério foi o político, geralmente os funcionários tinham alguma relação, inclusive de parentesco, com os mandatários do município, que, mesmo após a estadualização da instituição, continuaram a influenciar a escolha de seus funcionários (SOUSA, 2019, p. 217-218).

Além do quadro que compunha a gestão da escola e o magistério, havia figura do inspetor de ensino, que tinha a função de vistoriar o funcionamento das escolas para averiguar se estavam funcionando devidamente. As visitas dos inspetores eram sempre muito temidas, uma vez que estes chegavam às escolas sem aviso prévio.

Compreende-se que por iniciar as suas atividades de forma modesta, com reduzido quadro de funcionários e poucos alunos, a comunidade escolar do Ginásio Estadual Picoense era muito próxima. Sousa (2005) informa que a primeira turma se formou em 1953. Na ocasião, foram realizadas solenidades de colação de grau e religiosas para festejar o acontecimento que marcou a sociedade na época.

No dia 06 de dezembro de 1953 às 7h, ocorreu uma missa em ação de graças na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, oficiada pelo Revmo. Pe. José Ignácio de Jesus Madeira. No dia 13 de dezembro de 1953 às 9h ocorreu uma sessão de despedida dos colegas 119 ginásianos no prédio da Prefeitura Municipal. Às 19h deste mesmo dia foi realizada uma sessão solene no Instituto Monsenhor Hipólito, oportunidade em que foi entregue os certificados aos concludentes. Às 22h, uma festa dançante no salão recreativo ideal, em seguida um “coctail”, oferecido pelos concludentes aos seus padrinhos, paraninfo da turma e homenageados (SOUSA, 2005, p. 119-120).

Os estudantes confeccionaram uma placa de formatura feita de madeira. Ela possui pequenas fotos de todos os concludentes e pode ser encontrada devidamente preservada no Museu Ozildo Albano, único de Picos, que foi sede tanto da Escola Coelho Rodrigues quanto do Ginásio Estadual Picoense.

A conclusão dessa primeira turma representou mais uma vitória para o município de Picos, que até 1950 não dispunha do ensino secundário. Dos estudantes formados em 1953, muitos deram sequência aos estudos, cursaram faculdades e também ingressaram no serviço público. A turma se reuniu em eventos posteriores e até tentou lançar novamente o jornal estudantil *Flâmula*, mas sem sucesso⁶.

Quanto a sede do ginásio, este permaneceu na Praça Josino Ferreira apenas até 1954, quando foi transferido pela prefeitura de Picos para duas casas alugadas endereçadas na Rua Monsenhor Hipólito (ver Figura 06). Ele funcionou neste local até o ano de 1959, quando foi construída uma sede própria localizada na mesma rua. O novo prédio havia sido planejado para ser uma escola, bem dividido e organizado.



Figura 06: Segunda sede do Ginásio Estadual Picoense.
Imagem: Arquivo do pesquisador

⁶ Na bibliografia consultada há informações sobre o encontro da turma, porém não há dados sobre a data de quando isso aconteceu nas dissertações de Sousa (2005), Sousa (2019) e Pinheiro (2018).

Contudo, no ano de 1969, mais uma vez o ginásio seria deslocado, dessa vez para a Rua Luiz Nunes, na entrada do bairro Ipueiras, onde permanece até a atualidade com o nome de Unidade Escolar Marcos Parente (ver Figura 07). Esse novo prédio também foi projetado para ser uma escola, sendo construído afastado do centro comercial da cidade. Na época em que a obra foi concluída, poucas eram as casas e prédios comerciais em suas imediações. Atualmente é um dos pontos mais conhecidos de Picos.



Figura 07: Sede atual do Ginásio Estadual Picoense, atualmente denominado de Centro de Ensino de Tempo Integral Marcos Parente.
Imagem: Arquivo do pesquisador

Como as possibilidades de instrução se fazem mais presentes na atualidade, as novas gerações talvez desconheçam a luta para a instalação das escolas no passado, e como isso acontecia de forma lenta. O Ginásio Estadual Picoense, que hoje atende por outro nome, foi a conquista de uma cidade na busca por ampliar as possibilidades de ensino. Uma vez que este intento foi conseguido, o corpo estudantil, com o apoio dos professores, buscou deixar a sua marca, como a criação do jornal estudantil *Flâmula*, em cujas páginas retratou bem mais do que a cultura escolar, merecendo, assim, ser estudado.

3 APONTAMENTOS SOBRE AS MUDANÇAS DA IMPRENSA BRASILEIRA E PIAUIENSE NO SÉCULO XX

3.1 Imprensa no Brasil na primeira metade do século XX

A imprensa brasileira do início do século XX vem de um longo processo de transformação. Conforme Martins (2013, p. 45), os jornais oitocentistas do início do Segundo Reinado (1840-1889) tratavam principalmente sobre política e, depois, literatura. Contudo, ampliava-se as funções da imprensa como prestadora de serviços. Destaca-se, segundo Sodré (1966), a vida efêmera dos periódicos oitocentistas. Alguns jornais defendiam causas, e, uma vez que as causas eram conquistadas, o veículo de comunicação perdia a necessidade de continuar circulando.

Até a adoção de um jornalismo mercadológico, em que os veículos de imprensa funcionariam como empresas, levaria tempo. Ainda de acordo com Sodré (1966), muitos jornalistas do século XIX eram políticos que se utilizavam dos impressos para se firmar como polemistas. Cabe destacar a figura de Quintino Bocaiúva, defensor ardoroso da Proclamação da República. Contudo, uma vez que o novo século se avizinhava, os inventos tecnológicos começavam a chegar ao Brasil, provocando mudanças na forma de fazer jornalismo.

Barbosa (2007) faz alusão a modernização tecnológica dos jornais do Rio Janeiro com o advento do século XX, que influenciou a forma como os impressos eram produzidos. É importante destacar a imprensa do Rio de Janeiro, que por ser a capital do Brasil, era onde estavam situados grandes jornais bem como intelectuais de renome que colaboravam com a imprensa. A utilização de novas máquinas permitia a publicação de mais edições fazendo com que os jornais se colocassem como ícones de um novo tempo.

Também os periódicos mais importantes da cidade implantam outros artefatos tecnológicos que mudam significativamente a maneira como se produzem jornais; máquinas linotipos capazes de substituir o trabalho de até 12 das antigas composições manuais; máquinas capazes de vomitar de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas fotográficas capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia ser descrito; métodos fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores. Os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso que se autorreferenciam. (BARBOSA, 2007, p. 123).

Conforme a citação de Barbosa (2007), percebe-se a relevância da modernização tecnológica da imprensa carioca, uma vez que se verifica o aumento na tiragem dos impressos, mesmo que o público leitor da época fosse diminuto dado as altas de taxas de analfabetismo existentes no Brasil. Na sequência, a autora cita o *Jornal do Brasil* e o aumento da sua tiragem para 60 mil exemplares. Barbosa (2007, p. 125) também destaca a utilização do telégrafo, que permitia noticiar os acontecimentos com mais rapidez.

Mesmo com a inegável importância do Rio de Janeiro para o Brasil, por ser a sua capital, Waltz (2014) informa que São Paulo e Manaus (AM) também viveram o fomento cultural dado ao progresso industrial e a extração da borracha. Os ideais europeus que chegavam ao país no início do século XX influenciaram não apenas a sociedade, mas a imprensa que via em si uma espécie de vanguarda do processo civilizatório.

Mesmo que o telégrafo tenha chegado ao Brasil em 1857, a sua utilização efetiva pelos jornais seria fundamental para a transformação dos textos a serem publicados na imprensa, pois gradualmente prezou-se pela objetividade nas informações. A opinião permaneceu importante para os impressos, mas os textos opinativos passaram a ocupar outros espaços nas páginas dos periódicos.

Ribeiro (2000), por sua vez, discorre sobre a modernização da imprensa carioca e as modificações que isso ocasionou para o jornalismo brasileiro. Com a entrada do século XX, a chegada de máquinas mais complexas e o aumento da tiragem dos jornais, os impressos passam a atuar como empresas, visando o lucro. Contudo, Ribeiro (2000) salienta que os donos dos jornais se confrontam com uma dificuldade: as finanças. As vendas das tiragens e as assinaturas não são suficientes para manter o funcionamento da empresa, o que obriga o jornalismo brasileiro a permanecer ligado ao poder político.

Tratando sobre o jornalismo empresarial verificado com o advento da Proclamação da República, Waltz (2014) destaca que os jornais buscavam aumentar o seu círculo de leitores entre o reduzido público instruído do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Então, periódicos percebem o valor da publicidade e começam a se afastar da efervescência política, embora esta luta simbólica sempre esteja presente.

Com a consolidação da imprensa empresarial, contudo, o jornalismo começou a adquirir uma nova face. Entre 1890 e 1910, jornais maiores e mais prósperos, organizados como empresas comerciais, baseavam suas operações em publicidade e para isso precisavam aumentar seu círculo de leitores. Publicações como Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio e o recém-criado Jornal do Brasil, começam a transferir seu foco da opinião pública para o valor

da publicidade. Aos poucos, os diários começam a se apartar novamente da efervescência política (WALTZ, 2014, p. 9).

Mesmo adotando práticas mais modernas de gestão, buscando manter-se mais distante da política, a ligação da imprensa com grupos políticos de poder persiste. Ribeiro (2000) enfatiza que os jornais também tentam equilibrar a emissão das opiniões e a luta política. Passa a existir a necessidade de mais sutileza nas publicações, surgindo um jornal mais voltado para a informação.

Os posicionamentos político-ideológicos passaram a exigir, no entanto, um pouco mais de sutileza. O antigo jornal de opinião – que se pautava pelo alinhamento explícito a determinado postulado ideológico ou a um grupo político – foi sendo substituído por um jornal mais informativo, que não apresentava uma vinculação claramente assumida. Muitos veículos já apelavam inclusive às ideias de objetividade e de imparcialidade, sobretudo no processo de construção de sua auto-imagem (RIBEIRO, 2000, p. 29).

Na citação destacada de Ribeiro (2000) percebe-se que a mudança na estrutura da imprensa brasileira é contínua, onde uma transformação leva a outra. O jornalismo brasileiro nos anos 1950 buscava a imparcialidade, que passou a ser difundida como uma das marcas da imprensa objetiva. A notícia ganhou um espaço privilegiado nas páginas dos jornais.

Ribeiro (2000) reforça ainda que ideias como objetividade e neutralidade já ganhavam força antes dos anos 1950, época tida como um marco na modificação do jornalismo brasileiro. Ainda que o *lead* não fosse utilizado no Brasil nessa primeira metade do século XX, percebe-se a clara modificação no fazer jornalismo.

A objetividade, a neutralidade e a imparcialidade (ideais associados à um modelo de jornalismo moderno, empresarial) não foram, portanto, novidades do jornalismo dos anos 50. Essas ideias já vinham ganhando força há muito tempo. A década de 50, entretanto, foi um momento crucial para a sua afirmação, um momento fundamental para sua incorporação definitiva ao ideário/imaginário jornalístico. Não à toa esse período figura - na memória daqueles que o viveram - como um momento chave, revolucionário, fundador (RIBEIRO, 2000, p. 29).

Conforme Ribeiro (2000), pode-se compreender a transformação gradual pela qual foi passando a imprensa brasileira a partir dos anos 1900, mesmo que os jornais enquanto empresas continuassem dependendo do poder público e político. Este fato, por sinal, se verifica até a atualidade. A ligação com grupos de poder e instituições de representação da população, como prefeituras, governos estaduais e o governo federal, se mostra, de muitas formas, o principal meio de manter os jornais em circulação.

Com o passar das décadas iniciais do século XX, a imprensa brasileira, mesmo com os seus percalços, se firmava como uma instituição da qual a sociedade não poderia abrir mão. Sobre a importância do jornalismo, cabe a fala de Beltrão (1960, p. 35) quando entende “[...] o jornalismo como atividade essencial à vida das coletividades, como instituição social que, no mundo moderno, assume posição da mais alta relevância”.

A influência da imprensa era tamanha que os governos republicanos, que sucederam o Império, passaram a se utilizar da censura, no sentido de garantir que nenhuma notícia contrária aos seus interesses chegasse ao público. Eleutério (2013) trata a repressão aplicada pelo regime republicano aos jornais, fato que chegou a ser denunciado através da literatura.

Em contraposição à liberdade de expressão que distinguiu o Império, a República, desde os seus primórdios, evidenciou sua sanha repressora em vários episódios contra a liberdade de expressão. O mais famoso deles foi eternizado no conto “À sombra do Romariz” de Lima Barreto. Nele, o romancista conta como o revisor do jornal monarquista *A Tribuna* morreu quando o periódico foi empastelado pela força governamental. O motivo da intervenção foi uma crítica de seu redator-chefe, Eduardo Prado, ao então ministro Rui Barbosa, que, por sua vez, elogiara Deodoro da Fonseca (ELEUTÉRIO, 2013, p. 85).

Ao passo em que o jornalismo brasileiro se modernizava, Eleutério (2013) distingue que o mesmo passava a caminhar sobre um novo terreno, que exigiria mais cuidado dos seus redatores. Os avanços na produção dos jornais, contudo, continuavam.

Ao substituir gradualmente a opinião pela informação em hierarquia de importância, o jornalismo brasileiro das primeiras décadas do século XX vai se tornando o que Beltrão (1960) define como um meio que busca informar. “Diremos, primeiro, que fazer jornalismo é informar. Jornalismo é antes de tudo informação, costumava repetir aos meus ouvidos de ‘foca’ esse mestre da imprensa brasileira que é Aníbal Fernandes” (BELTRÃO, 1960, p. 36).

Beltrão (1960) salienta que a conceituação da imprensa é bem ampla, pois uma série de atividades podem ser atribuídas ao jornalismo, que não deve se limitar apenas a noticiar, mas explicar ao leitor que terá o periódico em mãos. Em consonância, Waltz (2014) destaca a modificação significativa verificada na figura do jornalista brasileiro. Se antes, ele era o intelectual que se utilizava da pena, com o crescimento das cidades, esse novo profissional passa a ter a necessidade de ir às ruas colher as informações para noticiar no jornal onde trabalha. Para o autor, “com a valorização do ineditismo, o repórter passa a ser figura central na composição da notícia, cuja a responsabilidade é produzir o ‘furo’” (WALTZ, 2014, p. 10).

A preocupação do jornalista do início do século XX, portanto, conforme Waltz (2014), muda de figura, uma vez que a ele interessa ser o primeiro a dar destaque a um acontecimento. Com isso, o jornalismo brasileiro vai ganhando um ritmo mais intenso de produção, buscando oferecer ao leitor sempre os fatos mais relevantes em primeira mão. Cada empresa jornalística busca se colocar à frente das concorrentes no gosto dos leitores e, conseqüentemente, dos anunciantes.

Waltz (2014) salienta que o sensacionalismo passa a ser utilizado largamente na imprensa brasileira. Ou seja, os jornais procuravam noticiar os acontecimentos de forma mais impactante, atraindo a atenção do leitor, ao passo em que a imprensa alardeava a ideia da imparcialidade.

É nos anos 1920, com a imprensa sensacionalista e a conseqüente valorização dos *fait divers* e das “tragédias que apaixonavam a cidade”, a imparcialidade começa a se solidificar como uma mítica presente dentro das redações, definindo a conduta daqueles que aspiram à posição de tradutores do mundo para o público. A separação entre o mundo da opinião e da informação constrói aos poucos o conceito de objetividade como algo imprescindível à notícia e como aspecto fundamental da profissão. Os jornalistas, ao falarem de si mesmos como grupo, instauram signos distintivos em relação a diversos outros, formam uma identidade especial como detentores da informação (WALTZ, 2014, p. 10).

Com o surgimento das ideias de objetividade, bem como a primazia da notícia sobre a opinião, o jornalismo brasileiro passa a se interessar sobremaneira pelo atual, ou seja, pelo inédito, aquilo que aconteceu recentemente. Beltrão (1960, p. 38) define a atualidade como algo dominante no fazer jornalismo. O efêmero se torna o material de maior interesse para os profissionais que saem às ruas e, assim, a imprensa brasileira adota esse procedimento que se revelou irremediável nos séculos XX e XXI, uma transformação para a qual não há volta.

Para evitar que o sensacionalismo desvirtuasse a missão do jornalismo de informar a verdade, Lage (1987) afirma que os jornalistas dos Estados Unidos buscaram se utilizar de técnicas que prezassem pelo rigor da apuração. Assim, os repórteres divulgavam apenas aquilo que de fato haviam apurado, tornando o fazer jornalismo mais honesto e próximo da ideia de imparcialidade. A mesma metodologia veio a ser utilizada no Brasil, especialmente a partir dos anos 1950 com a adoção de técnicas do jornalismo estadunidense.

Sobre o jornalismo dos anos 1950, Barbosa (2000) salienta que o processo de transformação do jornalismo foi gradual, acontecendo ao longo das cinco décadas anteriores. Não houve um passe de mágica, mas técnicas e modelos que foram sendo progressivamente

implantados pela imprensa brasileira no seu processo de modernização. A autora salienta a profissionalização dos jornalistas e a forma como a história retratou os anos 1950.

A reforma dos anos 1950 passa, portanto, à história do jornalismo como o periódico em que jovens homens da imprensa, inovadores e visionários, transformam, como num passe de mágica, o jornalismo que se fazia. São os “verdadeiros jornalistas”, na construção discursiva que reafirmam, que instauram na redação os padrões indispensáveis ao profissionalismo. Mas o profissionalismo foi um longo processo empreendido pelas empresas jornalísticas e corroborado pelo discurso dos próprios jornalistas (BARBOSA, 2007, p. 157).

Percebe-se nisso que os profissionais da imprensa ampliaram a sua percepção sobre o papel desempenhado por eles na sociedade. A partir da ampliação do jornalismo, a responsabilidade sobre quem exercia a profissão de jornalista também passa a ser maior. Sobre as modificações estilísticas no texto e a importância da informação, Ribeiro (2000) frisa que a imprensa deixa de ser um lugar para o comentário, para a difusão de opiniões e busca a neutralidade, a independência. Assim, o jornalismo impresso se torna mais seco, mais direto naquilo que deseja fazer chegar aos leitores.

Segundo Ribeiro (2000), busca-se retirar do jornalismo traços de emotividade, personalidade, assim, há uma supressão dos adjetivos e figuras de linguagens. Não havia mais espaço para embromação ou a utilização de recursos linguísticos que enfeitem o texto. Ao ler o conteúdo, o leitor terá maior possibilidade de formar a própria opinião. Os textos opinativos, portanto, ficam claramente identificados nas páginas dos periódicos.

A adoção das técnicas de redação vindas dos Estados Unidos vai de encontro ao contexto do Brasil nos anos 1950. Barbosa (2007) destaca o *slogan* do Governo de Juscelino Kubstchek (1956-1961) como símbolo dessa modernização. O presidente prometeu fazer o Brasil avançar 50 anos em cinco. Portanto, o espírito que vigorava no Brasil naquele contexto histórico, dos anos 1950, era de progresso, desenvolvimento, modernidade. O jornalismo seguiu a tendência do progresso como fala oficial do país e seguiu se modernizando.

Mesmo com a redemocratização que estabeleceu uma nova constituição em 1946, a década de 1950 também foi marcada pela instabilidade política⁷. O país se tornava mais urbano.

⁷ Mesmo que o Brasil dos anos 1950 fosse uma democracia, a instabilidade política rondava a vida pública. Isso porque as Forças Armadas sempre eram chamadas para interferir na política. Getúlio Vargas havia retornado a presidência, dessa vez, eleito. Contudo, não dispôs de estabilidade para governar. Em 24 de agosto de 1954 ele cometeu suicídio. O seu sucessor, Café Filho, não ficou muito tempo no cargo de presidente, sendo afastado por problemas de saúde. E mesmo com a vitória de Juscelino Kubstcheck nas urnas, em 1955, este ainda se viu na iminência de ser impedido de tomar posse no cargo pelas alas golpistas da UDN e das Forças Armadas. A posse

Cada vez mais pessoas passavam a residir nas cidades ao invés do campo. Esse crescimento dos trabalhadores das cidades impõe um novo ritmo a vida da população, que passa a ser mais corrida. Dessa forma, os textos dos noticiários impressos mais objetivos em palavras se tornam essenciais para essa nova massa urbana.

A influência dos Estados Unidos se faz sentir no Brasil também através do cinema, impondo novos hábitos a população brasileira, sobretudo nas grandes cidades. O cosmopolitismo estava presente no comportamento da sociedade de então e a imprensa acompanhava esse ritmo.

Conforme Ribeiro (2000), o jornalismo passa a se ver como um “espelho”. Para tanto, as empresas jornalísticas adotavam manuais de redação sobre como deveriam ser redigidos os textos, de forma que houvesse uma padronização no conteúdo. Eram verdadeiros códigos de leis que ditavam como as palavras deveriam estar dispostas no espaço a elas concedida.

Essa nova racionalidade temporal também estava presente na "pirâmide invertida". De acordo com esta técnica narrativa, o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações, de maneira que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final. Os fatos não deveriam ser narrados cronologicamente, mas expostos; não ordenados pela seqüência temporal, mas por sua importância (definida a partir dos interesses de um suposto "leitor-médio") (RIBEIRO, 2000, p. 33).

A adoção das regras de redação, das quais o *Diário Carioca* do Rio de Janeiro foi o pioneiro no Brasil, acentuou a transição para a importância da informação nos jornais do Brasil, em especial das grandes cidades. Destaca-se que as mudanças não aconteceram uniformemente, mas gradualmente.

Waltz (2014) salienta o fato de que as técnicas introduzidas no jornalismo brasileiro pós-Segunda Guerra Mundial se alastrariam por décadas pelo território nacional.

Não se pode ignorar, contudo, que as reformas da imprensa nacional na década de 1950, influenciadas pelo modelo norte-americano, mais do que introduzir inovações sistematizaram práticas que já vinham sendo adotada há décadas no Brasil. E mais do que introduzirem alterações imediatas, iniciaram uma lenta transformação levada a cabo entre meados dos anos 1950 e início dos 1970, não sem negociações e resistências (WALTZ, 2014, p. 02).

de Juscelino foi garantida pelo general Henrique Teixeira Lott, que foi o seu ministro do Exército ao longo de todo o mandato (Cf.: FAUSTO, 2011).

As modificações foram efetuadas com o tempo. Importante entender que as empresas jornalísticas e os profissionais perceberam a necessidade de se adaptar aos novos tempos e produzir o conteúdo conforme as necessidades das pessoas. Nesse sentido, Waltz (2014) destaca o papel de figuras importantes que levaram a cabo o processo de transformação do jornalismo nacional e efetivaram reformas significativas que chegariam a toda a imprensa. Assim, é importante lembrar da figura de Pompeu de Sousa, profissional com experiência nos Estados Unidos, e que tratou de implementar aquilo que foi aprendido no outro país aqui no Brasil.

Pompeu de Souza foi um dos grandes introdutores das reformas baseadas no modelo estadunidense. O profissional, que trabalhou na “Voz da América”, programa de rádio produzido em Nova York, com propaganda aliada, transmitido para a América Latina, conheceu lá um outro padrão de jornalismo e desenvolveu estratégias para adaptá-lo no Brasil. Como diretor de redação do Diário Carioca dos anos 1950, Souza coloca a publicação na vanguarda das reformas ao implantar o texto objetivo e a pirâmide invertida em detrimento do chamado “nariz de cera”, reminiscência do galicismo na imprensa brasileira. Insere no processo de produção do jornal o manual de redação, que não tardaria a se espalhar por outras publicações cariocas e brasileiras (WALTZ, 2000, p. 11).

Beltão (1960) discorre sobre esse importante critério para o jornalismo norte-americano que é a atualidade, algo essencial para o jornalismo que vive dele, do cotidiano e que pode ser verificado de imediato na sociedade.

A atualidade é característica dominante do jornalismo. Unicamente dele. Essencial a todas as suas manifestações. O jornalismo vive do cotidiano, do presente, do efêmero, procurando nele penetrar e dele extrair o que há de básico, fundamental e perene, mesmo que essa perenidade valha, apenas, por alguns dias ou por algumas horas (BELTÃO, 1960, p. 38).

Portanto, o jornalismo brasileiro se transformou com o passar das décadas no século XX até a chegada dos anos 1950, que é onde se situa o objeto de estudo deste trabalho – o jornal estudantil *Flâmula*. Produzido de forma quase artesanal, conforme os periódicos estudantis verificados no Brasil no período da sua circulação, esse jornal teria as mesmas preocupações de um jornal comercial, inclusive com a atualidade. O processo de transformação da imprensa brasileira mostra como ela se firmou como instituição imprescindível para a população, fruto de preocupações e, por vezes, censura.

3.2 Imprensa no Piauí

A imprensa piauiense seguiu o ritmo da imprensa brasileira no século XIX, com jornais eminentemente políticos, defendendo causas, nos quais imperava a visão do proprietário que, geralmente, também atuava como editor e jornalista. A atividade jornalística se manteve constante no Piauí, adentrando o século XX como uma instituição social firme, onde pessoas de renome ou com/sem formação acadêmica procuravam escrever. A produção impressa no Piauí após a Proclamação da República manteve o caráter artesanal.

Segundo Pinheiro Filho (1997), os jornais eram verdadeiras escolas dos profissionais da palavra: escritores, contistas, poetas. Esse trabalho literário ficava limitado quando das disputas políticas, pois os jornais geralmente pertenciam a grupos que lutavam pelo poder no Estado. Para contornar tal dificuldade, Pinheiro Filho (1997) informa que os escritores faziam circular panfletos com as suas produções literárias.

Pinheiro Filho (1997) salienta que muitos escritores da época jamais conseguiram lançar livros, o que obriga os pesquisadores a buscarem nas edições dos jornais antigos textos desses literatos. Logo, os jornais esporádicos, lançados em edição única, persistiram no Piauí, pelo menos até 1915. Assim, nota-se que a imprensa piauiense, até pela distância geográfica da capital do Brasil – o Rio de Janeiro –, não seguiu de imediato o mesmo ritmo de transformação tecnológica dos grandes jornais nacionais. As limitações técnicas verificadas por aqui eram maiores e os recursos para a transformação da imprensa em empresas capitalistas eram menores.

De acordo com Lima (2014), os jornais se tornaram fonte para a historiografia oficial, no entanto, é necessário estar atento ao que é narrado nos impressos, partindo do pressuposto de que a notícia é uma construção da realidade. Os jornais do passado nos permitem entender o meio e a época em que circularam, ao mesmo tempo que torna possível analisar como essas empresas funcionavam, o que revelavam ao seu respeito e sobre a imprensa como um todo.

Na notícia são impressos modos de dizer que podem ganhar sentidos diferentes, dependendo do lugar onde é/foi produzido e por quem o produz. Logo, toda notícia é uma construção social. Entendida desta forma, mais do que tomar a notícia como um produto jornalístico pronto e acabado, faz-se necessário compreendê-la no contexto histórico-social e nas suas condições de produção (LIMA, 2014, p. 16).

Lima (2014) destaca que é possível a partir do estudo dos periódicos pensar as práticas jornalistas que caracterizavam a imprensa em determinada época. As características da imprensa no início do século XX podem ser percebidas ao estudar os jornais. Naquela época haviam os critérios a serem seguidos para que os acontecimentos ou opiniões fossem registrados

nos impressos. Os jornais piauienses ainda mantiveram pelo século XX forte ligação com os grupos de poder.

Uma publicação podia fazer a linha editorial de oposição enquanto outros adotariam a defesa dos mandatários políticos. Lima (2014) salienta que os discursos reproduzidos na empresa jornalística estavam de acordo com a linha editorial dos jornais correspondente às condições históricas em que a publicação circulou.

A ligação com a política também se mantinha necessária, pois, conforme Said (2001), eram poucos os anúncios de empresas ou estabelecimentos comerciais nos jornais. Tal fato pode ser entendido pela inexistência de grandes empreendimentos no Piauí das primeiras décadas do século XX. Um dos primeiros periódicos a adotar a venda das suas publicações no século XX foi o jornal *O Artista*, em 1902. Na ocasião, esse jornal chegou a anunciar a necessidade de vendedores. Entretanto, a publicidade ainda era incipiente.

Diga-se de passagem que, naquele período, a publicidade se confundia com a informação jornalística, uma vez que os jornais pertenciam aos partidos. Quando a atividade publicitária começou a se desenvolver, atrelou-se também ao poder público, que por longo tempo foi o maior anunciante dos veículos locais. É necessário ressaltar também que até então o jornalismo não era considerado uma profissão, não havendo remuneração para aqueles que exerciam tal ofício (SAID, 2014, p. 47).

Portanto, o poder público permanecia presente no fazer jornalístico, pautando o que seria publicado. Said (2001) explica ainda que mesmo ante um reduzido público leitor, a atividade de jornalista não era desmerecida. Pelo contrário, havia certa admiração quanto às pessoas que podiam escrever nos periódicos. A educação letrada ainda era para muito poucos.

[...] Um número reduzido tanto de produtores quanto de consumidores de informação legitimou o jornalismo porque conferiu à sua prática um certo caráter místico, sagrado, reservado a um grupo de eleitos. E mais: fez da prática jornalística um fator de distinção social. Talvez por isso, muito tempo depois, com a expansão do mercado jornalístico e a criação de escolas de comunicação, as novas gerações conviviam com um conflito profissional e intelectual, a saber: a perda do privilégio que esta profissão ensejava no passado (SAID, 2001, p. 47).

Outra característica da imprensa piauiense na primeira metade do século XX era o pouco tempo de circulação dos jornais. Oliveira e Rêgo (2016) informam que as produções persistiam de forma artesanal ainda na década 1930, quando, em 1937 o Brasil mergulhou na ditadura do Estado Novo promovido por Getúlio Vargas (1937-1945). Se o fazer jornalismo no Piauí já se

mostrava difícil, os desafios aumentaram ante uma ditadura de cunho totalitário, que obrigava os periódicos da época a buscar estratégias para continuar funcionando.

O jornalismo mostrava-se pouco rentável, somando-se ao cerceamento frequente mudavam de formato ou deixavam de existir. Mesmo com as dificuldades vividas pela imprensa na década de 1930, Oliveira e Rêgo (2016) apontam que o impresso se constituía como um legitimador da prática jornalística no Piauí, uma vez que o rádio, em seu início, não obteve tanta repercussão.

No Piauí, em meio ao Estado Novo, ele se constituiu como um legitimador da prática jornalística, uma vez que outros meios de comunicação como o rádio, um importante instrumento de integração nacional, não obtiveram tanta notoriedade em âmbito local. As deficiências e a implantação tardia da radiodifusão do Piauí, por sua vez, implicaram no atraso da popularização das atividades jornalísticas realizadas no estado (OLIVEIRA; REGO, 2016, p. 158).

Mesmo que a política tenha sido o tema primordial da imprensa piauiense até o Estado Novo, Oliveira e Rego (2016) informam que o jornalismo passou a se distanciar desse tema e investir mais no cotidiano, temendo a censura e a repressão. Além da vigilância permanente por parte do Estado, também havia a escassez de papel, que motivava a pequena circulação dos jornais. Oliveira e Rego (2016) destacam ainda que no Piauí, até a década de 1950 não foram verificados jornais de grande porte.

É possível fazer uma comparação com o que se verificava nas grandes cidades do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, cuja imprensa se modernizava gradualmente como empresas jornalísticas dotadas de novos maquinários e repórteres que saíam às ruas em busca de acontecimentos para noticiá-los. No Piauí, no decorrer da ditadura da década de 1930/1940, nem todos os jornais recebiam apoio financeiro dos partidos políticos ou do poder público para bancar as suas atividades.

Durante o Estado Novo no Piauí, Oliveira e Rego (2016) apontam os jornais que mantiveram uma circulação relativamente estável: *Gazeta*, *O Monitor Comercial*, *O Piauí*, *Vanguarda*, *Jornal do Piauí* e o *Diário Oficial* - este último divulgava os atos oficiais do governo. Dentre os jornais citados, as autoras ressaltam que *Gazeta* foi o que manteve maior estabilidade quanto a sua circulação. Muitas vezes, o próprio redator era o censor do jornal.

Sobre a *Gazeta*, Oliveira e Rego (2016) relatam que o jornal circulou com períodos de intervalo, sendo administrado pela família Lemos e por José Cândido Ferraz. “No período em que o jornal foi dirigido pela família Lemos durante a ditadura Vargas (1937-1944), observamos

que sua estratégia foi distanciar-se da polêmica política abordando temas como cultura, eventos em geral e entretenimento”, afirma Oliveira e Rêgo (2016, p. 163).

Durante o Estado Novo, a ditadura varguista procurou instrumentalizar a imprensa. Ao promover a censura prévia, limitando o conteúdo que poderia ser divulgado, prezando-se pelas matérias de cunho elogioso e que propagassem o nacionalismo. Críticas e conteúdos reflexivos ante os inúmeros problemas do país e, neste caso, do Piauí, estavam absolutamente proibidos.

Já ao final do Estado Novo, alguns jornais piauienses começaram a adotar uma postura de confronto ao regime que se encerrava. Oliveira e Rêgo (2016) citam *O Piauí* como um jornal que passou a se interpor ao governo. Este periódico, fundado em maio de 1867, possui quatro fases, a última das quais, se estendeu de 22 de setembro de 1945 a 15 de maio de 1954. Oliveira e Rêgo (2016) informam que as fases do jornal se dão por conta das interrupções na periodicidade das suas publicações.

Nesta última fase, que compreendeu a metade final da década de 1940 e a metade inicial da década de 1950, o jornal *O Piauí* esteve presente na luta simbólica sobre a política no Estado. Nele eram veiculadas críticas contra o primeiro governador eleito após o Estado Novo: José da Rocha Furtado (UDN).

Segundo Pinheiro Filho (1997), a imprensa piauiense testemunhou algumas mudanças significativas a partir dos anos 1950, como o surgimento de colunas que tratavam de temas antes ignorados pelos leitores do Piauí. O futebol e a crônica social passam a ganhar espaço nos periódicos que noticiam os feitos da Seleção Brasileira de Futebol⁸. Pinheiro Filho (1997) salienta que o futebol já era um tema de predominância no gosto dos brasileiros em outros Estados.

De qualquer forma, a imprensa atual de nosso Estado, como na de vários outros Estados brasileiros ainda, além do editorialismo e noticiário, principalmente o policial, predominam duas seções: a de futebol e a crônica social. Nos grandes centros, o futebol, esporte nacional por excelência, já vem sendo objeto de jornais e revistas especializadas só nesses assuntos.

Até 1930, o futebol entre nós não constituía assunto de interesse geral. De vez em quando os jornais anunciavam um grande feito brasileiro no setor, com poucos nomes nacionalmente conhecidos, como o de Friendereich. Os jogos dos pequenos times locais já eram anunciados, embora depois não aparecessem crônicas de apreciação aos mesmos (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 195).

⁸ A Seleção Brasileira de Futebol foi vice-campeã da Copa do Mundo de 1950, disputada no Brasil. Apesar de favorita, a seleção brasileira foi derrotada pelo Uruguai de virada, por 2x1, em jogo que ficou traumático para a história do futebol no país. Contudo, o resultado também mostra a crescente influência dos jogadores brasileiros no mundo o que contribuía para despertar o interesse da população pelo esporte no país (Ver: Copa do Mundo 1950 – Brasil. Globo Esporte, 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/historia/copa-de-1950-brasil.html>. Acesso em: 05/01/2022).

Assim, uma grande mudança apontada na imprensa piauiense por ocasião da década de 1950 se dá pela ampliação dos temas a serem debatidos nos jornais. Destaca-se que nessa década a capital Teresina já contava com a sua primeira emissora de rádio, a *Rádio Difusora de Teresina*, inaugurada em 1948. Ela permaneceu como a única da capital até 1960 quando foi inaugurada a *Rádio Pioneira de Teresina*, ligada à Igreja Católica. Em 1962 foi inaugurada a *Rádio Clube de Teresina*, do professor Walter Alencar.

No início dos anos 1950, Pinheiro Filho (1997) aponta os seguintes jornais impressos existentes em Teresina e no Piauí: *O Piauí*, *O Jornal do Comércio*, *Jornal do Piauí*, *O Pirralho*, *O Dia*, *O Dominical*, *A Luta*, *O Norte* e *Folha do Litoral* – estes dois de Parnaíba – ; *A Ordem e Flâmula* – os dois de Picos. Destaca-se a menção ao *Flâmula*, jornal feito por estudantes e professores.

Pinheiro Filho (1997) destaca ainda o surgimento de cronistas sociais que ele denomina de modernos, destacando-se: “Dra. Iracema dos Santos Rocha Silva e Mauro Silva – estes dois em Teresina – ; Rubem Freitas, em Parnaíba, e Isaura Demes e Nice Lourdes, inteligência hoje afastada desse setor, em Floriano” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 191). O autor encerra a lista com Elvira Raulino, a quem atribui a quebra de tabus típicos do provincianismo piauiense dos anos 1950.

Na política, o início dos anos 1950 marca a transição do governo Rocha Furtado para Pedro de Almendra Freitas, do Partido Social Democrático (PSD). Em uma eleição extremamente acirrada, o comerciante pessedista Pedro de Almendra Freitas venceu o pleito de 1950. Ele recebeu 74.759 votos, contra 73.429 de Eurípedes de Aguiar, da União Democrática Nacional (UDN), 10.272 votos dados a Agenor Almeida, do Partido Social Progressista (PSP). Pedro Freitas tomou posse do cargo no dia 31 de janeiro de 1951, ficando à frente do Estado até 1954 (KRUEL; SANTOS, 2009).

Para o próprio Pedro Freitas o seu governo foi marcado pela pacificação, alegando não ter perseguido adversários políticos e ter dado crédito financeiro ao Governo do Estado: “Pacifiquei! Não morreu ninguém, não se andou perseguindo ninguém, porque eu não admitia, garantia o direito de cada um” (DOMINGOS NETO, 2010, p. 186).

Mesmo que outros assuntos comesçassem a ganhar espaço na imprensa, a política se mantinha predominante. Lima (2014) explica que os jornais eram utilizados como palanque para os partidos e os políticos que deles faziam uso. Os jornais, portanto, eram utilizados como armas na luta pelo poder no Estado do Piauí, dando continuidade ao papel que se verificava no século XIX e primeira metade do século XX.

Transformadas em tribunas, as páginas desses periódicos serviram de palanque político e davam sustentação à batalha discursiva travada entre os proprietários dos jornais, que estabeleciam, nos seus veículos, linha editorial independente do partidarismo, ou assumiam as doutrinas udenista ou pessedista, orientando e controlando a produção dos discursos jornalísticos segundo os interesses partidários de cada um. Esta atitude permite compreender que os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, além de serem porta-vozes dos partidos políticos que os fundaram, compraram ou arrendaram, também serviram como arma na luta política travada entre eles (LIMA, 2014, p. 20-21).

Lima (2014) informa que os novos jornais que entram em cena na capital Teresina nos anos 1950 surgem com o interesse de apresentar aos leitores a vida social, econômica e cultural, não apenas no Piauí, mais além deste. O que mostra o interesse de integrar os leitores do Estado com acontecimentos mais amplos. Nesse período, há o crescimento do número de periódicos na capital, destacando-se o surgimento dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*. Além de ser uma arma a serviço da política, Lima (2014) salienta que esses três jornais buscavam atender a necessidade da população por informações.

Seguindo linhas editoriais diferenciadas, esses jornais surgiam com a atribuição de desempenhar o papel social da imprensa, com vistas a atender a necessidade humana de obter informações, bem como o de ser arma política na luta partidária. Um dos interesses da imprensa periódica cinquentista de Teresina era se mostrar ao leitor como um *lugar* onde o exercício do jornalismo estava voltado para a informação e a veiculação da notícia objetiva e imparcial, ainda que, na prática, continuassem levando ao conhecimento do público o fato político e emitindo uma opinião sobre a realidade construída (LIMA, 2014, p. 40).

Percebe-se, a partir de então, que a imprensa firma o seu lugar como instituição no Piauí. Ainda que as transformações verificadas nos jornais do Estado sejam modestas em comparação com aquelas protagonizadas em São Paulo e Rio de Janeiro, novos espaços até então negligenciados surgem nos periódicos piauienses.

3.2.1 Picos: o lento caminhar do jornalismo

Apenas no ano de 1910 Picos conheceu o seu primeiro jornal impresso, tratava-se de *O Aviso*, uma publicação de cunho político fundado pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Nascido em 1866, na cidade de Príncipe Imperial – atual Crateús (CE) –, Joaquim das Chagas

Leitão chegou a Picos em 1886. Ele fez carreira militar e ingressou na política, participando das lutas pelo poder, com influência tanto na jovem cidade de Picos como no Estado do Piauí.

Em 1896, foi Deputado Estadual e era conhecido como “Coronel Leitão”. Foi Deputado Estadual até 1911, quando saiu do PRC e não participou de novas disputas até que, em 1928, volta à cadeira da Assembleia Legislativa do Piauí, onde permaneceu até o fim da Primeira República (1930). Foi Prefeito (Intendente) de Picos entre 1900 e 1902 (CANUTO, 2022, p. 63).

Percebe-se que a imprensa nasceu em Picos como uma forma de divulgação da luta política verificada naquele início do século XX, da mesma forma como acontecia em Teresina e na capital do Brasil – Rio de Janeiro –, e demais grandes cidades. Contudo, a imprensa picoense engatinhava e o seu surgimento faz referência aos jornais que circularam no Piauí no século XIX, voltados exclusivamente para causas políticas.

Destaca-se que Picos foi elevada à cidade apenas em 12 de dezembro de 1890, portanto, ainda possuía as características de um povoado típico do interior piauiense. Entende-se que até o início século XX as informações demoravam a chegar até Picos, geralmente no lombo de animais de carga. O seu povoamento começou ao final do século XVIII, como um entreposto comercial de muars.

Conforme Said (2001), as fazendas verificadas no Piauí quando da sua habitação funcionavam também como locais onde as pessoas recebiam informações, logo as mensagens se deslocavam de forma bem lenta.

Como que num modelo de transmissão de caráter analógico, via ondas sonoras, por exemplo, em que as informações percorrem o espaço segmentado, capturadas por pontos de recepção que formam, não uma teia, mas uma corrente, um fluxo linear, as fazendas representavam um Posto automotivo autônomo: não precisavam de informação para sobreviver e prosperar, mas de escoamento, de transmissão de mensagens que por ali passavam, dependiam dos territórios vizinhos (SAID, 2001, p. 29).

Ao constituir o primeiro jornal voltado para questões políticas, Picos ainda não sanaria esse problema da lentidão da comunicação. Antes da fundação do jornal *O Aviso*, conforme Silva e Albano (2011), a cidade viu a instalação do primeiro telégrafo. Esse fato se deu no ano de 1900. O aparelho fazia linha para a capital Teresina. Naquele momento histórico, além da política, os principais acontecimentos estavam voltados para a religião, como a chegada e saída de padres.

Sobre *O Aviso*, Canuto (2022) destaca que o jornal tinha circulação quinzenal e estava envolvido com a luta política não apenas de Picos, mas do Piauí e do Brasil. Por ser o coronel Chagas Leitão militar – ao menos o seu início de carreira – não surpreende que ele tenha usado o jornal para fazer defesa do governo do presidente Marechal Hermes da Fonseca, terceiro militar a governar o Brasil e sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, que proclamara a República em 1889.

O governo do Marechal Hermes da Fonseca se estendeu de 1910 até 1914, tendo sido marcado pela intervenção na política dos governos estaduais. Na eleição de 1910, o militar derrotara o advogado Rui Barbosa. Este havia encabeçado uma campanha civilista. Sobre *O Aviso*, Canuto (2022) informa que o jornal participou ativamente da disputa política de 1912.

Na eleição para o governo do Piauí de 1912, o candidato Odilo Costa foi apoiado por dois jornais católicos de Teresina: *O Apóstolo* e *A Cidade de Teresina*, enquanto o candidato Miguel Rosa, que venceu aquele pleito, buscou apoio das publicações pertencentes a coronéis no interior do Piauí. Seguiu-se uma batalha travada através da imprensa, usada, portanto, como palanque político.

Os embates entre Miguel Rosa (defensor dos ideais maçônicos) e Odilo Costa (católico) geraram uma verdadeira guerra entre o jornal *O Apóstolo*, órgão da diocese de Teresina, e *O Aviso*, jornal da cidade de Picos que apoiou a candidatura de Miguel Rosa para as eleições de 1912 (CANUTO, 2022, p. 53).

O Aviso seguiu pelos anos seguintes participando da política local, estadual e até nacional. Quando da eleição presidencial de 1930, o jornal picoense apoiou a Aliança Liberal, cuja chapa era encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas, tendo como vice o paraibano João Pessoa. Em suas páginas, o periódico pedia que os picoenses votassem no candidato do Rio Grande do Sul⁹.

Enquanto Picos contava apenas com *O Aviso* como único jornal impresso, os adversários do coronel Chagas Leitão se utilizavam da imprensa da capital para fazer circular as suas ideias e críticas ao mandatário político. Deus (2001) faz o relato dos periódicos que surgiram posteriormente em Picos.

“*Correio de Picos*” – Picos – 1913, periódico de dois em dois meses é o 2º

⁹ Como se sabe, Getúlio Vargas não aceitou o resultado das urnas naquele pleito. Destaca-se que a fraude eleitoral era uma marca da República Velha. Assim, Getúlio Vargas, usando o pretexto do assassinato de João Pessoa, desencadeou um golpe de estado, que passou a historiografia como “Revolução de 1930”. O presidente Washington Luís foi deposto antes do fim do seu mandato e Vargas assumiu um governo provisório que se prolongaria por 15 anos ininterruptos (FAUSTO, 2011).

registrado em histórico de Picos, duração de um ano.

“*O Rebate*” – Picos – nº1, de 15 de agosto de 1925. Periódico de ação social. Dirigido por Mário Martins. Duração de 1 ano.

“*O Tempo*” – Picos – nº1, 15 de janeiro de 1925. Periódico de ação social. Dirigido por Mário Martins. Duração de 1 ano.

“*O Aviso*” – Picos 2º fase nº1, voltou a funcionar a 15/10/1927. Propriedade e redação do Cel Joaquim das Chagas Leitão. Quinzenal. Circulou até 1930.

“*A Ordem*” – fundado em 1950, com a direção de Adalberto Santos (gerente) e Absolon Nunes. Periódico de divulgação do Partido Social Democrático (PSD) e dos fatos políticos e sociais da época.

“*A Flâmula*” – Picos – fundado em 15 de março de 1952, com direção de Alfredo Leopoldo Albano, dos redatores José Rafael Filho, Mário Marreiro, Odonel Castro Gonçalves e Marlene Eulálio (DEUS, 2001, p. 86, grifos do autor).

Percebe-se pela lista apontada por Deus (2001) como o número de jornais que circularam em Picos até o surgimento do *Flâmula* foi pequeno. Além disso, assim como o objeto de estudo desta dissertação, os periódicos picoenses possuíam baixa periodicidade, extinguindo-se muito rápido. O próprio *Flâmula* não chegou a um ano de circulação. Outro fato interessante é que *O Aviso* teve duas fases de circulação, a primeira iniciada em 1910, enquanto a segunda fase se inicia em 1927 e se estende até 1930, quando foi extinto definitivamente.

A pequena circulação de jornais em Picos torna possível compreender porque o *Flâmula*, que se propunha estudantil, teve a aceitação da população e ficou registrado na historiografia da imprensa local e estadual. Em uma cidade com tão poucos jornais constituídos ao longo da sua história, as iniciativas mais diferentes terminavam por serem lembradas e reconhecidas.

Buscou-se mais informações sobre os jornais existentes em Picos entre o surgimento do *O Aviso* (1910) e o *Flâmula* (1952). Foram consultados professores universitários, o Museu Ozildo Albano e o banco de monografias da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Campus Professor Barros Araújo, na tentativa de encontrar mais fontes que pudessem ser usadas neste trabalho. Contudo, não foram encontrados estudos ou registros sobre a imprensa que circulou em Picos entre 1910 e 1952.

É importante frisar que não constam no Museu Ozildo Albano cópias dos jornais *Correio de Picos* (1913), *O Tempo* e *O Rebate* (1925). Tal fato deixa em aberto uma lacuna sobre a história da imprensa picoense, uma vez que até o momento não há material disponível para análise.

4 JORNAL *FLÂMULA* NO CONTEXTO DA IMPRENSA ESTUDANTIL NO BRASIL E NO PIAUÍ

4.1 Imprensa estudantil e contexto histórico nacional

As publicações dos alunos, muitas vezes em parceria com os professores e outros colaboradores, estão presentes no Brasil desde o século XIX. Xavier (1994) aponta que a oferta do ensino se espalhou de forma lenta pelo país, com limitadas possibilidades de instrução para a população, em especial os menos abastados. Na fase histórica do Brasil Império preponderava o ensino particular nas residências das famílias com mais possibilidades financeiras. Contudo, com o estabelecimento da imprensa e a possibilidade expressarem opiniões e tratar a política, a educação logo se tornou uma temática relevante, pois já era enxergada como uma redentora da nação. Conforme Soares (2013), problemas relacionados a educação brasileira tão presentes na atualidade já eram tratados através dos periódicos.

Um estudo da história da educação brasileira revela que questões relacionadas ao ensino já eram discutidas pelos professores em diversas instâncias desde o século XIX. Nestas discussões os professores se manifestavam, assim como hoje, em prol da qualidade do ensino, forneciam sugestões de como deveriam ser encaminhadas as lições e protestavam também sobre a falta de materiais adequados, livros didáticos, estrutura das escolas e condições adequadas de trabalho (SOARES, 2013, p. 2).

As reivindicações em favor da estruturação da educação já ecoavam a partir de professores, jornalistas e intelectuais ao passo que os periódicos eram uma plataforma para isso. Contudo, não se utilizou da imprensa apenas como meio de cobrança e busca por melhorias para a instrução pública. Soares (2013) revela a fundação de periódicos a partir das escolas, que utilizavam as publicações de forma pedagógica, uma atividade que completava o ensino ofertado em sala de aula. Portanto, o surgimento da imprensa pedagógica estudantil não se fez tardar no Brasil.

Machado e Martineli (2021) listam um total de 241 periódicos estudantis e escolares existentes no Brasil durante o século XIX. Pelo menos 124 destes foram publicados no Brasil Império enquanto 90 foram fundados já no Brasil Republica. As autoras fazem uma distinção entre imprensa estudantil e imprensa escolar, pois a primeira seria produzida especificamente por estudantes sem vinculação com as escolas que a frequentavam. A segunda definição viria a

partir das instituições de ensino, sob a égide da direção e a participação de professores, havendo aí um cerceamento quanto ao que poderia ser veiculado nas páginas do jornal.

A imprensa estudantil, por sua vez, era realizada por iniciativa dos estudantes, desvinculada da instituição de ensino que seus redatores frequentavam. Os alunos se reuniam em associações literárias, sem qualquer ligação com as instituições de ensino, para escreverem jornais de forma autônoma, o que tornava sua escrita relativamente livre. Por meio desses documentos, é possível analisar a escrita discente produzida sem a intervenção direta dos educadores (MACHADO; MARTINELI, 2021, p. 06).

No entender das duas autoras, conforme as características apontadas, há uma especificação evidente que diferenciam as duas formas de jornais produzidos por estudantes. Esses jornais eram produzidos por associações literárias, onde havia maior liberdade para tratar sobre assuntos que não contariam com a simpatia das escolas. Essa relativa liberdade e a ausência da participação de educadores seria a característica primordial da imprensa estudantil.

Nolasco (2015) corrobora com a diferenciação entre imprensa estudantil e escolar conforme preconizado por Machado e Martineli (2021). A grande questão apontada por Machado e Martineli (2021) diz respeito à vinculação das produções literárias com a escola. Para Nolasco (2015), contudo, os jornais produzidos a partir do interior das escolas, além de estarem sob a tutela de professores e do corpo administrativo do colégio, possuíam ainda o caráter de normatizador:

Com publicações na ordem do educacional davam visibilidade a teorias, autores, métodos, exercícios e lições como partes de um reforço das aulas e/ou uma preocupação relativa à formação estudantil. Neste sentido os jornais estudantis trabalham em outra direção. O primeiro mantém-se sob o amparo e certa dependência do corpo docente e da própria instituição escolar, muito embora a organização e produção possam estar a cargo dos estudantes e conservando-se as metas no desenvolvimento literário e intelectual dos alunos na prática da escrita e leitura (NOLASCO, 2015, p. 210).

Independente da definição quanto aos impressos produzidos por ou com a participação dos estudantes, estes revelavam formas de pensar sobre a época e o contexto no qual estavam inseridos. As publicações continuam sendo de grande valia para os estudos como fonte ou objeto, tornando possível conhecer bem além da cultura escolar.

Voltando a Machado e Martineli (2021), ao promoverem uma triagem baseadas nas características que diferenciam impressos estudantis de escolares, o número de periódicos estudantis verificados no século XIX cai para apenas 32. Essa redução a partir de 241

publicações encontradas mostra como era importante o envolvimento da comunidade escolar para garantir que houvesse a produção de jornais e que estes chegassem a mais pessoas. Os jornais acabavam por debater a realidade a partir daquilo que era ensinado nas escolas, chegando até o reduzido público leitor oitocentista e contribuindo para a circulação de ideias.

Ainda segundo Machado e Martineli (2021), dos 124 periódicos publicados durante o Brasil Império, pelo menos 84 verificaram-se entre os anos de 1870 e 1880, o que equivale a 70% do total. É importante salientar que os dez anos citados acima correspondem ao período de decadência do Governo Imperial, cujo fim se daria em 1889.

O primeiro periódico oriundo de uma instituição escolar se verifica bem antes da década de 1870. De acordo com Machado e Martineli (2021), o primeiro jornal estudantil surgiu bem longe do eixo Rio-São Paulo, tratando-se do *Jornal de Instrução e Recreio*, fundado em São Luís do Maranhão, cuja circulação se deu entre 1845/1846; o segundo, *A voz da mocidade: Periódico Litterario, Doutrinario e Moral*, é da cidade de Cachoeira da Bahia; ao passo que o *Murmurios Juvenis: Jornal científico e litterario publicado pela Associação Amor à Sciencia, estabelecida no Collegio Brasileiro*, surgiu na cidade de São Paulo no ano de 1859.

Dentre as últimas publicações verificadas no Império, apontadas pelas autoras, estão: *Chrysalida: Jornal do Collegio Santa Thereza*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1887/88/89; *A União: órgão dos alumnos da Escola Central*, de Maceió (AL), chegando aos leitores entre 1888/89; *A idea: Orgam do Club dos Estudantes*, de Curitiba (PR), 1888/1889 e *Aurora Atheniense: Revista Mensal dos Estudantes do Collegio Atheneu Bahiano*, de Salvador (BA), datado de 1888.

Conforme apresentado, a produção dos periódicos estudantis e escolares, dado o seu elevado número, verificou-se em outras províncias brasileiras. O fato de o primeiro ter sido verificado na capital do Maranhão evidencia o quanto a imprensa se mostrava relevante para aqueles que estudavam ou pertenciam a comunidade escolar, independente de onde residiam. É importante lembrar que durante os quarenta e nove anos do Segundo Reinado (1840-1889) o ensino engatinhou, verificando-se poucas escolas no Brasil, a maioria Liceus ou Escolas Normais Oficiais.

Conforme a mudança de regime com a deposição de Dom Pedro II e a Proclamação da República, em 1889, os debates em torno da educação ganharam mais força. Uma vez que os militares que tramaram a derrubada do imperador eram de orientação positivista, estes procuraram fazer valer os seus ideais. A implantação da República representou a expectativa de que o país fosse se modernizar, e a educação era apresentada como um caminho basilar para

isso. A imprensa se mantinha como um pilar fundamental da sociedade, passando aos poucos por uma transformação na sua forma de atuar.

Conforme Sodré (1966), os jornais permaneceram no centro do debate político, havendo a partir de partidários do novo regime a utilização de violência para cercear as publicações oposicionistas. A opinião se mantinha importante, com a fundação de publicações temporárias, de vida curta, ora para defender ora para atacar o governo republicano. A oposição geralmente era feita de fora do país, por defensores do imperador deposto que defendiam a sua volta.

Em meio a esse período de efervescência política, Sodré (1966) ressalta que os impressos começam a passar por uma transformação gradual, convertendo-se aos poucos em empresas capitalistas, voltadas para o lucro.

A passagem do século, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores (SODRÉ, 1966, p. 315).

Esse período que marca a passagem do século XIX para o XX, portanto, revelam transformações verificadas em certos setores da sociedade brasileira, embora determinadas mazelas sociais, como a desigualdade entre ricos e pobres permanecesse uma chaga no seio do país.

Segundo Lage (2001), a entrada do Brasil no novo século trouxe modificações para a imprensa que se moderniza e passa a atuar como empresa: “O jornalismo da terceira fase - da república velha (1899-1920) ao estado novo (a ditadura Vargas, de 1937 a 1945) - descobriu a publicidade e a perspectiva empresarial” (LAGE, 2001, p. 25).

Quanto a educação, a primeira Constituição Republicana de 1891 já previa algumas modificações no sistema de ensino, inclusive com a instituição do Ministério da Instrução Pública. Ribeiro (1994) salienta que as reformas educacionais realizadas no período que se estende até 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder, teriam efeito limitado. É importante frisar que o período denominado de República Velha ou República do Café com Leite foi marcado pela instabilidade política, com conflitos militares no Sul do país, eleições fraudadas e o voto de cabresto, quando coronéis locais sabiam quem o eleitorado estava escolhendo e lhes pressionavam para votar em seus candidatos¹⁰.

¹⁰ A historiografia oficial do Brasil consagra o período que vai de 1894 a 1930 como República do Café com Leite porque quase todos os presidentes do país ou eram paulistas ou mineiros. São Paulo era o grande produtor de café

Romanelli (1986) classifica as medidas implantadas pela constituição de 1891 no âmbito educacional como a consagração do formato verificado durante o Império, com a distância entre a instrução oferecida às classes mais favorecidas e aquela que era destinada às pessoas com menos recursos financeiros. Segundo Romanelli (1986), à União caberia a gestão do ensino superior e secundário em todo o país, enquanto aos Estados caberia o ensino primário e o ensino profissionalizante. Para os filhos das classes dominantes haveria a possibilidade de cursar o ensino secundário e ingressar na universidade, enquanto os menos favorecidos ficariam relegados ao primário e aos cursos profissionalizantes.

Se no século XIX se verificou o surgimento de centenas de jornais estudantis e escolares, a ascensão da República daria sequência a essa prática nas instituições de ensino. Uma vez que a maioria dos periódicos do século anterior surgiu a partir de 1870, em parte devido aos debates públicos, o mesmo pode ser entendido das primeiras décadas do século XX, marcado por acontecimentos políticos intensos. A escola não ficou de fora das discussões, pois se ampliou o conceito da educação como um caminho para a modernidade capitalista, tendo em vista que o país carecia de mão de obra qualificada.

Conforme Nolasco (2015), o ensino superior também esteve presente nos debates sobre a educação a partir de impressos estudantis. Isso pode ser evidenciado em jornais como *O Atheneu* (1894), produzido em Minas Gerais, e *O Rebate* (1893), “órgão de estudantes oposicionistas de São Paulo” (2015, p. 38). A imprensa continuou a ser percebida como uma aliada no processo de ensino e aprendizagem.

O que pudemos apreender destas leituras é que os experimentos com novas metodologias na educação nos finais do século XIX e no início do século XX e que buscavam envolver o aluno mais eminentemente no seu processo de aprendizagem, tornando-o mais significativo, estimulou o aparecimento dessa nova prática de participação juvenil: o jornalismo estudantil, muito embora este não fizesse parte do currículo. Enquanto prática sociocultural, os jornais juvenis foram fragmentos de memória que promoveram aprendizagens em seus produtores e em seus leitores à medida que estimularam modos de ser e de pensar (NOLASCO, 2015, p. 38-39).

Como a criação das publicações não era uma exigência curricular, a iniciativa de produzir os periódicos se mostrava um desejo próprio das escolas e estudantes. Percebe-se com isso a valorização dada à imprensa e à possibilidade de utilizá-la como método de ensino, bem como plataforma para a publicização das escolas e pensamentos dos seus colaboradores. Ainda

do Brasil enquanto Minas Gerais se destacava pela produção de gado leiteiro. Os únicos presidentes que não eram naturais dos dois estados citados foram: Nilo Peçanha – carioca (1909-1910); Hermes da Fonseca – gaúcho (1910-1914) e Epitácio Pessoa – Paraibano (1919-1922).

conforme Nolasco (2015), os jornais estudantis, como pode ser verificado em seu conteúdo, estavam marcados também pelo pensamento propagado na época de sua circulação. Quando dos primeiros anos do Brasil Republicano, adentrando o século XX, muito se tratava sobre desenvolvimento, progresso, nacionalismo. A mesma autora ressalta que os impressos puxavam para si a responsabilidade de conduzir a sociedade ao tratar sobre temáticas que estavam em voga no país.

Mesmo com o surgimento do rádio no Brasil, a partir da sua primeira transmissão, em 07 de setembro de 1922, os jornais impressos se mantiveram como a principal forma de circulação de ideias no país. Ou seja, continuaram extremamente importantes mesmo após a consolidação do rádio, a partir da década de 1930, e até depois do surgimento da TV, em 1951. Contudo, uma vez que o público leitor era pequeno, Nolasco (2015) afirma que a distinção social se estendia não apenas a quem escrevia nas publicações escolares e comerciais, mas também para as pessoas que sabiam ler.

Não discutimos neste trabalho mais propriamente aspectos da prática da leitura que, assim como a prática escriturante, envolve também relações de poder e, assim como a segunda, propicia a relação educativa. Tanto quanto a escrita, a leitura tornou-se uma esfera de distinção social, já que a disseminação de novos instrumentos de comunicação requeriam [sic.] novas comunidades de interpretação (NOLASCO, 2015, p. 202).

As relações de poder, portanto, podem ser percebidas nas publicações estudantis. Aqueles que usufruíam o direito de frequentar uma escola e receber instrução buscavam compartilhar esse conhecimento através dos periódicos onde colaboravam. Os impressos estudantis dessa primeira fase do Brasil Republicano estavam eivados dos conceitos que caracterizavam a época e se mantinham valorizados apesar de não serem obrigatórios. A publicação dos jornais pelas escolas e alunado era vista como uma grande contribuição, não apenas para o país, mas para o meio onde estavam situados.

4.1.2 Impressos estudantis e cultura escolar: entre 1930 e 1960

O fim da República Velha (1889-1930), após o golpe de estado liderado por Getúlio Vargas, foi mais um acontecimento marcante na história do Brasil. Ao cassar a Constituição de 1891, o novo regime proporia mudanças em vários aspectos da vida pública brasileira, e a educação receberia especial atenção. Em 1932, Vargas instituiu o Ministério da Educação e

Saúde Pública, escolhendo para a sua chefia Francisco Campos. Este era oriundo da Escola Nova, movimento trazido ao Brasil pelo educador Anísio Teixeira.

Segundo Romanelli (1986), o escolanovismo chegou ao país na década de 1920, esquentando os debates sobre o melhor modelo para a educação nacional, a exemplo de propor o deslocamento do centro das atenções do professor para os educandos. Ainda que as décadas de 1930 e 1940 continuassem tensas do ponto de vista político, as escolas e estudantes continuaram lançando periódicos tratando sobre a escola e também o meio onde estavam situadas.

O período que vai de 1930 a 1960 é particularmente interessante para este trabalho, porque é nele em que se situa o jornal estudantil *Flâmula*, objeto de estudo desta dissertação. Lançado a partir do Ginásio Estadual Picoense, pelo Grêmio Literário Da Costa e Silva, no ano de 1952, o *Flâmula* se enquadrava na proposta da época de estímulo à produção de atividades extracurriculares. Através dele é possível o conhecimento sobre a cultura escolar, bem como a realidade social, econômica e política do meio onde estava situado. Portanto, o mesmo pode ser analisado como objeto de estudo e como fonte, embora o primeiro aspecto seja o predominante neste caso.

Amaral (2013) faz apontamentos sobre o período de 1930 e 1960 como fértil para a publicação de jornais estudantis. A autora destaca como um dos motivos para este fato a crescente participação política dos estudantes.

É interessante salientar a profusão de impressos estudantis que circularam em várias cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. A explicação para tal fato deve ser buscada no contexto brasileiro da época, em que é crescente a participação social e política dos estudantes. Neste período, a imprensa ainda representava um espaço fundamental como meio de comunicação social. Ela estava, talvez como em nenhuma outra época, a serviço de interesses das mais diversas instituições e grupos sociais (AMARAL, 213, p. 124).

Amaral (2013) cita outros motivos para a multiplicação dos jornais impressos, durante os trinta anos que abrangem a Era Vargas e a experiência democrática¹¹, dentre esses motivos estava a influência da Escola Nova. É importante frisar que, por vezes, cidades onde se verificavam a existência de mais de um jornal estudantil também registravam discussões entre as publicações, tal como pode ser observado a disputa entre os jornais estudantis *Ecos*

¹¹ O período republicano que se estende de 1946 a 1960 pode ser entendido como uma breve experiência democrática para o Brasil. Ele foi regido pela Constituição Federal de 1946. Essa democracia possuía limites, basta lembrar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve o seu registro cassado. Tentativas de golpes e contragolpes também foram verificadas entre esses 18 anos.

Gonzagueano e Estudante. Os dois jornais foram analisados por Amaral (2013), que descortina o conteúdo presente neles. O *Ecos Gonzagueano* era conservador e fazia a defesa do catolicismo. Esta publicação também se dedicava a combater o impresso *Estudante*, favorável a laicidade do Estado.

Mesmo com a luta dos escolanovistas e a ascensão de um ministro que lhes era favorável, Lustosa Júnior (2018) explica que a Igreja Católica continuou participando do ensino brasileiro através das escolas. Intelectuais conservadores, professores e políticos ligados à Igreja lutaram contra a Escola Nova e tentaram se sobrepor a este movimento, entendendo que a educação oferecida às crianças do país deveria ter orientação cristã. Segundo Lustosa Júnior (2018), Vargas não excluiu os conservadores católicos do ensino brasileiro, garantindo a eles a continuidade da participação na instrução pública.

A participação da Igreja Católica, através das pessoas que lhes eram favoráveis, pode ser evidenciada, como expõe Amaral (2013), ao analisar um jornal estudantil de forte defesa do catolicismo, como, por exemplo, o *Ecos Gonzagueano*. A religião, portanto, continuava presente em meios que deveriam ser de gerência total do Estado, o qual não deveria estar comprometido com nenhuma fé especificamente.

Amaral (2013) aponta outro importante elemento para a análise dos jornais, a cultura escolar: “Eles nos fornecem configurações específicas da vida e da cultura escolar nas quais se pode constatar denúncias, expectativas e idealizações, principalmente dos alunos, referentes à educação e ao cotidiano das escolas” (AMARAL, 2013, p. 123).

Sobre a cultura escolar, Júlia (2001) salienta que a mesma não pode ser enxergada fora da época em que a escola está sendo observada. A isso, pode-se somar a localização do colégio, que permite o conhecimento não apenas do que circulava no interior do prédio, bem como na sociedade. A instituição de ensino não está isolada, ela mantém uma relação com o meio, com a comunidade. Logo, pode-se estudar essas relações da escola com o grupamento que integra a comunidade.

É necessário, justamente, que eu me esforce em definir o que entendo aqui por cultura escolar; tanto isso é verdade que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular (JÚLIA, 2001, p. 10).

A cultura escolar, portanto, não se faz sozinha, pois está ligada às diferentes culturas verificadas na comunidade onde a instituição de ensino está situada. Há a relação entre as

práticas verificadas no interior do colégio e aquelas que acontecem externamente. Tanto os alunos como os educadores podem ser entendidos como o elo entre o que acontece na escola e na comunidade onde vivem, podendo uma cultura influenciar a outra. As práticas e costumes aprendidos em casa e no convívio em sociedade são levados ao interior do centro de ensino, enquanto o que é aprendido nesse local também é transmitido para os pais.

Ainda sobre a cultura escolar, olhando do âmbito mais interno aos muros da escola, Júlia (2001) trata que esta se refere ao comportamento e relacionamento verificado entre aqueles que fazem um colégio. Destaca-se aí a existência de normas, procedimentos, práticas existentes no âmbito das relações pessoais e daquilo que espera da comunidade escolar.

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e demais professores (JÚLIA, 2001, p. 10-11).

As normas e práticas às quais se refere Júlia (2001) terminam por ser de conhecimento do meio onde a escola está situada. O seu alunado, para os quais os olhos da comunidade estão voltados, levam esse conhecimento e instruções aprendidas para a coletividade. Nisso, a cultura escolar termina por ser fiscalizada e os hábitos verificados no interior da escola bem como procedimentos de ensino são vigiados. Espera-se que o corpo discente, quando de sua passagem pela escola, possa contribuir com a sociedade.

Desde 1845 se verifica a instituição de jornais estudantis sem que houvesse uma determinação legal. As publicações eram de iniciativa própria da comunidade escolar. Contudo, a partir de 1946 a legislação estimularia práticas extracurriculares. Amaral (2013) aponta que a chamada Reforma Capanema, mais especificamente no decreto-lei nº 4.244/46, consta o incentivo ao desenvolvimento dos trabalhos complementares. Esse texto especifica ainda que as atividades despertem nos alunos o interesse pelos problemas percebidos no país, estimulando o nacionalismo e o patriotismo.

Portanto, é nesse contexto, pós Era Vargas e Reforma Capanema, que o Ginásio Estadual Picoense foi instalado em Picos, em 09 de março de 1950, bem como a publicação do jornal estudantil *Flâmula*, um dos seus frutos. Não apenas havia o interesse por parte da escola na promoção do impresso, como a recomendação prevista em lei.

4.2 O jornalismo literário como embrião dos jornais escolares no Piauí

Após o surgimento dos primeiros jornais brasileiros: *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, o Piauí ainda levaria algumas décadas para constituir o seu primeiro impresso. Segundo Pinheiro Filho (1997), o primeiro jornal do Piauí foi fundado 1832, cujo nome era *O Piauiense*, ou seja, vinte e quatro anos depois da implantação dos primeiros periódicos.

Portanto, se houve demora na constituição de jornais em terras brasileiras, não surpreende que no Piauí esse processo tenha sido ainda mais lento. Tal dificuldade vale não apenas para a imprensa, mas para os demais setores da sociedade como a economia e a educação. Quanto a economia, Alves (2003) salienta que desde a ocupação do território que hoje é o Piauí, no final do século XVII, a criação do gado bovino era principal fonte de renda. Esta atividade se manteve constante até meados do século XIX, quando ocorreu o declínio da criação do gado que perdeu espaço para outras províncias.

A forma como se deu a colonização do Piauí, cujo território servia principalmente para a pecuária extensiva, fez das condições de vida na então capitania muito difíceis. Ainda de acordo com Alves (2003), o absenteísmo entre os donos das fazendas era extremamente elevado. Eles fundavam as fazendas, mas preferiam viver em locais mais próximos dos centros urbanos.

Poucos eram os donos de terras que participavam efetivamente do povoamento do território piauiense. O próprio Mafrense que era, na Bahia, arrendatário da família Ávila, mas chega no Piauí já na condição de sesmeiro não permaneceu ali por muito tempo. Após assegurar o título das terras e disseminar fazendas de gado em área piauiense, retorna à Bahia, onde fixa residência em Salvador. As ditas fazendas foram arrendadas ou administradas por vaqueiros. O absenteísmo dos proprietários das fazendas constituiu-se em uma prática comum no povoamento do Piauí (ALVES, 2003, p. 61).

Com isso, o povoamento da Capitania de São José do Piauí, que após a independência do Brasil, se constituiria em província, acontecia de forma vagarosa. Os núcleos de povoamento eram constituídos basicamente das fazendas entregues a administração dos vaqueiros. Tal fato repercutiu em outros setores, como a dificuldade em fundar escolas. Apesar dos pedidos das autoridades para o estabelecimento de escolas em terras piauienses, as autoridades portuguesas não destinaram atenção a esse fato (CARVALO; FERRO; REIS, 2017).

Apenas depois de consolidada a independência do Brasil foram verificadas as primeiras disciplinas isoladas, ofertadas por professores em suas casas. Carvalho, Ferro e Reis (2017)

informam que a primeira escola foi fundada apenas em 1845 na cidade de Oeiras. A baixa possibilidade de instrução fez com que a população piauiense convivesse com altas taxas de analfabetismo durante o século XIX.

Após a criação do *O Piauiense*, Pinheiro Filho (1997) lista que outros impressos surgiram: *O Telégrafo* (1839), *O Correio da Assembleia Legislativa* (1835) e depois *O Espectro*. Este último era editado a partir de Caxias para fazer oposição ao Visconde da Parnaíba, presidente da Província do Piauí. Basta dizer que os dois primeiros periódicos listados foram fundados pelo visconde como forma de lhe dar sustentação ante o reduzido público leitor da época. Ele governou o Piauí por vinte anos com breves períodos de afastamento do poder.

Por essas informações percebe-se que a imprensa nasceu no Piauí e permaneceria fortemente ligada aos grupos políticos e de poder ao longo do século XIX. Ferreira e Rego (2014) listam que de 1839 até o final daquele século seriam fundados 46 periódicos em terras piauienses.

Segundo Ferreira e Rego (2014), os jornais nesse primeiro período da imprensa piauiense, ainda durante o governo do Visconde da Parnaíba, eram vistos apenas como propaganda das autoridades. Não se pensava na época nas publicações como informativas ou sociais, tratando sobre questões que poderiam interessar diretamente a população. Com o fim do governo do Visconde da Parnaíba e a fundação do *O Liberal Piauiense*, em 1845, a imprensa se torna uma plataforma para as lutas políticas. O enfrentamento político através da imprensa seria uma característica do Piauí oitocentista, o que não diferia do cenário nacional. Naquele período vigoravam dois partidos políticos: o Conservador e o Liberal. Tanto na província quanto no centro do Império, muitos jornais surgiam para dar sustentação aos governos encabeçados por políticos das duas agremiações.

Apenas devido a acontecimentos políticos verificados em âmbito nacional, é que o jornalismo dito cultural, com forte tendência literária, começa a despontar no Brasil e na Província do Piauí.

Porém com a instauração do Ministério da Conciliação, em 1853, o jornalismo nacional toma novas feições que estão diretamente relacionadas com o surgimento e desenvolvimento do jornalismo cultural, pois graças à estabilidade política estabelecida entre conservadores e liberais o jornalismo eminentemente partidário começa a perder forças e os literatos começam a ocupar cada vez mais com suas produções as páginas dos impressos (FERREIRA; REGO, 2014, p. 128).

Uma vez que o Rio de Janeiro era uma espécie de exemplo para o Brasil Império, as mudanças verificadas na corte influenciavam as demais províncias. Embora já fossem verificados textos literários nos jornais piauienses na década 1840, Ferreira e Rego (2014) atribuem ao *Recreio Literário*, lançado em 1851, o marco para o jornalismo literário no Piauí. Para os autores, havia um forte componente iluminista nessa publicação. Por se tratar de algo que abria espaço para reflexão, é de se compreender a presença não apenas da literatura, mas de textos de influência filosófica, buscando chamar os leitores à reflexão sobre a existência humana.

Para Ferreira (2016, p. 7), “o desenvolvimento do Jornalismo Literário e Cultural acompanhou o crescimento o crescimento sociocultural do Estado, o qual estava mais atrelado aos usos da literatura pelas pessoas que aqui moravam”. A autora destaca, com isso, a ampliação de manifestações culturais entre os piauienses, uma vez que a imprensa as disseminaria. Salienta-se, contudo, o limitado público leitor na metade do século XIX.

A produção textual nesse gênero do jornalismo pode ser apreciada como uma leitura para quando se dispõe de mais tempo, cujo conteúdo pode ser apreciado bem depois do seu lançamento. O material passa a servir como arquivos sobre as análises e histórias que são contadas.

Tendo em vista o limitado público leitor do Piauí oitocentista, os jornais de cunho político começaram a abrir espaço para as produções culturais e literárias. Muitos desses leitores eram filhos da elite econômica e possuíam formação universitária,

Segundo Ferreira (2016), antes mesmo da mudança da capital da Província do Piauí de Oeiras para Teresina, em 1852, já havia a publicação de temas ligados a cultura nos impressos piauienses. Esse é o caso do jornal *O Argos Piauiense*, onde são verificados poemas nas edições do ano de 1851. Com a transferência da capital, Ferreira (2016) informa que as temáticas ligadas a cultura e a literatura ampliaram a sua presença nos impressos. O primeiro jornal de Teresina, *A Ordem*, abriu espaço para a publicação de poemas, ainda que não tivesse a proposta de ser jornal cultural.

Destaca-se que os jornais *O Argos Piauiense* e *A Ordem* eram publicações de cunho político, voltadas para apoiar grupos e partidos. A política e a luta pelo poder mostravam-se como principal motivo para a existência dos impressos no Piauí oitocentista. A abertura para tratar sobre cultura e literatura não fazia deles jornais literários.

Ferreira (2016) destaca outro jornal importante para entender o jornalismo literário na província, *O Amigo do Povo*, pertencente a David Moreira Caldas. Este jornalista fundou

posteriormente, em 1871, outro jornal, o *Oitenta e Nove*. Mesmo que surgido para propagar a República, esse periódico também tinha forte componente cultural.

O jornalista citado ofereceu grande contribuição para que o segmento de cultura se desenvolvesse no jornalismo local, indo além da disseminação das artes, a exemplo da forma como a literatura vinha sendo posta. Ele foi capaz de introduzir críticas nas produções que iam além da divulgação de poemas ou de formas textuais típicas da literatura.

David Moreira Caldas fazia jornalismo político, mas perpetrava também pelo Jornalismo Cultural de modo diferente do que estava estabelecido até o momento. Em oposição à veiculação sobre a cultura por meio da divulgação da literatura no suporte jornalístico, como se fazia até então, o jornalista citado impetrava críticas culturais de livros e outras produções (FERREIRA, 2016, p. 08).

David Moreira Caldas, mesmo dedicado ao jornalismo político, abriu espaço para tratar sobre a cultura nas suas publicações. Ele mostrava assim a necessidade de debater sobre temas mais abrangentes, oferecendo aos leitores textos que iam além da política. Os textos literários apresentados por David Caldas ofereciam ao público leitor a possibilidade de ampliar o conhecimento deles sobre cultura, abrindo caminho para a análise das produções artísticas nos seus jornais.

4.2.1 Os primeiros jornais escolares piauienses no século XIX

Nas escolas piauienses do século XIX, também se verificava a preocupação com o desenvolvimento das atividades extracurriculares, atestada pela publicação dos jornais escolares. Por ser a escola um centro onde se difunde o saber, é compreensível que os colaboradores das publicações abordassem temáticas voltadas para a literatura e a cultura. Conforme Lima e Sobrinho (2020), os periódicos produzidos nas instituições de ensino evidenciavam a sua preocupação com a literatura: “surgiam apresentando em seu cabeçalho o nome ‘literário’” (LIMA; SOBRINHO, 2020, p. 233).

Lima e Sobrinho (2020) estudaram o jornal estudantil *A Mocidade Piauiense*, fundado em 1883, cuja circulação se estendeu até 1886. Possivelmente foi o primeiro jornal lançado a partir de uma escola no Piauí. Embora as autoras salientem a possibilidade da existência de outros periódicos contemporâneos ou um pouco mais antigos. A indisponibilidade de mais materiais para estudo em arquivos torna difícil a confirmação.

No Piauí a instituição das escolas públicas ocorreu de forma lenta e gradual. Estas sofriam com a carência de estrutura, mão de obra e recursos didáticos. Contudo, os jornais

escolares foram instituídos em algumas escolas do Piauí como forma complementar de ensino, até porque eles também se davam em instituições privadas de educação. Esse é o caso do jornal *A Mocidade Piauihyense*, que pertencia ao colégio Nossa Senhora das Dores.

O certo é que a redação do jornal *A Mocidade Piauihyense* cabia a uma Associação de Estudantes. O mesmo era definido como literário e noticioso. Pinheiro Filho (1997) também referência *A Mocidade Piauihyense* ao listar todos os periódicos que já surgiram no Piauí desde 1832. Nas páginas escritas pelo autor, o jornal do colégio Nossa Senhora das Dores parece ter sido o primeiro.

Lopes (2016) também reitera a dificuldade em encontrar o material para pesquisa no Piauí em se tratando de periódicos pedagógicos, escolares e estudantis. Segundo o autor, mesmo as escolas que ainda estão em funcionamento ainda hoje no Piauí não preservaram os jornais que foram produzidos nelas em épocas passadas. A dificuldade em encontrar jornais estudantis para a pesquisa se estende aos arquivos públicos e bibliotecas. Lopes (2016) alerta aos pesquisadores que desejam trabalhar com os impressos escolares a estarem cientes do problema de encontrar jornais estudantis ou escolares preservados ou quando preservados nem sempre se encontram todas as edições. Por isso, segundo o autor, “é preciso, pois, considerarmos essa descontinuidade como fator possível quando trabalhamos com esse tipo de material” (LOPES, 2016, p. 97).

Mesmo com a dificuldade em localizar os periódicos escolares que servirão as fontes de pesquisa, Lopes (2016) enfatiza que havia a prática por parte das instituições de ensino de promover a publicação dos impressos.

O jornal e a revista escolar, considerados aqui como aqueles que são produzidos no interior das escolas com a participação de docentes e discentes, têm sido trabalhados como fontes importantes para a compreensão da cultura e das práticas escolares. Esses impressos escolares dão indícios relevantes de práticas educativas e sentidos educacionais postos em ação em diferentes escolas. Procuram divulgar determinadas concepções de escola e exercer, nas lutas por legitimidade, o convencimento da validade dessas concepções (LOPES, 2016, p. 96).

É importante frisar o entendimento dado por Lopes (2016) sobre jornais e revistas escolares feitos não apenas pelos estudantes. Essas publicações contavam com a participação dos professores e, pode-se acrescentar, de outros colaboradores. Assim, a escola passava a constituir uma plataforma através do qual iria defender a sua legitimidade e valor junto a sociedade. Por serem esses jornais publicados a partir de centros de ensino compreende-se que a educação era uma temática prioritária.

Lopes (2016) apresenta uma relação de jornais escolares por ordem cronológica, o impresso *A Mocidade Piauihyense* é o primeiro da lista e o único citado pelo autor datado do século XIX. Todos os demais que constam na relação pertencem ao século XX. Também são citadas as escolas onde os periódicos eram produzidos, ponto fundamental, uma vez que eles partiam das instituições de ensino. Embora siga uma linha cronológica, o autor não faz apontamentos quanto a ordem de lançamento.

Podemos listar diferentes jornais e revistas escolares publicados no Piauí como “A Mocidade Piauiense” (órgão dos alunos do Colégio Nossa Senhora das Dores – 1883 a 1885); “A Pátria” (órgão oficial do colégio “19 de outubro”, de Parnaíba – anos 1920); “O Caixeiro” (órgão dos alunos da escola do comércio da União Caixeiral); o “Ateneu” (órgão dos alunos do ginásio parnaibano); “Juventude” (órgão dos alunos do Ginásio São Luiz Gonzaga); a “Voz de Parnaíba” (revista dos alunos do ginásio parnaibano); “A Escola” (órgão das alunas do 4º ano da Escola Normal – década de 1930); “O Ginásio” (órgão dos alunos do Ginásio São Francisco de Sales (década de 1930); “A Mocidade” (órgão dos alunos do Liceu – década de 1930); dentre outros (LOPES, 2016, p. 97-98).

Segundo Lopes (2016), o estudo das publicações estudantis e escolares tem ganhado espaço na academia, não apenas no Piauí, mas em todo o Brasil. Na relação apresentada acima por Lopes (2016), é preciso destacar que mesmo com as dificuldades da pesquisa e com a lentidão como se desenvolveu o ensino Piauí, há um número razoável de produções escolares. O jornalismo pode ser entendido como extremamente valorizado pelas escolas, cuja importância vai bem além da divulgação das suas ações.

Ainda de acordo com Lopes (2016), as escolas onde se verificavam o lançamento dos impressos eram consideradas modelos para o meio onde estavam situadas. Essa característica se aplica tanto às públicas como particulares. Havia, assim, da parte dos idealizadores das publicações escolares o interesse de justificar o papel da instituição de ensino e de fazer a defesa da educação. Como os jornais escolares foram produzidos em algumas escolas de todo o Brasil, compreende-se que os educadores, políticos e ideólogos, enxergavam grandes vantagens pedagógicas nas publicações estudantis.

Dessa forma, os periódicos estudantis e escolares se mostram ricos em materiais de pesquisa, devido a amplitude das temáticas abordadas nessas publicações. A variedade de temas, por exemplo, pode ser notada no jornal *A Mocidade Piauihyense*, produzido pelos estudantes do colégio Nossa Senhora das Dores. Ao analisarem essa publicação, Lima e Sobrinho (2020) promovem a descrição do periódico: circulação, valor do exemplar, colunas presentes.

A edição de 30 de julho de 1884 possuía quatro páginas composta pelo “Expediente do Diretor” e as seções “Histórica”, “Poética”, “Notícias”. Neste ano há a informação de que o jornal era publicado uma vez por mês, ou mais se fosse possível. A assinatura anual correspondia a 5\$000 e a de seis meses o valor de 3\$000, com pagamentos adiantados. Já a de 29 de setembro de 1886 foi editada com oito páginas, organizada com o “Expediente” e as seções “Transcrições”, “Histórica”, “Poética”, “Notícias” e “Anúncios”. Em 1886, o jornal passou a ter publicação trimestral distribuída gratuitamente (LIMA; SOBRINHO, 2020, p. 236).

Percebe-se, através da edição de 30 de julho de 1884, estudada por Lima e Sobrinho (2020), que o *A Mocidade Piauiense* possuía colunas tratando sobre temáticas variadas, bem como a necessidade de pagamento para adquiri-lo. Como existiam despesas para a sua produção, o jornal precisava ser comercializado e não doado. Embora não pertencesse a uma empresa particular os gastos se faziam presentes para a sua administração. Dado o período que o jornal circulou entre 1883 e 1886, é possível entender que obteve relativo sucesso e aceitação.

Dentre os aspectos presentes nas páginas do jornal *A Mocidade Piauiense*, Lima e Sobrinho (2020) mencionam as diferenciações no ensino oferecido aos meninos e às meninas. A distinção na educação escolar do Piauí oitocentista é apontada por Andrade e Branco (2012), ao descreverem as disciplinas ofertadas aos homens e às mulheres. Os primeiros recebiam conteúdos mais complexos, que lhes fossem preparar para o trabalho, cargos públicos e administrativos. Para as alunas pensava-se em educa-las para que se tornassem donas de casa e ensinassem as primeiras letras aos filhos.

A produção de jornais pelas escolas piauienses seguiu pelo século XX conforme já apresentado. O Piauí seguiria o exemplo dos demais Estados brasileiros produzindo dentro das possibilidades de cada instituição de ensino o seu periódico, cuja relevância seria destacada. Ainda que fossem verificados muitos problemas quanto a oferta de ensino para a população do Estado, isso não reduzia o ímpeto de aprender.

4.3 Instituição do jornal estudantil *Flâmula*

Com a instituição efetiva do Ginásio Estadual Picoense em 09 de março de 1950 e o seu funcionamento, os estudantes contaram com o estímulo dos professores para desenvolver atividades extracurriculares que complementassem o que aprendiam na sala de aula. Desde o século XIX já se verificava a produção de jornais literários pelo Brasil. Inicialmente não havia uma determinação para a publicação de periódicos ou o desenvolvimento de outras atividades

extracurriculares. Dessa forma, entende-se que a iniciativa partia das escolas, professores e alunos. Era mais um caminho para que estes progredissem nos estudos.

O incentivo legal para o desenvolvimento de atividades complementares que fossem além das salas de aula veio com a chamada Reforma Capanema, através do Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário. Assim, o Ginásio Estadual Picoense nasceu sob a influência de uma legislação que incentivava professores e estudantes a desenvolverem atividades complementares na escola, indo além do que era trabalhado na sala de aula.

Nos cinco primeiros anos após a instituição do Ginásio Estadual, em 09 de março de 1950, Sousa (2019) ressalta o papel do juiz Vidal de Freitas, que além de ter estimulado a criação da escola, ser o seu primeiro diretor e lecionar na mesma, também era um incentivador dos alunos nos empreendimentos deles.

Almeida (2013) salienta que o juiz Vidal de Freitas apoiou os estudantes na criação do Grêmio Estudantil Da Costa e Silva, que homenageava o escritor piauiense da cidade de Amarante (PI). É importante destacar que o nome do poeta não foi a única opção levantada, pois também se pensava em homenagear o Padre Inácio de Araújo Costa. Após votação, foi o escolhido o nome de Da Costa e Silva.

A fundação do grêmio¹² marca uma etapa importante do ginásio, pois representava o associativismo estudantil em Picos. Amaro e Quadros (2016, p. 04) definem os grêmios estudantis verificados no Brasil da seguinte forma: "O Grêmio Estudantil é uma instância colegiada que representa a vontade coletiva dos estudantes. Através dela, os discentes têm voz e vez no processo educativo".

Amaro e Quadros (2016) salientam que ao longo da história do Brasil a participação dos estudantes em acontecimentos políticos se mostrou constante. Assim, a instituição de um grêmio estudantil ia além das atividades pedagógicas, pois estaria lhes preparando para o exercício da cidadania, um complemento da teoria estudada em classe e a antecipação do que a vida adulta lhes aguardava.

Ao longo da história do Brasil os jovens sempre se mostraram atuantes. De forma organizada, sempre que necessário, se posicionaram, defendendo os direitos de nossa sociedade, transformando a realidade em que viviam e contribuindo ativamente na construção de um país melhor. O primeiro registro da participação dos estudantes na História do Brasil ocorreu em 1710, quando mais de mil soldados franceses invadiram o Rio de Janeiro. Para defender a

¹² Até a produção deste trabalho, não foi encontrada nenhuma informação sobre a data oficial de fundação do Grêmio Estudantil Da Costa e Silva.

nação, uma multidão de jovens estudantes de conventos e colégios enfrentaram invasores, vencendo-os e os expulsando do país (AMARO; QUADROS, 2016, p. 04).

A instituição do Grêmio Da Costa e Silva, portanto, foi um processo decorrente do estabelecimento do Ginásio Estadual Picoense. A referida associação deu a sua contribuição durante o tempo em que existiu. Definido o nome do grêmio, foi a vez de escolher os integrantes da primeira diretoria, que ficou composta da seguinte forma: Presidente: José Albano de Macêdo (Ozildo Albano); Vice-presidente: Maria do Carmo M. Leopoldo; 1º Secretário: Alfredo Albano; 2º Secretário: Helenita Santos; 1º Tesoureiro: Dimas Lélis; 2º Tesoureiro: Socorro Dantas; Orador: Albertino Barros; Bibliotecário: José Rafael Filho.

O Grêmio Da Costa e Silva teve um papel importante na história da educação picoense, promovendo eventos como saraus literários, concursos de miss, bailes, dramatizações. As atividades da entidade estudantil estimularam a sociabilidade no seio da sociedade picoense. Como os estudantes eram vistos com distinção pelo fato de disporem da oportunidade de frequentar a escola, compreende-se que havia interesse por parte dos moradores de Picos do início dos anos 1950 em apoiá-los em suas empreitadas. Assim, a sociedade também estava cumprindo com o seu papel de dar suporte a instituição de ensino.

De acordo com Sousa (2019), os integrantes do grêmio tiveram como primeiro ponto de encontro a Praça Félix Pacheco, centro comercial da cidade de Picos. Durante as reuniões eles utilizavam o coreto como um palco. Lá eram realizados debates, apresentadas propostas, poesias eram recitadas e ideias levadas para apreciação dos participantes. A praça se mostrava como uma sede ao ar livre, o lugar perfeito para a sociabilidade.

É fato que dentre as suas principais realizações do grêmio está o lançamento do jornal estudantil *Flâmula*.

Após ter sido fundado o Grêmio Da Costa e Silva, os seus membros no período sentiram necessidade de um veículo de comunicação que pudesse divulgar as ideias, foi daí que surgiu a ideia do Jornal. Em torno da ideia de criação do Jornal, surgiram outras culturas, com o objetivo de arrecadar fundos para a compra de material que possibilitasse a impressão do jornal. Em 1951, foi realizado o primeiro concurso Rainha dos Estudantes e algumas peças de teatro (SOUSA, 2019, p. 310).

Sobre o jornal *Fâmula* produzido pelo Grêmio Estudantil Da Costa e Silva é importante destacar as palavras de Lopes (2016) ao citá-lo como um dos mais bem conservados do Piauí. Esse fato é ressaltado pelo autor, uma vez que muitos impressos produzidos nas escolas não são devidamente arquivados e se perdem com o tempo.

4.3.1 Páginas do jornal *Flâmula*

O jornal estudantil *Flâmula* deixou registrado em suas páginas bem mais do que a cultura escolar e demais atividades promovidas pelos alunos e professores do Ginásio Estadual Picoense. Ela serviu como elo social para a população de Picos enquanto esteve em circulação. Segundo Lopes (2016), esse fato é característico da imprensa periódica no século XX, pois as publicações dos estudantes informavam sobre acontecimentos sociais e acabavam por servir como jornais convencionais para o público leitor.

O memorialista Duarte (1995) é um saudosista do *Flâmula* atribuindo-lhe maior qualidade do que aos demais impressos que circularam em Picos na mesma época, embora estes outros fossem publicações comerciais com fins políticos.

Para o lançamento do periódico, o Grêmio Estudantil Da Costa e Silva realizou uma campanha para arrecadar os recursos necessários para a aquisição da tipografia com o fim de imprimir o jornal. Na primeira página da edição de lançamento de *Flâmula*, lançada a 15 de março de 1952, consta como se deu essa campanha. O texto foi intitulado de *Rainha dos Estudantes*:

No segundo semestre do ano letivo findo, resolveram os corpos docentes e discente do Ginásio, integrado o segundo pelo Grêmio Literário Da Costa e Silva levar a efeito uma campanha para levantar recursos financeiros capazes de facultar ao grêmio a aquisição de uma pequena tipografia, que ensejasse a publicação do tão sonhado jornal dos estudantes.

Para tal fim foi decidido promover-se a eleição da Rainha dos Estudantes, tendo sido apresentadas candidatas, pela 1^o série, a senhorita Idelzuite Leal, e pela 2^o série, a senhora Maria do Carmo Cardoso, ambas igualmente merecedoras da distinta investidura (RAINHA DOS ESTUDANTES. **Flâmula**. Picos, ano I, n 1, p. 1, 15 mar. 1952).

Pode-se perceber que o objetivo do evento não era comparar a beleza das duas alunas, a prioridade era a aquisição da gráfica para impressão do jornal. No decorrer da matéria, que não é assinada, apresenta-se o resultado do concurso, bem como o valor arrecadado e o envolvimento da população na colaboração para a empreitada dos estudantes.

E assim foi que o êxito do gentilíssimo prélio superou as estimativas mais otimistas, apesar da já tão conhecida a liberalidade com que o povo de Picos coopera monetariamente para todas as causas de elevada finalidade.

Basta acentuar que excedeu a cinquenta mil cruzeiros a importância arrecada com a disposição de votos, o que possibilitou tornar-se esplêndida realidade o sonho cultural da mocidade estudiosa do Ginásio (RAINHA DOS ESTUDANTES. **Flâmula**. Picos, ano I, n 1, p. 1, 15 mar. 1952).

Percebe-se, além do enaltecimento da conquista e da prestação de contas à sociedade picoense, elementos característicos do gênero informativo. Os redatores falaram sobre o acontecimento e divulgaram informações como o nome das candidatas e o resultado do concurso. Nas demais edições do jornal, o gênero informativo continuou a se fazer presente, tratando sobre acontecimentos que envolviam os estudantes e a população da cidade.

Segundo Pinheiro (2019), a presidência do concurso Rainha dos Estudantes coube ao professor de francês Acilino Leite. Dessa forma, havia o envolvimento institucional por parte dos integrantes do magistério do Ginásio Estadual Picoense nos assuntos do grêmio. Isso mostra que a associação estudantil não era guiada exclusivamente pelo alunado da escola.

Pinheiro (2019) informa que o estudante Ozildo Albano ficou responsável pela compra da máquina onde o jornal foi impresso. Ele se deslocou até Recife (PE) com os recursos adquiridos no concurso e retornou com a máquina de impressão. Nasceu, assim, a Gráfica Ginásial (ver Figura 08).

Com o retorno de Ozildo Albano com a tipografia, no dia 09 de março de 1952, ocorreu a inauguração solene da Gráfica Ginásio. Durante a cerimônia, a oratória ficou sob a responsabilidade do professor Acilino Leite, do estudante José Albano de Macedo, o Ozildo Albano e do deputado Antenor Neiva, representando o povo picoense. Na ocasião, o padre José Inácio Madeira procedeu ao ritual religioso (PINHEIRO, 2019, p. 203).

Segundo Pinheiro (2019), a população compareceu à solenidade de inauguração da gráfica, que contou inclusive com a banda de música do município de Picos. O autor salienta que mesmo modesta, a gráfica seria capaz de suprir a necessidade da impressão de *Flâmula* e de demais publicações que a ela fossem dirigidas. Tal fato, também merece destaque por parte de Lopes (2016) ao ressaltar a constituição da tipografia para a produção do jornal.

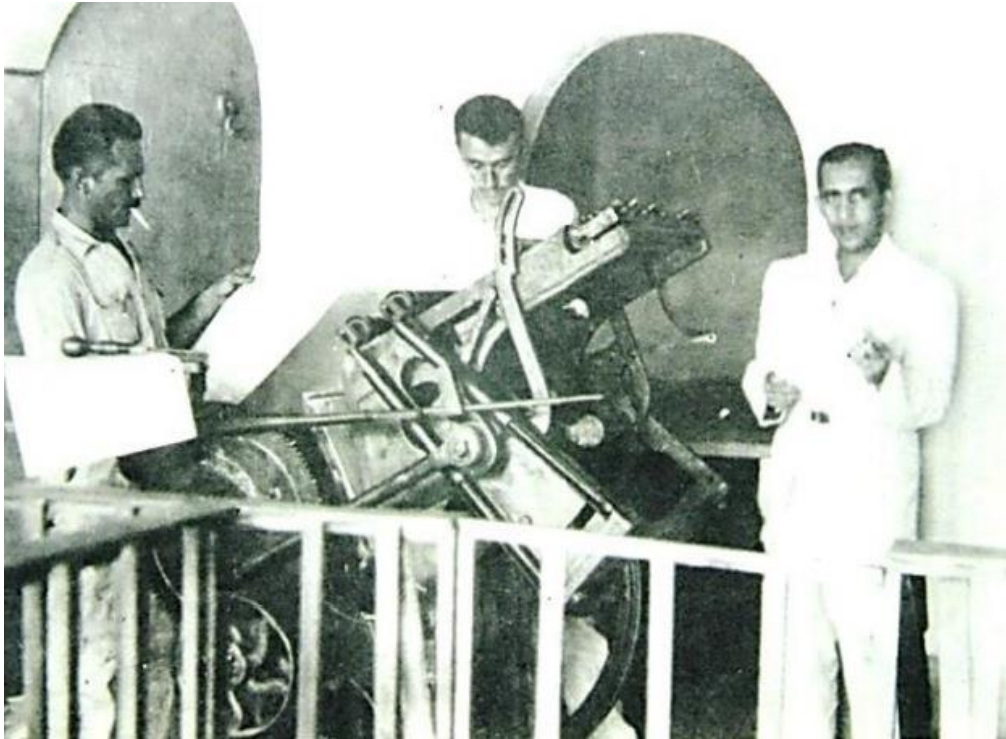


Figura 08: Gráfica Ginásial
Fonte: DUARTE (1995)

A primeira edição de *Flâmula* foi lançada no dia 15 de março de 1952 e a última no dia 18 de janeiro de 1953. O jornal circulou por menos de um ano. Foram lançadas 14 edições ao longo dos dez meses seguintes a março de 1952. Destas, treze se encontram preservadas e arquivadas. Apenas a 13ª edição não foi localizada. A circulação do impresso era quinzenal, inicialmente aos sábados e posteriormente aos domingos.

Embora os editores do jornal não tenham deixado claro se o lançamento das edições se dava no sábado por causa da feira-livre, quando havia maior circulação de pessoas na cidade, é possível fazer uma correlação com esse dia. Mesmo que os feirantes e muitas pessoas que se deslocavam para Picos não fossem letradas, eles podiam fazer a publicação circular. Destaca-se que existe a chamada leitura compartilhada, quando alguém lê o texto para outros que estão impossibilitados. Pode-se concluir que o lançamento aos sábados se dava como uma estratégia da equipe que produzia o periódico.

No cabeçalho de *Flâmula* (ver Figura 09), além do nome do jornal, constavam informações sobre o valor de cada edição, vendida por Cr\$ 1,00. Esse preço permaneceu o mesmo até o fim da circulação do jornal, verificada em 18 de janeiro de 1953. Também pode ser verificada a autodenominação do impresso em caixa-alta: **ÓRGÃO DO GRÊMIO LITERÁRIO DA COSTA E SILVA DO DINÁSIO ESTADUAL PICOENSE**. Na parte superior direita havia um box com uma citação do filósofo Sócrates: **A RAIZ DA INSTRUÇÃO É**

REALMENTE AMARGA, MAS OS FRUTOS SÃO DOCES. A referida citação se verifica em todas as edições do jornal disponíveis para análise e pode ser compreendida como o seu slogan, enfatizando assim a sua finalidade de propagador da cultura e defensor da instrução.

Logo abaixo do nome o jornal e de sua definição, constam as informações gerais sobre cada edição: ano da circulação, Estado, cidade, dia do lançamento e o número do exemplar. Em seguida vêm as publicações textuais propriamente ditas. Geralmente a manchete era apresentada em letras garrafais. Nem sempre ela era trabalhada em um grande texto, às vezes havia apenas uma nota fazendo referência a chamada principal.



Figura 09: Capa da primeira edição do jornal estudantil Flâmula. Fonte: Museu Ozildo Albano de Picos.

Sobre a estrutura das páginas, os editores de *Flâmula* disponibilizavam os textos em colunas, cujo número variava de quatro a seis. Não havia uma ordem específica nesse sentido. Além da manchete principal, a primeira página era destinada ao editorial e matérias ou textos de opinião. Almeida (2013, p. 32) descreve que as páginas dois e três apresentavam desde “anúncios, alguns informes da prefeitura municipal de Picos, com uma ou duas matérias; e a outra apresentava matérias e/ou continuções de textos iniciados em outras páginas e alguns anúncios”.

Ainda de acordo com Almeida (2013), a quarta página era destinada às Notas Sociais, que mencionavam aniversários, falecimentos, visitas. “Possui também na quarta página, uma ou duas matérias e, em algumas de suas edições, um espaço dedicado a publicações de poesias e a seção de humor, caracterizada como ‘Sessão Charadística’, dando ênfase aos valores culturais locais” (ALMEIDA, 2013, p. 32).

No expediente de *Flâmula*, localizado no canto superior direito da segunda página, constam as informações sobre os integrantes da equipe editorial: Superintendente: Prof. Acilino Leite; Diretor: Alfredo Leopoldo Albano; Gerente: José Albano de Macêdo; Redator Chefe: Albertino Leal de Barros; Redatores: José Rafael Filho, Mário Marreiros e Luiz Alencar Bezerra. Podem ser vistos ainda dados sobre o preço: Cr\$ 1,00 por edição, Cr\$ 2,00 pelo pagamento atrasado e Cr\$ 40,00 pela assinatura anual.

Como mostra o expediente, a chefia de *Flâmula* era de um professor. Como já foi dito, essa publicação não era feita apenas pelos estudantes, mas contava com o apoio de colaboradores, inclusive externos a escola. Para Machado e Martineli (2021), a participação de professores e outros escritores que não apenas os alunos, fazia dele um periódico escolar, ao invés de estudantil. No entanto, o *Flâmula* se autodenominava estudantil.

Discursaram na inauguração da gráfica o professor Acilino Leite, o deputado Antenor Neiva e o presidente do Grêmio Literário Da Costa e Silva, José Albano de Macêdo (Ozildo Albano). O discurso de Ozildo Albano foi publicado na primeira edição de *Flâmula*. Em sua fala, ele enalteceu a luta dos estudantes para aquisição da tipografia, a colaboração dos picoenses e fez referências explicativas sobre a escolha do nome do jornal. Intitulado de *Lutando por um ideal*, o discurso começa na página quatro e se encerra na página dois do periódico.

Uma falange de jovens aspirantes de grandes ideias concretiza hoje o seu sonho fagueiro de ontem.

Pugnando por essa justa causa, não poupamos esforços nem medimos sacrifícios. Não houve obstáculos que não fossem vencidos, nem dificuldades

que nos abatessem. Hoje apresentamos o fruto dos nossos labores – “Flâmula”, o jornal que irá engrandecer e dar vida nova a Picos.

“Flâmula”, ou pequena chama, em breve tornar-se-á um rútilo clarão, não como fogo fátuo que brilha por um instante, depois se apaga, mas como uma estrela cintilante que brilhará para aqueles que têm sede de saber, como um facho luminoso que iluminará os que tateiam ainda nas trevas.

“Flâmula”, o órgão literário de Picos, guiará a nossa juventude nas sendas do saber, de dever e de amor à pátria (LUTANDO POR UM IDEAL. **Flâmula**. Picos, ano I, n 1, p. 4-2, 15 mar. 1952).

A fala transcrita do orador evidencia o entusiasmo com a inauguração da gráfica e lançamento do jornal, manifestando as compreensíveis expectativas de que *Flâmula* tivesse vida longa, o que não se verificou. Sobre a curta duração do jornal, apesar do trabalho empreendido para o seu lançamento e da regularidade das publicações, esta se encontra dentro do contexto das demais publicações do mesmo tipo verificadas pelo Brasil. Amaral (2013) informa que os jornais estudantis que circularam entre os anos 1930 e 1960 possuíram vida curta. Contudo, a pequena duração dos jornais estudantis ou escolares pode ser verificada em todas as épocas em que eles circularam.

Na continuação do discurso de Ozildo Albano consta a exaltação a cidade de Picos e o desejo de que o jornal enaltecesse a história do município e a sua importância para o Piauí, preparando-o para o futuro. Portanto, era do interesse do presidente do Grêmio Da Costa e Silva que o periódico fosse um divisor de águas na história de Picos.

PICOS cidade nova que marcha altaneiramente para o progresso, há muito precisava de um emissário que levasse para longe a sua grandeza, o labor de seu povo e a inteligência de seus filhos. Esse emissário, esse porta-voz é a “Flâmula”, que cantará o nosso passado, enaltecerá as grandezas do presente e idealizará um provir risonho para a terra que nos serviu de berço.

Todo cidadão conspícuo nobre, honrado e patriota, deverá ajudar e colaborar com os estudantes nesse grande empreendimento.

Sentimos nos hoje orgulhosos por termos trabalhado denodadamente, lutando com ardor nessa campanha. Estamos satisfeitiíssimos, apesar dos sacrifícios que fizemos, das canceiras e trabalhos que tivemos, das humilhações e das afrontas que recebemos, pois diz Cornielle em um dos seus versos – “A vaicre sans péril, on triomphe sans gloire” (Quando se vence sem perigo, triunfa-se sem glória) (LUTANDO POR UM IDEAL. **Flâmula**. Picos, ano I, n 1, p. 4-2, 15 mar. 1952).

Ao fazer uso de uma citação em francês, Ozildo Albano também procurava evidenciar a educação recebida no ginásio e o papel dos estudantes como reflexo da educação. Fica claro o destaque dado aos apoiadores da empreitada ante a lista de elogios tecidos a eles pelo orador.

Sobre o fim de *Flâmula*, Sousa (2005) aponta que o encerramento do jornal se deu por questões financeiras.

Inicialmente esse veículo de comunicação fora criado com o objetivo de divulgar os artigos literários e fatos relacionados com a educação, objetivando despertar nos estudantes o interesse pela leitura e pela produção literária. No entanto, pela falta de recursos para a manutenção e impressão do jornal, percebemos que há uma participação intensa dos poderes Judiciário e Executivo com a constante publicação de editais e balancetes, tanto é que em pouco tempo, *Flâmula* deixou de circular por impossibilidade de financiar sua confecção (SOUSA, 2005, 107).

Compreende-se a dificuldade para manter as publicações, pois as impressões de jornais continuam muito dispendiosas. Assim, a abertura para que os poderes públicos participassem do periódico e colaborassem com o mesmo foi uma decisão pragmática do conselho editorial. Mesmo com a participação da prefeitura ajudando a financiar o jornal, Sousa (2005) afirma que o *Flâmula* não era um órgão oficial nem da administração do município nem do Estado. A cooperação da equipe que o fazia pode ser percebida, segundo a autora, nos textos publicados.

A questão financeira era delicada, pois além da publicação de balancetes dos poderes públicos, da promoção de assinaturas e da venda direta, o jornal também publicava anúncios das empresas existentes em Picos. Os estudantes sentiam a necessidade conseguir novas formas de financiamento para garantir a continuidade do jornal.

Almeida (2013, p. 33) lista os principais anunciantes do periódico, começando pelos que ocupavam mais destaque nas páginas: “A Pernambucana – tecidos em grosso e a retalho; F. Antão Reis & Irmão – representações e conta própria; Armazém do Povo; Sapataria Santa Teresinha; Esquina Ideal; Agência São Cristóvão; Armazém São Francisco; Auto Picoense; Casa Inglesa”.

Empresas menores de Picos também compravam o seu espaço em *Flâmula* e eram divulgadas sem muito destaque, mas ainda assim estavam presentes:

Biano Cavalcante – Alfaiate; Armazém N.S. dos Remédios; A Casa Nova; Farmácia São Francisco; Ricardo Cassiano Dantas; Bar Avenida; Alfaiataria Elite; Salão Martins; Dr. Cyro Nogueira de Castro – Advogado; Jorge Gregório Ribeiro – Advogado; Foto Varão; A Padaria São José; Posto Esso, dentre outros (ALMEIDA, 2013, p. 33).

Os anúncios de empresas particulares, da mesma forma que os balancetes dos poderes públicos, se encontravam disponibilizados ao longo das páginas do jornal. Também não havia uma ordem estabelecida para a disponibilização desses comerciais. É importante salientar que até o momento não há dados sobre pagamentos de salários ou gratificações para a equipe que produzia o jornal. Como o custeio do impresso devia ser muito caro, pode-se entender que os

recursos que chegavam até os editores eram empregados exclusivamente na produção do *Flâmula*. Assim como, o trabalho desempenhado por aqueles que escreviam textos para o jornal era totalmente voluntário, cujo retorno se dava pelo aprendizado, satisfação e até prestígio com o *Flâmula*.

O aumento dos anúncios também é um reflexo da capilaridade do jornal entre os leitores de Picos. Como ele era vendido pelo município, é possível compreender que os comerciantes e profissionais liberais passaram a ter interesse em publicar as logomarcas das suas empresas no jornal, na certeza de que as mesmas seriam visualizadas.

Embora o *Flâmula* fosse produzido para o povo de Picos e voltado para este, Sousa (2005) informa que o jornal acabou ganhando leitores em cidades vizinhas, o que pode ser atestado pelas cartas endereçadas aos editores do periódico. O jornal também apresentava colunas em que buscavam esse rompimento com o local procurando uma abrangência maior.

Era lido em outras localidades, provam isso as correspondências recebidas de Codó (MA), Oeiras, dentre outros municípios. A presença de uma coluna assinada por Otílio Neiva Coelho, chamada de “Recado do Recife”, atesta o rompimento da leitura além da esfera local. Havia também seção charadística e a coluna social que informava a visita de outros ginásianos, como os de Oeiras e de Valença do Piauí (SOUSA, 2005, p. 106-107).

A coluna “Recado do Recife”, citada por Sousa (2005), não teve uma publicação constante no jornal. Nela se tratavam de assuntos de maior abrangência, como o êxodo rural. Esse problema, como se sabe, era verificado com maior intensidade em toda a região Nordeste, na segunda metade do século XX, com as levas de retirantes que se deslocavam até as grandes cidades do Sudeste com o fim de encontrar formas de sobreviver. O debate sobre assunto como o êxodo rural mostra que o jornal estava comprometido com temáticas bem além da educação. Esse motivo pode ser apresentado como um dos fatores para a aceitação do periódico.

Embora não fosse o único tema, textos relacionados a educação são encontrados em maior número no impresso. Sousa (2019, p. 320) apresenta a lista dos principais temas abordados no jornal: educação, 26 publicações; notas sociais, 13; morte, 08; prefeitura, 08; festividade, 07.

Não se sabe ao certo se todos os estudantes do Ginásio Estadual poderiam publicar textos no jornal *Flâmula*. Entretanto, verifica-se que havia aqueles com maior número de escritos assinados. Almeida (2013, p. 28) lista que dentre os professores apresentaram maior número de textos publicados: Acilino Leite, Lourenço Campos e Alberto Nunes. Quanto aos estudantes, destacam-se: Alfredo Alberto, Mário Marreiros e Maria do Carmo Leopoldo. Os

textos geralmente passavam pela revisão de Ozildo Albano, que exercia a função de gerente do periódico, conforme dados existentes no expediente do jornal.

Nos escritos dos redatores de *Flâmula* são encontrados alguns sentidos produzidos nas matérias publicadas em suas páginas, assim como reflexões sobre a época em que viveram, o local onde a escola estava situada, bem como a importância da educação para a população. O conteúdo que circulava através do impresso deve ser analisado, podendo, assim, fornecer uma compreensão mais ampla sobre a cultura escolar e sobre a cidade de Picos do início dos anos 1950. Esse conteúdo será analisado no capítulo seguinte.

5 FLÂMULA E CULTURA ESCOLAR EM PICOS

5.1 Análise de Conteúdo e apresentação das categorias de análise

Para o estudo sobre o jornal estudantil *Flâmula* recorreu-se a Análise de Conteúdo em Bardin (1977). Dessa forma, Bardin (1977) discorre que análise possui três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados. O material a ser estudado deve ser previamente organizado permitindo que o pesquisador possa extrair deles as informações que busca.

Bardin (1977) salienta que a codificação do material deve ser realizada segundo regras rígidas, que permite representar devidamente o conteúdo que está sendo explorado.

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (BARDIN, 1977, p. 103).

Uma vez selecionado o material, cabe a interpretação do conteúdo disponível, que atende aos objetivos do trabalho. É importante ter em mente que dispendo um grande número de dados, o processo de codificação permite analisar apenas aqueles que estão em consonância com o problema de pesquisa. Não adianta dispor de uma grande quantidade de informações se elas fogem a proposta do estudo. Com isso, Bardin (1977) salienta a necessidade de se manter centrado quanto aquilo que precisa ser estudado.

Portanto, conforme Bardin (1977, p. 118), ao “classificar os elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles”. A categorização fornecerá uma representação mais simples dos dados que até então podiam ser considerados brutos, ou seja, por serem transformados.

Para análise de *Flâmula*, conforme Bardin (1977), foram selecionados 22 textos presentes ao longo das 13 edições do jornal disponíveis para o estudo. A partir do conteúdo do *corpus* da pesquisa, foram criadas três categorias: *Flâmula* e Educação, Notícias e Acontecimentos Gerais e *Flâmula* e Opinião. Assim, oito textos foram categorizados como Educação, pois tratam do Ginásio Estadual Picoense e de debates sobre o ensino brasileiro. A

educação é o tema mais presente no periódico estudantil. Seis publicações entraram na categoria Notícias, pois tratam sobre acontecimentos gerais verificados em Picos, que não dizem respeito diretamente ao Ginásio Estadual Picoense. Fatos da sociedade que no entender do editoriais do *Flâmula* mereciam algum destaque. Por fim, abordou-se a categoria Opinião, também abordando análises gerais sobre valores morais, comportamento, reflexões quanto a sociedade picoense e a juventude.

Escolheu-se sempre os primeiros textos de cada edição do jornal nas três categorias por entender que eles ocupavam uma posição de destaque na publicação, tornando-se os textos que os leitores visualizavam primeiro ao se depararem com o jornal. Essa escolha permitiu abranger mais de 50% das edições de *Flâmula* disponíveis para análise, conforme pode ser conferido na tabela I.

Tabela I: Textos analisados nas três categorias

CATEGORIAS	MATÉRIAS ANALISADAS	EDIÇÃO	DATA
<i>Flâmula e Educação</i>	Imprensa Estudantil	1 ^a	15 de março de 1952
	Surge uma onda de ideias literárias	2 ^a	29 de março de 1952
	Magistério e Sacerdócio	3 ^a	12 de abril de 1952
	O dever de estudar	4 ^a	26 de abril de 1952
	Teatro dos Estudantes	5 ^a	10 de maio de 1952
	Está programada nova alteração nas diretrizes do ensino secundário nacional	6 ^a	24 de maio de 1952
	Luzida caravana de ginásianas oeirenses visita colegas desta cidade	7 ^a	07 de junho de 1952
	Dois elementos de nosso ginásio aprovados no último concurso do Banco do Brasil	8 ^a	19 de julho de 1952
<i>Notícias e Acontecimentos Gerais</i>	Juramento à bandeira nacional pelos reservistas da classe de 1932, no dia 21 do corrente	2 ^a	29 de março de 1952
	O município de Picos é o mais populoso do interior do Piauí, com 55.120 habitantes	3 ^a	12 de abril de 1952
	A CAN acaba de designar nesta cidade, uma comissão encarregada da distribuição de gêneros alimentícios aos flagelados da seca	5 ^a	10 de maio de 1952.
	Fósseis ante diluvianos achados no município de Remanso (BA)	6 ^a	24 de maio de 1952
	A capital piauiense comemora o seu 1 ^o Centenário	9 ^a	03 de agosto de 1952
	15 de Agosto – Festa de N. S. dos Remédios	10 ^a	31 de agosto de 1952
<i>Flâmula e Opinião</i>	O poder do estímulo	1 ^a	15 de março de 1952.
	Os índios	2 ^a	29 de março de 1952

	Justa inversão de valores	5 ^a	10 de maio de 1952
	Justa Abolição	6 ^a	24 de maio de 1952
	A Honra	7 ^a	07 de junho de 1952
	Apelo a mocidade	8 ^a	19 de julho de 1952
	A civilização humana	9 ^a	03 de agosto de 1952
	Humildade	10 ^a	31 de agosto de 1952

Fonte: autoria própria

5.2 Flâmula e educação

A educação é o principal tema abordado ao longo das 13 edições do jornal estudantil *Flâmula*. Foram contabilizados pelo menos 26 textos que tratam diretamente sobre esse assunto, por isso, decidiu-se iniciar a análise das produções textuais que tem relação com o assunto. Entende-se que por se tratar de um periódico produzido por alunos e professores de uma escola – o Ginásio Estadual Coelho Rodrigues – era do interesse dos editores e colaboradores defender o ensino como propulsor do desenvolvimento nacional, regional e local, além de publicizar as atividades escolares.

Uma vez que foram contabilizados 26 textos em 13 edições do jornal, optou-se por analisar oito textos, nas dez primeiras edições. Esse escopo permitiu conhecer como o *Flâmula* trabalhava a temática educação, retratando a cultura escolar verificada no Ginásio Estadual Picoense. Conforme Sousa (2019), a instituição do ginásio foi fruto de muita cobrança da classe média local e de uma ampla luta política. Cabia, a partir de então, aos professores e estudantes mostrar que a instalação da escola correspondeu com as expectativas dos seus idealizadores.

Para início desta análise foi escolhido o texto “Imprensa Estudantil”, publicado na primeira edição do *Flâmula* – de 15 de março de 1952. “O Imprensa Estudantil” demonstra ser o editorial uma vez que aparece na primeira página do jornal e a ele é dado mais destaque, com mais espaço para o desenvolvimento da ideia, tratando-se de um texto opinativo não assinado. Não possui assinatura e se utiliza de uma redação erudita com citação na primeira linha em latim “ARS EX EXPERIMENTO VENIT” (IMPRESA ESTUDANTIL. **Flâmula**. Picos, ano I, n 01, p. 1, 15 mar. 1952).

O editorial da primeira edição valoriza a escrita e a necessidade da leitura para uma boa redação. A publicação do jornal é, no entender do editorialista, algo que motivaria os estudantes a lerem mais, especialmente o jornal lançado a partir da escola. Com isso, o jornal estava cumprindo também o objetivo de educar os leitores, formando a opinião das pessoas em favor da educação e da cultura. É importante lembrar que desde o início do século XX, a educação era vista como uma redentora do Brasil. O *Flâmula* dava assim sequência a essa ideia.

O maior parágrafo do texto trata sobre a imprensa e a importância desta para a sociedade ocidental.

Acresce que as atividades da imprensa dão um cunho particular e destacado a todos aqueles que plasam a mentalidade na vida do jornal, seja ele grande ou pequeno, do sertão ou das grandes metrópoles. É na influência que exerce sobre a formação do espírito democrático dos moços e na criação de acentuadas correntes de opinião, de verdadeiras ESCOLAS de pensamento, nada se lhe avanteja mais, a não ser, talvez, a cátedra em que pontifiquem verdadeiros homens de gênios (IMPRESA ESTUDANTIL. *Flâmula*. Picos, ano I, n 01, p. 1, 15 mar. 1952).

Neste trecho destacado do editorial, é claro o valor atribuído à imprensa pelo redator. A imprensa é vista como um bastião da democracia, tão útil aos grandes centros urbanos quanto às pequenas cidades, como, por exemplo, Picos. O município de Picos, à época com um pouco mais de 50 mil¹³ habitantes, situado no sertão piauiense, carecia não só de uma escola, mas de jornais para informar a população. O *Flâmula* tinha um papel especial com relação aos demais periódicos existentes no período¹⁴, por ser produzido por estudantes, professores e demais colaboradores letrados.

Os editores de *Flâmula* demonstravam entender a importância do jornal para a cidade, destacando a influência que poderia exercer sobre os leitores. Na sequência do texto “Imprensa Estudantil” o redator citou Rui Barbosa, Gilberto Freire e Tobias Barreto¹⁵, figuras históricas do Brasil e a contribuição deles para a imprensa nacional, cada um em sua época.

Foi na tribuna da imprensa que Rui Barbosa formou a poderosa corrente de opinião que lhe proporcionou sagrar-se o maior criador da República Brasileira e de suas primeiras instituições. Foi ela que fez de Gilbert Freire, desde seus tempos de estudante nos Estados Unidos e como colaborador assíduo do vovô da imprensa latino-americana – o “Diário de Pernambuco”, o moldador de uma corrente de estudos sociológicos, em que segue verdadeira plêiade de intelectuais em todos os ramos do pensamento brasileiro, sobretudo do norte. E se Tobias Barreto conseguiu, mais do que Rui, traçar um sulco tão profundo no pensamento e na vida dos moços de seu tempo, não foi senão graças ao que, além dos poderes do jornalismo, lhe acresceram os da cátedra eminentíssima (IMPRESA ESTUDANTIL. *Flâmula*. Picos, ano I, n 01, p. 1, 15 mar. 1952).

¹³ Picos possuía, em 1952, 52 mil habitantes, conforme censo do IBGE daquele ano (DUARTE, 1995).

¹⁴ Na mesma época de *Flâmula*, circulavam em Picos os jornais *A Ordem* e *Folha Circulista* (DUARTE, 1995).

¹⁵ Rui Barbosa foi advogado, político e jornalista. Foi um dos idealizadores e defensores da Proclamação da República (1889), reconhecido como intelectual e estadista. Gilberto Freire foi um sociólogo e intelectual pernambucano dono de vasta obra bibliográfica, a mais conhecida dentre as quais *Casa grande e senzala*. Tobias Barreto foi filósofo, poeta e jurista brasileiro. Integrou o movimento filosófico denominado Escola do Recife.

Ao citar os pensadores brasileiros que colaboraram com jornais impressos, o editorial de *Flâmula* está mais uma vez endossando o papel da imprensa como influenciadora da sociedade. Nisso, o editorial está justificando a publicação do periódico pelos estudantes do Ginásio Estadual Picoense, mostrando o surgimento de uma distinção intelectual daqueles que ficariam responsáveis pelo impresso e daqueles que nele escreveriam.

O artigo “Surge uma onda de ideias literárias” foi publicado na edição número dois de *Flâmula*, datada de 29 de março de 1952. Ele é assinado pela estudante Marlene Eulálio. A informação de que ela é uma estudante encontra-se identificada abaixo dos créditos entre parênteses. Com isso, o jornal estaria cumprindo com uma das suas propostas de dar voz para que os alunos do Ginásio Estadual Picoense pudessem escrever.

Na publicação, a estudante Marlene Eulálio trata sobre o progresso literário verificado em Picos desde a instituição do ginásio, da fundação do Grêmio Literário Da Costa e Silva e do jornal *Flâmula*. Marlene Eulálio faz referências constantes ao idealizador e diretor do ginásio, Vidal de Freitas, como alguém que está compartilhando do seu conhecimento com os alunos, contribuindo para o progresso intelectual dos mesmos.

Aumenta-nos cada vez mais o ideal de progredirmos literalmente. Apareceu-nos de fundarmos um grêmio, cujo nome foi Grêmio Literário “Da Costa e Silva”. Podemos considerar termos dado um grande passo a um outro desejo, que haveria de surgir: a inauguração de uma tipografia.

Não dispondo o Ginásio de rendas que o capacitassem a inaugurá-la, apresentamos duas candidatas a rainha, ambas dignas desta investidura, e enfrentamos uma campanha, orientada pelo professor Dr. Acilino Leite, que empregou todos os esforços possíveis para alcançarmos o êxito almejado (EULÁLIO, Marlene. Surge uma onda de ideias literárias. **Flâmula**. Picos, ano I, n 02, p. 01, 29 mar. 1952).

Além do trecho destacado, Marlene Eulálio faz um retrospecto sobre a instituição do Ginásio Estadual Picoense até a fundação do jornal, elogiando então a população picoense pela colaboração financeira para a constituição da Gráfica Ginásial. Há nisso também a publicização da escola e dos resultados que ela está oferecendo a cidade. O artigo da estudante Marlene Eulálio pode ser analisado não só como parte do processo de educação e da proposta do jornal em dar visibilidade aos alunos, como ainda quanto ao papel dos periódicos estudantis, que garantiam a visibilidade das escolas a partir de onde eram editados. De acordo com a fala de Nolasco (2015):

As pesquisas encontradas e que utilizam os periódicos discentes, ora como fontes, ora como objetos de investigação, ajudaram-nos a registrar as

produções que pudessem indiciar o envolvimento de estudantes na esfera social, ainda que a nível escriturário. Neste processo, deparamo-nos com muitos periódicos que, como atividades previstas pelas instituições escolares em que foram criados, foram instrumentos de publicidade da escola, meios de consolidação de seu projeto pedagógico (métodos, teorias, valões e conteúdos) esta intencionava divulgar entre alunos e sociedade. (NOLASCO, 2013, p. 33).

A publicização das atividades escolares através de um periódico contribuía para que a escola se integrasse mais a comunidade, bem como mostraria o valor da educação e a influência dos alunos e professores junto a sociedade. No caso de *Flâmula*, este despertava interesse até mesmo dos poderes públicos, que divulgavam notas oficiais nas suas páginas. Esse fato pode ser atribuído a existência de poucos jornais na cidade de Picos nos anos 1950, de maneira que *Flâmula* aparece no cenário da imprensa local como um novo dispositivo para divulgação das ações administrativas e sua respectiva publicidade.

Deve-se destacar na produção textual da estudante Marlene Eulálio, a menção ao professor Dr. Acilino Leite na realização do concurso de beleza que resultou na aquisição dos recursos necessários para a compra da tipografia onde foi impresso o *Flâmula*. A estudante ressalta que ele foi o orientador dos discentes na empreitada. Isso evidencia a importância da participação do professor na cultura escolar, conforme Pinheiro (2019, p. 133), que discorre sobre o papel do docente “como mediador capaz de fazer funcionar e manter a cultura escolar, pois é ele quem atua no sentido de promover as normas e de realizar as práticas que as consolidarão”.

Sobre a educação, o jornal apresenta o editorial de título “Magistério e Sacerdócio” na terceira edição do *Flâmula*, de 12 de abril de 1952. Ele está disposto na capa do jornal, não é assinado e reflete o pensamento do periódico, citando Jesus Cristo e utilizando expressões em francês, o editorialista descreve no primeiro parágrafo porque os professores devem se doar abnegadamente à sua profissão. Ao invocar o místico, o editor procura elevar o exercício do magistério a outro patamar, que estaria acima dos ganhos materiais.

A muitos parecerá, talvez, um truísmo dos mais sedícios a afirmação de que o magistério é verdadeiro sacerdócio. Verdadeiro naquele elevado sentido e que foi o do divino Jesus que, ao mesmo passo em que oficiava no caráter do sacerdote, de imolador, de “sacrificateur”, como diz o francês e é a significação etimológica do vocabulário, pois que nenhum poder do mundo lhe seria capaz de tirar a vida, se Ele a não quisesse depor, também serviria de vítima, de holocausto, de hóstia, com um inefável espírito de sacrifício que a todos os homens deveria servir de padrão e de incentivo. Espécie de afilegismo sui generis que pode e deveria ter a mais integral aplicação no

magistério, principalmente no primário e no secundário (MAGISTÉRIO E SACERDÓCIO. *Flâmula*. Picos, ano I, n 03, p. 01, 12 abr. 1952).

Percebe-se a comparação com o sacrifício de Jesus Cristo que, segundo a Bíblia, permitiu a sua captura para a crucificação. Logo se faz um paralelo com o trabalho dos professores, que exigiria igual dedicação. O editorialista trata o profissional do magistério como alguém fundamental para a vida dos estudantes e dos país, cuja importância estava acima de ganhos materiais.

A partir deste editorial, percebe-se que o *Flâmula* reproduzia uma fala oficial sobre a dedicação exclusiva e abnegada dos professores. Nolasco (2015, p. 201) informa que essa era uma característica dos jornais estudantis, cuja “opinião pública que esses impressos queriam formar, em grande parte das vezes, era aquela legitimada pelo poder oficial e ligada às aspirações das sociedades ou agrupamentos urbanos ligados aos padrões de modernidade”.

O editorial “Magistério e Sacerdócio” traz em seu próprio título o argumento do magistério enquanto sacerdócio, mas faz uma ressalva sobre a compreensão de que os professores também se preocupem com os vencimentos. Isto é, o professor deveria receber remuneração pelo exercício do magistério, contudo, o editor finaliza o texto, mais uma vez, enfatizando a necessária abnegação do profissional da educação.

Como os que a ele se dedicam em regra são pessoas cujos recursos econômicos consistem no tempo e na capacidade de o aplicar a um fim produtivo, é fatal que o professor se interesse pela remuneração de seu precioso trabalho, justamente para isto: para que possa ser professor. Mas é igualmente indispensável que o mestre se interesse tanto em prol do aproveitamento de seus jovens discípulos, quanto pela remuneração que daí lhe advenha. É uma questão do mais sadio patriotismo que se equilibrem os dois interesses e, no caso de eles se chocarem entre si, o verdadeiro sacerdócio exigiria que o do aproveitamento sobrevasse a qualquer custo (MAGISTÉRIO E SACERDÓCIO. *Flâmula*. Picos, ano I, n 03, p. 01, 12 abr. 1952).

Flamula, no seu papel de imprensa, contribuiu de forma direta para a reprodução da visão romantizada da profissão de professor, colocando-o acima da remuneração, uma vez que era de responsabilidade do professor educar as crianças, seus pais e até o país. Essa responsabilidade atribuída ao profissional do magistério continuou no decorrer do editorial “Magistério e Sacerdócio”, chamando a atenção para o nacionalismo e para a importância social do professor na formação da sociedade, na medida em que propunha a acusação de crime contra a pátria o prejuízo que jovens poderiam sofrer caso não receberam uma educação adequada.

Conforme Romanelli (1986), a educação se tornou uma bandeira nacional a partir da Proclamação da República (1889). Políticos, educadores e intelectuais entendiam a sala de aula como uma redentora do país que carecia de mão de obra qualificada. Esse ideal se mostrou constante ao longo do século XX.

É importante lembrar que o período de circulação de *Flâmula* (1952-1953) foi marcado pelo forte acirramento político, com o temor da instauração do comunismo no Brasil. Governava o Brasil nessa época Getúlio Dornelles Vargas, eleito presidente em 1950. O discurso sobre o patriotismo era disputado pelos varguistas e seus opositores, que possuíam projetos divergentes para o país¹⁶. O editorialista de *Flâmula* termina por inserir o jornal neste debate, colocando os professores como responsáveis pela formação de cidadãos patriotas.

O editorial “Magistério e Sacerdócio” continua citando um trecho extraído da revista semanal *Cruzeiro*¹⁷, a mais lida no Brasil naquela época, em que trata sobre o concurso do Banco do Brasil. Pelo menos 23 mil candidatos dos 24 mil foram eliminados, segundo a revista, por não apresentarem a formação educacional suficiente para a profissão. Há uma denúncia contra a má situação da educação do brasileiro.

Por fim, o editorialista de “Magistério e Sacerdócio” denuncia aquilo que chama de “mercantilização do ensino”, acusando professores de serem comerciantes da educação e também aos pais pelo fato de pagarem pelo ensino para os seus filhos. Os pais, no entender do editorialista, estavam explorando os profissionais do magistério. O editorial finaliza defendendo a sua ideia de sacerdócio na educação: “Sim, pois o magistério só é digno do nome se se exercer com abnegação e esforço sacrificial” (MAGISTÉRIO E SACERDÓCIO. *Flâmula*. Picos, ano I, n 03, p. 01, 12 abr. 1952). Mais que uma profissão cujo profissional deve receber salário por ela, o professor tem uma missão social: educar para servir à sociedade.

Uma vez que o jornal *Flâmula* circulava a partir do Ginásio Estadual Picoense é compreensível que os aspectos relacionados a importância da educação fossem enfatizados. No artigo “O dever de estudar”, publicado na edição de 26 de abril de 1952, nota-se a clara exortação para que os alunos se doem aos livros. O artigo assinado pelo estudante Francisco Rocha afirma que o estudo é o caminho para uma vida plena.

A participação do estudante Francisco Rocha na produção do jornal *Flâmula* permite que este seja inserido no debate público exercendo a sua opinião a respeito de um tema que ele vivia diariamente: a educação e o cotidiano escolar. Na prática, a publicação de textos no jornal

¹⁶ Enquanto Vargas defendia o desenvolvimento econômico puxado pelo Estado, os seus opositores, reunidos na União Democrática Nacional (UDN), queriam maior participação do capital estrangeiro e privatizações.

¹⁷ Revista pertencente aos Diários Associados de Assis Chateaubriand.

pelos alunos do Ginásio Estadual Picoense, revelam detalhes sobre práticas existentes dentro da escola e da relação hierárquica existente entre professores e alunos. Quem escreve para um jornal sabe que aquilo que seleciona para o texto terá alguma visibilidade e, por isso, pretende com ela tornar um tema de debate público. Amaral (2013), que analisa a imprensa estudantil do período que vai de 1930 a 1960, salienta que a presença de alunos na imprensa é marcada pela participação deles na vida pública brasileira.

Portanto, conforme Aguiar e Assis (2019) afirmam, a circulação dos periódicos estudantis está de acordo com a época em que foram produzidos, reproduzindo os ideais vigentes, cuja sua historicidade não pode ser dissociada.

Entende-se que impressos estudantis são produzidos dentro de um contexto histórico específico, implicado por aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, portanto, focaliza-se a questão da materialidade do impresso e a sua historicidade, indissociável de suas condições de produção, circulação, transmissão e recepção (AGUIAR; ASSIS, 2019, p.73-74).

O artigo “O dever de estudar” foi publicado na primeira página da quarta edição de *Flâmula* e o seu parágrafo de conclusão encontra-se na quarta página. Essa diagramação se revela comum no jornalismo brasileiro de então, com textos que tem início em uma página e terminam em outra. Logo no segundo parágrafo o articulista fala sobre as agruras e dificuldades do estudo e dos problemas enfrentados ante alguns educadores e colegas de escola.

A raiz do estudo é um pouco dura, pois no período de nossos estudos sofremos humilhações de alguns educadores e de colegas que possuem complexo de superioridade para com os humildes. Mas devemos inclinar a cabeça e sofrer com resignação, que um dia, quando tivermos cultura, seremos iguais àqueles que nos humilham, por serem dotados de inteligência e favorecidos pela natureza (ROCHA, Francisco. O dever de estudar. *Flâmula*. Picos, ano I, n 04, p. 01-04, 26 abr. 1952).

Conforme Júlia (2001), cultura escolar é definida pelas práticas vivenciadas no interior de uma escola, e a relação entre alunos e professores é uma dessas bases. E essa relação entre professores e alunos pode ser percebida na página do periódico escolar. Nesse sentido, percebe-se neste trecho em destaque acima um desabafo do estudante Francisco Rocha, algo que talvez ele já tivesse sofrido dentro da escola, procurando, assim, passar uma mensagem positiva para os educandos que, talvez, se encontrassem na mesma situação. O artigo revela possíveis humilhações dentro da escola, tanto por parte da relação hierárquica existente entre professor e aluno, onde o primeiro assume posição de superioridade em relação ao segundo; quanto das

diferenças sociais e econômicas entre os próprios alunos, na qual quem tem mais dinheiro ou poder se sente superior àquele que não usufrui dos mesmos privilégios.

O parágrafo do artigo “O dever de estudar”, em destaque acima, diz respeito a cultura escolar – a relação existente dentro da escola –, pois o estudante Francisco Rocha faz uma referência a determinados professores que não estariam contribuindo com a educação dos alunos. Ao invés disso, tais profissionais da educação estavam prestando um desserviço ao humilhar os alunos. Ao mesmo tempo, Francisco Rocha apresenta elementos do que considera capital cultural entre os alunos como aspecto importante dentro da escola, visto que aquele que possui maiores conhecimentos, saberes e/ou intelecto se coloca na posição de humilhar outrem que ainda não o possui, mas que a escola é o caminho para a sua obtenção.

O Ginásio Estudantil Picoense, portanto, seria um dos meios pelo qual os jovens, em especial aqueles sem poder aquisitivo, teriam para alcançar capital cultural e se igualar através do estudo com aqueles que detém desde cedo capital econômico.

A crítica feita a integrantes do magistério no artigo “O dever de estudar” levanta questionamentos sobre o grau de liberdade editorial existente dentro da redação de *Flâmula*. Conforme abordado nesta dissertação¹⁸, há uma diferença entre o jornal escolar e o jornal estudantil (NOLASCO, 2015). O primeiro seria controlado pela escola e professores, enquanto o segundo é produzido exclusivamente por estudantes, possuindo, em tese, maior liberdade.

O *Flâmula*, como se sabe, não era produzido exclusivamente pelos estudantes. Eles contavam com a orientação do diretor do ginásio, juiz Vidal de Freitas, e com a colaboração dos professores para lançar o periódico. Ainda assim, artigo “O dever de estudar” saiu na 4ª edição com uma crítica a alguns professores cujos nomes não são citados. Pode-se levantar hipóteses de que o estudante Francisco Rocha não estivesse se referindo a algum professor do ginásio, mas falando de forma geral sobre maus profissionais da educação e que o tema publicado, de alguma forma, era de interesse do diretor do Ginásio Estadual Picoense.

O autor do artigo “O dever de estudar” aborda o papel dos pais na educação dos filhos, enfatizando o sofrimento dos primeiros para que os seus descendentes possam estudar. Ele também faz mais uma referência aos professores, como responsáveis pela difusão do conhecimento. A crítica verificada no texto dessa vez é direcionada aos filhos que não agradecem o esforço dos pais para que eles se eduquem. Francisco Rocha elogia principalmente aqueles pais de poucas posses, cujas dificuldades financeiras tornam muito difícil a manutenção dos filhos na escola.

¹⁸ Na página 50 do terceiro capítulo desta dissertação consta que Nolasco (2020) diferencia jornal escolar de estudantil.

Na quinta edição do *Flâmula* – lançada a 10 de maio de 1952 – encontra-se a matéria “Teatro dos Estudantes”, o texto apresenta abaixo do título a palavra reportagem junto com o nome da autora: Marlene Eulálio (estudante). Portanto, estará enquadrado dentro do gênero jornalístico compreendido como noticioso (LAGE, 1987). O texto é pequeno, possuindo cinco parágrafos, ocupando duas colunas na base da quarta página do jornal.

Embora no início da matéria “Teatro dos Estudantes” conste o nome reportagem, as características apresentadas nas linhas que se seguem correspondem principalmente a uma notícia. Compreende-se que a definição sobre notícia e reportagem deve ser aquela feita pelos autores do jornal.

É claro que no caso de *Flâmula*, como um jornal que circulava a cada 15 dias, as coberturas e textos de opinião deviam ser planejados com a equipe editorial, que daria o aval se aquele assunto interessava para a publicação. Compreende-se que havia uma discussão previa sobre o que seria veiculado.

Na matéria “Teatro dos Estudantes”, assinada por Marlene Eulálio podem ser percebidas as informações básicas sobre um acontecimento, como a resposta às perguntas sobre quem, fez o quê, onde e quando.

Domingo passado, realizou-se no salão nobre do Instituto Monsenhor Hipólito um sensacional drama apresentado pelos alunos do Ginásio Estadual Picoense. Constou de uma comédia comovedora e muito poderosa, principalmente aos estudantes, e de um importante ato vareado, cujas personagens, bem como da comédia, desempenharam muito bem o papel que lhes foram confiados (EULÁLIO, Marlene. Teatro dos estudantes. *Flâmula*. Picos. Picos, ano I, n 05, p. 04, 10 maio 1952).

Nesse parágrafo da matéria “Teatro dos Estudantes” nota-se a emissão da opinião de Marlene Eulálio sobre o desempenho dos estudantes na apresentação da peça. Além de informar sobre o acontecimento, ela também avalia o desempenho dos colegas na apresentação teatral, emitindo uma opinião positiva sobre o trabalho deles.

Marlene Eulálio agradece aos picoenses que acompanharam a peça teatral e contribuíram financeiramente para ela. A autora informa que a direção do ginásio usou os valores arrecadados em favor dos alunos e cita o nome dos participantes: “José Albano de Macedo, Alfredo Leopoldo Albano, José Rafael Filho, José Bezerra Rodrigues, Luiz de Alencar Bezerra, Mário Marreiros de Araújo, Maria do Socorro Dantas, Espedita Alves Costa, Maria Aldery Albano, Maria Luiza Macedo” (EULÁLIO, Marlene. Teatro dos estudantes. *Flâmula*. Picos. Picos, ano I, n 05, p. 04, 10 maio 1952).

Em se tratando da educação, o debate não ocorre apenas na esfera local/regional uma vez que as diretrizes são definidas nacionalmente. Assim, o jornal *Flâmula*, em sua sexta edição de 24 de maio de 1952, apresentou a manchete: “Está programada nova alteração nas diretrizes do ensino secundário nacional”, e abaixo dela há o subtítulo: “Prevê-se a extinção dos cursos clássico e científico, substituídos por dois anos de segundo ciclo e um de colégio universitário”. Essa abertura mostra que os redatores do periódico estavam atentos às alterações que poderiam ocorrer no sistema de ensino vigente na época e queriam repassar essas informações aos leitores, uma vez que também lhes dizia respeito.

Compreende-se ainda que os editores do *Flâmula* estavam atentos aos acontecimentos nacionais, fazendo com que essas informações chegassem até os leitores em Picos. Ao reproduzir uma notícia como essa sobre modificações no ensino, os redatores também se utilizavam da sua interpretação para que os leitores compreendessem a importância do acontecimento.

Ressalta-se que a educação brasileira passou por muitas reformas nas primeiras décadas do século XX. Para Aranha (1996), as alterações verificadas até a Reforma Francisco Campos de 1932 foram sem efetividade, uma vez que não possuíam continuidade. Apenas a primeira reforma verificada no governo getulista estabeleceu diretrizes efetivas, como a obrigação de cursar o ensino seriado para ingressar na universidade.

Outra reforma significativa foram as Leis Orgânicas, editadas entre 1942 e 1946, conhecidas como Reforma Capanema, também ministro da Educação de Getúlio Vargas. Após a redemocratização do Brasil, em 1946, com a edição da nova constituição, foi lançada a ideia de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação para regular o ensino no país, mas essa lei foi aprovada apenas em 1961.

Abaixo da manchete “Está programada nova alteração nas diretrizes do ensino secundário nacional” e do subtítulo: “Prevê-se a extinção dos cursos clássico e científico, substituídos por dois anos de segundo ciclo e um de colégio universitário”, há o texto com o título “O ensino nacional”. Ele ocupa o espaço que o *Flâmula* destina para o editorial, conforme analisado em todas as edições disponíveis do jornal. É no “O ensino nacional” que a reforma educacional, anunciada na manchete, será debatida.

O texto da manchete “Está programada nova alteração nas diretrizes do ensino secundário nacional” abre o primeiro parágrafo abordando o congresso de reitores das universidades brasileiras, ocorrido em São Paulo. A partir do segundo parágrafo são apresentados os pontos discutidos no congresso.

O certame contou com o apoio e teve a presença do ministro da Educação, e do plano adotado para a reforma do ensino, constam os seguintes itens, que interessam de perto aos ciclos secundários: instituição de mais de um ano no curso primário; idade mínima de doze anos para os candidatos aos exames de admissão; segundo ciclo (colégios) com apenas duas séries, sem mais a distinção de curso clássico e curso científico; colégio universitário, com uma série somente e cujas aulas serão ministradas na própria escola superior a que se destine o estudante (ESTÁ PROGRAMADA NOVA ALTERAÇÃO NAS DIRETRIZES DO ENSINO NACIONAL. *Flâmula*. Picos, ano I, n 06, p. 01, 24 maio 1952).

As medidas discutidas no encontro de São Paulo e apresentadas através do periódico estudantil do Ginásio Estadual Picoense interessavam a toda a comunidade escolar: professores, alunos, pais. Elas iriam definir o futuro dos estudantes. Com base na Reforma Francisco Campos, o ingresso no ginásio se dava através de um certame, para os quais as famílias com mais recursos financeiros pagavam professores particulares para instruir os candidatos. Esse era o único caminho para o ingresso na universidade. Conforme Sousa (2005), os testes eram muito concorridos e a reprovação representava um atraso na vida estudantil.

Uma vez que a oferta de ensino ainda era reduzida naquele momento histórico, tendo em vista que havia apenas uma escola secundarista em Picos, compreende-se que candidatos de vários municípios vizinhos se dirigiam à cidade com a finalidade de ingressar no ginásio. Sousa (2019) afirma que a concorrência permaneceu acirrada mesmo depois que o certame para ingresso no secundário foi abolido.

Ainda nesta manchete, o jornal questiona se as medidas levantadas no congresso realizado em São Paulo seriam tornadas realidade. Ele também trata sobre a baixa condição intelectual dos estudantes que buscam o ensino secundário em decorrência da iniciativa dos pais de priorizar os ginásios. Na manchete percebe-se ainda uma contradição em comparação ao editorial da terceira edição de *Flâmula*, já analisada neste estudo, cujo título é “Magistério e Sacerdócio”.

No editorial “Magistério e Sacerdócio”, o *Flâmula* defendeu que os professores se dedicassem ao magistério de forma abnegada, independente da baixa remuneração da profissão. O jornal entendia ser o exercício da profissão de educador um sacerdócio que não podia se corromper por questões financeiras. Já na manchete “Está programada nova alteração nas diretrizes do ensino secundário nacional”, a questão financeira dos professores é levada em consideração, entendendo ser difícil para um profissional do magistério manter a qualidade do seu trabalho ante a má remuneração.

Vê-se, assim, que uma das causas eficientes e profundas do mal é a pressão econômica em que se conjugam a tremenda carestia da vida e a inexorável dependência econômica da imensa maioria dos que educam os filhos e da quase totalidade dos que se dedicam ao magistério secundário. É difícil ocorrer amor ao ensino, espírito de abnegação, vocação sacerdotal para o magistério capaz de se sobrepor às aperturas financeiras, à subnutrição e até ao chôco de moléstias, cujo tratamento se adia ao extremo suportável, por medida de economia, o que afinal redundará em maiores despesas, mais precariedade de êxito de cura, maior arrocho econômico, verdadeiro círculo vicioso (ESTÁ PROGRAMADA NOVA ALTERAÇÃO NAS DIRETRIZES DO ENSINO NACIONAL. *Flâmula*. Picos, ano I, n 06, p. 01, 24 maio 1952).

A perspectiva apontada na manchete “Está programada nova alteração nas diretrizes do ensino secundário nacional” é mais realista ante a necessidade da valorização do professor que, assim como qualquer outro trabalhador, necessita de uma remuneração digna. Foge-se, portanto, da retórica do magistério como sacerdócio. Na sequência, será levantada a dificuldade para o exercício do magistério no ensino secundário, que estava mais custoso financeiramente e com maior número de exigências legais.

Ao final da manchete em análise, o jornal *Flâmula* deixa clara a sua opinião, mostrando-se a favor das alterações sugeridas no congresso realizado em São Paulo: “Oxalá aquela elevação do mínimo da idade e a criação de mais um ano primário concorram para que não mais se vejam nas primeiras séries ginasiais, alunos de nível intelectual inferior ao do mais propedêutico dos cursos” (ESTÁ PROGRAMADA NOVA ALTERAÇÃO NAS DIRETRIZES DO ENSINO NACIONAL. *Flâmula*. Picos, ano I, n 06, p. 01, 24 maio 1952).

O conteúdo da manchete analisada aqui explora não apenas as práticas educativas, mas também as concepções de ensino dos redatores do jornal. Apresentam-se as concepções sobre um tema específico, nesse caso, a educação, podendo formar uma opinião pública favorável aos profissionais da educação.

Segundo Lopes (2016), o jornal escolar reflete o pensamento da escola onde é produzido.

O jornal e a revista escolar, considerados aqui como aqueles que são produzidos no interior das escolas com a participação de docentes e discentes, têm sido trabalhados como fontes importantes para a compreensão da cultura e das práticas escolares. Esses impressos escolares dão indícios relevantes de práticas educativas e sentidos educacionais postos em ação em diferentes escolas. Procuram divulgar determinadas concepções de escola e exercer, nas lutas por legitimidade, o convencimento da validade dessas concepções. Em suas ações, procuram informar e formar pela leitura e a escrita alunos e familiares, público principal dessas publicações (LOPES, 2016, p. 96).

Para Lopes (2016), os jornais produzidos por alunos e professores buscavam a formação de um público leitor. Mesmo que os periódicos chegassem principalmente para pessoas próximas à comunidade escolar, o seu alcance era bem maior, atendendo a uma parcela mais vasta da sociedade.

O *Flâmula* traz na manchete da sétima edição, lançada a 07 de junho de 1952, a seguinte notícia: “Luzida caravana de ginásianas oeirenses visita colegas desta cidade”. Abaixo há o subtítulo sobre o acontecimento: “A mocidade estudiosa de Picos recebeu, alvoroçada, a simpática embaixada do Ginásio de Oeiras”.

O ginásio de Picos era da alçada da administração estadual, mesmo que as suas despesas fossem arcadas pela Prefeitura Municipal de Picos. Enquanto isso, o ginásio de Oeiras era denominado de municipal, o que leva a crer que o mesmo pertencia a esfera da administração daquele município. É importante lembrar que, segundo Sousa (2019), o Ginásio Estadual Picoense foi a única escola secundarista criada pelo Governo do Estado na década de 1950. A sua instituição trouxe prestígio para a cidade.

No primeiro parágrafo da notícia “Luzida caravana de ginásianas oeirenses visita colegas desta cidade”, o autor do texto afirma que a visita das estudantes de Oeiras aconteceu devido o patrocínio do servidor público do Departamento Nacional de Obras contra Seca (DNOCS), Jaime Saraiva.

Sem o apoio financeiro de Jaime Saraiva, talvez a visita das oeirenses a cidade de Picos não tivesse sido possível. Tal fato reflete o interesse de setores da comunidade de continuar colaborando financeiramente com as atividades do Ginásio Estadual Picoense após a sua implantação e funcionamento. Deve-se lembrar que a aquisição da tipografia para constituição da Gráfica Ginásial ocorreu porque a comunidade colaborou financeiramente. Compreende-se que a população continuava atribuindo alta importância a escola, apoiando em suas atividades externas.

A notícia descreve a alegria dos estudantes picoenses em receber as alunas do ginásio de Oeiras, bem como o papel do professor Dr. Fonseca de apoiar o ginásio de Picos na realização de um baile dançante.

A mocidade do Ginásio Estadual Picoense recebeu com transbordante alegria a visita de suas formosas colegas oeirenses, a quem ofereceu uma festa dançante das mais animadas e elegantes, no palacete do nosso estimado professor Dr. José dos Santos Fonseca, lente de geografia e instrutor de Educação Física de nossa querida escola secundária. Conhecida a lhanza de trato e o cavalheirismo do Dr. Fonseca e de sua digníssima consorte, d. Maria Carmen Fonseca, é de imaginar a cativante

gentileza com que o ilustre casal colaborou com os estudantes picoenses, na recepção que fizeram às coleguinhas da velha cidade manter de tudo que é nobre e elevado na vida progressista e cultural do Piauí (LUZIDA CARAVANA DE GINASIANAS OEIRENSES VISITA OS COLEGAS DESTA CIDADE. *Fâmula*. Picos, ano I, n. 7, p. 1, 07 jun. 1952).

Não há informação sobre quando ocorreu a visita das oeirenses, nem mais detalhes sobre o intercâmbio. O texto é curto e se encerra na mesma primeira página. Ao final, no último parágrafo, mais uma vez é feita referência ao servidor público Jaime Saraiva como benfeitor do evento. A notícia deve ser enquadrada na categoria Educação porque está abordando duas escolas e o intercâmbio das estudantes, mas não é feita nenhuma discussão pedagógica sobre essa aproximação entre os alunos dos dois ginásios.

Com o contato entre os estudantes de cidades diferentes, acredita-se que o professor Dr. Fonseca buscava dinamizar as atividades do ginásio. Os alunos saíram da sala de aula e tiveram outra oportunidade de aprendizado. Compreende-se que a relação do professor com os estudantes era boa, uma vez que a sua casa foi cedida para sediar a festa dançante. Explora-se com isso mais um aspecto da cultura escolar do Ginásio Estadual Piconse ante a parceria entre professores e alunos.

As palavras dirigidas ao professor, sempre elogiosas, revelam o que pode ser considerada uma boa relação entre alunado e o corpo que formava o magistério do ginásio. Ao noticiar o encontro entre os estudantes de Picos e Oeiras, o *Flâmula* permite a compreensão da ação educativa do Ginásio Estadual Picoense. De acordo com Lopes (2016), quando trata sobre a imprensa estudantil:

Como instituição, a escola é produtora de diferentes materiais que nos ajudam a compreender sua ação. Para além dos registros de vida escolar ou correspondências oficiais, a escola produz uma série de materiais que visam divulgar para seu público e para além dele, sua ação educativa. Um desses materiais é a imprensa escolar, também utilizada como recurso didático (LOPES, 2016, p. 95).

Na sequência das análises textuais sobre educação, escolheu-se a manchete da oitava edição do *Flâmula*, que circulou a partir de 19 de julho de 1952, intitulada: “Dois elementos de nosso ginásio aprovados no último concurso do Banco do Brasil”. Abaixo há o subtítulo com os nomes dos aprovados: “Trata-se do prof. Antônio Leite e do terceiranista Albertino Leal de Barros, nosso redator chefe e orador oficial do Grêmio Literário Da Costa e Silva” e, logo depois, consta ainda outro subtítulo: “Banco do Brasil”.

A manchete não é assinada. Nela não constam informações sobre quando o concurso do Banco do Brasil foi realizado, destinando-se exclusivamente a exaltar os dois aprovados no exame e o que isso representava para o Ginásio Estadual Picoense.

Nos concursos realizados ultimamente em todo o Brasil para a seleção de candidatos à colocação em nosso principal instituto de crédito, inscreveram-se para as provas realizadas na agência desta cidade alguns candidatos, tendo sido aprovados apenas o professor Antônio Alencar Leite e o estudante Albertino Leal Barros.

Foi uma vitória que encheu de júbilo os que trabalham neste jornal pois se trata de um dos mais esforçados lentes do nosso ginásio, onde leciona uma das cadeiras de matemática e de um dos mais distintos alunos da 3^o série, ligado intimamente a este jornal, do qual é o redator-chefe e cuja brilhante inteligência lhe vem assegurando lugar de verdadeiro relevo entre os seus colegas ginásianos (DOIS ELEMENTOS DO NOSSO GINÁSIO APROVADOS NO ÚLTIMO CONCURSO DO BANCO DO BRASIL. **FLÂMULA**. Picos. ano I, n 8, p.1, 19 jul. 1952).

Ao propagar a conquista dos dois integrantes do ginásio, o jornal *Flâmula* mostrava para a sociedade de Picos da década de 1950 a importância do Ginásio Estadual Picoense e os seus frutos. Como um dos aprovados era professor, isso expõe que o quadro técnico da escola é qualificado. Com a aprovação de um aluno, compreende-se que a educação do ginásio tem sido satisfatória. Ao tratar sobre o aluno, o jornal frisa ainda mostra que o mesmo é um colaborador da publicação, portanto, alguém dono de conhecimento e, aparentemente, estudioso. O *Flâmula* cumpre, assim, com o papel de divulgar bons resultados alcançados pela escola.

5.3 Notícias e Acontecimentos Gerais

Como salientado por Lopes (2016), os jornais escolares e estudantis funcionavam como verdadeiros periódicos convencionais, informando a população sobre fatos que aconteciam na sociedade. As publicações não se restringiam aos temas sobre educação e ensino, pois percebe-se a cobertura de eventos diversos, muitos dos quais mobilizavam uma urbe. Esse é o caso de *Flâmula*. Ao longo das suas edições é possível notar a publicação de matérias de teor jornalístico sobre acontecimentos gerais.

Neste tópico, optou-se por tratar sobre como os acontecimentos verificados em Picos eram representados no jornal estudantil *Flâmula*. A equipe editorial do impresso e os estudantes que colaboravam com o mesmo também faziam coberturas jornalísticas. Entende-se que, ante as limitações do periódico como o espaço e a circulação quinzenal, escolhia-se aqueles fatos

que despertariam maior interesse entre os leitores. Portanto, o jornal *Flâmula* também se ocupava dos acontecimentos gerais verificados em Picos.

Aqui, recorre-se a definição de notícia conforme Lage (2001), que a descreve como o relato de acontecimentos, apresentada ao público a partir dos fatos mais importantes.

Com tal objetivo, poderemos definir notícia como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Assim, reduzimos a área de discussão ao que venha ser importante, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como o de verdade ou interesse humano (LAGE, 2001, p. 32).

Lage (2001) buscou através da sua conceituação estreitar a discussão sobre notícia para assim possibilitar o estudo. Deve-se lembrar que desde o final do século XIX até meados do século XX, os jornais brasileiros passaram por transformações. Martins e Luca (2011) discorrem sobre as modificações verificadas nos periódicos brasileiros com o passar das décadas, como a transformação dos jornais em empresas e a realocação da opinião nas páginas dos jornais, dando mais destaque ao registro dos acontecimentos.

Quanto ao *Flâmula*, para análise deste tópico, decidiu-se começar pela seguinte manchete: “Juramento à bandeira nacional pelos reservistas da classe de 1932, no dia 21 do corrente”. Ela abre a segunda edição do periódico, lançada em 29 de março de 1952. Optou-se por começar a partir da segunda edição, ao invés da primeira, porque na edição anterior os textos que podem ser entendidos como noticiosos diziam respeito ao lançamento do jornal e a constituição da Gráfica Estudantil. Para este estudo, tais assuntos foram enquadrados como Educação.

Ao escolher a manchete sobre o juramento a bandeira do Brasil, busca-se ampliar o escopo de análise a partir de um assunto que está além da comunidade escolar. Assim como na primeira parte do mesmo capítulo, os textos selecionados para o estudo são os primeiros verificados em cada edição. Abaixo do título da manchete, pode-se ler o subtítulo: “Essa é a turma de jovens que o Tiro de Guerra 201 incorpora à reserva do glorioso Exército de Caxias” (JURAMENTO À BANDEIRA NACIONAL PELOS RESERVISTAS DA CLASSE DE 1932, NO DIA 21 DO CORRENTE. *Flâmula*. Picos, ano I, n. 2, p. 1, 29 mar. 1952).

Logo nas primeiras linhas da notícia sobre a manchete “Juramento à bandeira nacional pelos reservistas da classe de 1932, no dia 21 do corrente”, que não é assinada, nota-se a exaltação ao acontecimento que reuniu muitas pessoas para acompanhar a solenidade. O dia e horários da cerimônia não são mencionados. Quanto ao local, o autor fala em “praça principal de Picos”. Ele deve estar se referindo a Praça Félix Pacheco, principal lugar de sociabilidade

dos picoenses desde a sua inauguração, em 1942, na administração do prefeito Adalberto de Moura Santos (ALBANO; SILVA, 2011, p. 50). Na sequência da matéria, há uma pequena descrição do acontecimento com a menção de algumas das autoridades que acompanharam o juramento.

A solenidade contou com a presença das autoridades locais, estudantes, e grande massa popular, desenvolvendo-se ao som de vibrantes marchas militares, pela Banda Municipal, sob a presidência do tenente Joaquim Cipriano de Sousa, disciplinado e culto oficial do Exército, que também presidiu a comissão organizadora, designada pelo General Comandante da 10^o Região para apurar o grau de aproveitamento dos jovens candidatos à reserva de segunda linha. (JURAMENTO À BANDEIRA NACIONAL PELOS RESERVISTAS DA CLASSE DE 1932, NO DIA 21 DO CORRENTE. *Flâmula*. Picos, ano I, n. 2, p. 1, 29 mar. 1952).

O terceiro parágrafo da manchete sobre o “Tiro de Guerra” faz referência a mais autoridades e aos instrutores do Tiro de Guerra, com destaque para o Dr. Fonseca – docente no Ginásio Estadual Picoense. Os elogios às autoridades se mostram constantes na matéria, referindo-se ao Exército brasileiro como Exército de Caxias, expressão já utilizada no subtítulo.

Os constantes elogios verificados nos textos de *Flâmula* não eram exclusividade do periódico picoense. Segundo Nolasco (2015), a prática podia ser observada em outros jornais estudantis e escolares existentes no Brasil. Compreende-se que era a forma como se escrevia naquele contexto histórico do jornalismo brasileiro. A transição para notícias mais objetivas foi um processo que, segundo Ribeiro (2000), se acentuou nos anos 1950 nas grandes cidades brasileiras. A partir de então as grandes redações começaram a utilizar métodos estadunidenses de produção jornalística.

Ao final da manchete “Juramento à bandeira nacional pelos reservistas da classe de 1932, no dia 21 do corrente”, *Flâmula* citará o jovem Mário Marreiros de Araújo, que obteve o primeiro lugar entre os reservistas. A menção a ele se dá porque o mesmo é aluno do Ginásio Estadual Picoense e integrante do Grêmio Literário Da Costa e Silva. Assim, o periódico reforça o seu papel de divulgar a escola e os alunos que se destacam de alguma forma perante a sociedade.

Na terceira edição de *Flâmula* foi analisada a manchete: “O município de Picos é o mais populoso do interior do Piauí, com 55.120 habitantes”. Ela é seguida do subtítulo: “Sua densidade demográfica é também a mais elevada, atingindo a 12 habitantes por quilômetro quadrado”. Tal matéria mostra que o jornal estudantil estava cumprindo mais do que a missão

de projetar a escola onde está situado, mas também tratando de dados mais gerais que dizem respeito ao município.

O registro desses dados mostra que o *Flâmula* é um documento de pesquisa importante para o conhecimento histórico da cidade. Segundo Aguiar e Assis (2019), os jornais estudantis servem também como fonte para conhecer a história de um município e região.

O texto que dá continuidade a manchete é verificado no final da primeira página, disponibilizado em apenas dois parágrafos que estão abaixo do tópico “Indicador do Município”. No primeiro parágrafo, o leitor é orientado a ler a segunda página do jornal, onde estão dados gerais sobre Picos. No parágrafo seguinte, há a repetição da manchete e a área total do município e a sua densidade demográfica.

Aos dados de hoje acrescentamos que Picos é o município mais populoso do Estado do Piauí, com 55.120 habitantes, de acordo com o apurado no último recenseamento. E sendo a sua área territorial de 4.765 quilômetros quadrados, segue-se que é aproximadamente de 12 habitantes por quilômetro quadrado a densidade demográfica de nosso município de certo a mais alta do Piauí (O MUNICÍPIO DE PICOS É O MAIS POPULOSO DO INTERIOR DO PIAUÍ, COM 55.120 HABITANTES. **FLÂMULA**. Picos, ano I, n. 03, p. 01-02, 12 abr. 1952).

Na página dois do jornal, que diz respeito ao primeiro parágrafo da manchete: “O município de Picos é o mais populoso do interior do Piauí, com 55.120 habitantes”, há os nomes de vários profissionais que prestavam serviços em Picos: médicos, odontólogos, advogados, farmacêuticos, escolas, autoridades eclesiásticas, agências bancárias. Se todos os nomes de profissionais e instituições da época estiverem ali, percebe-se o quanto trabalhadores letrados em Picos eram poucos.

Em 26 de abril de 1952 foi publicada a manchete: “O governo federal autorizou o financiamento da safra de algodão na base de duzentos Cruzeiros a arroba”. A notícia é importante porque aborda a temática da economia local e da produção de algodão, que já foi um ciclo econômico importante para Picos. Abaixo há o subtítulo: “O mesmo vai se verificar em relação à cera de carnaúba, pelo duplo desse preço”.

Apesar de se tratar de uma matéria de temática bem abrangente, que era a produção da carnaúba, o pequeno texto enaltece a ação do governo federal e fala sobre a valorização do produtor rural.

Consoante está assegurado a uma de nossas prestigiosas firmas exportadoras – João de Deus Filho, o governo federal não só autorizou o financiamento da safra de algodão, a duzentos cruzeiros a arroba, como também e com toda

certeza vai autorizar o da safra de cêra de carnaúba, o que garantirá bons preços no corrente ano.

Valoriza-se, portanto, o esforço do homem do campo, principalmente deste município, o mais produtivo do estado (O GOVERNO FEDERAL AUTORIZOU O FINANCIAMENTO DA SAFRA DE ALGODÃO NA BASE DE DUZENTOS CRUZEIROS A ARRÔBA. **FLÂMULA**. Picos, ano I, n 04, p. 01, 26 abr. 1952).

O jornal propaga o discurso de grande produtor rural que Picos era naquele momento histórico. Ainda é possível perceber a abrangência da cera de carnaúba como produto de valor econômico para Picos. Segundo Duarte (1995), existiam na cidade de Picos nos anos 1950 exportadoras de cera de carnaúba. Esse comércio continuava mesmo que o produto agrícola tenha entrada em declínio desde anos 1930.

As duas notícias apresentavam títulos longos, que descreviam a informação, em contraste com textos pequenos que se seguiam, de apenas dois parágrafos. As duas manchetes mereciam o destaque que tiveram no topo da página do jornal. Contudo, a despeito da relevância das duas temáticas, os editores da publicação lhes destinaram pouco espaço na edição, mesmo que fossem de interesse geral da população.

A notícia seguinte escolhida para análise, também é sobre agricultura. Contudo, desta vez, a abordagem será de assistência ao homem do campo. A manchete: “A CAN acaba de designar nesta cidade, uma comissão encarregada da distribuição de gêneros alimentícios aos flagelados da seca” está presente na edição de número cinco de *Flâmula*, lançada em 10 de maio de 1952. Seu subtítulo cita quem recebeu o benefício: “Os gêneros serão distribuídos às pessoas válidas, em troca de serviços para a comunidade, e gratuitamente às invalidas”.

A matéria não é assinada e ocupa toda a terceira coluna da primeira página do jornal. Diferindo das notícias anteriores analisadas neste tópico, ela recebe maior tratamento por parte dos redatores. No seu primeiro parágrafo, a matéria cita as pessoas que integraram a comissão, formada por representantes civis, militares e eclesiásticos.

Essa comissão do Governo Federal (CAN), criada para atender à calamidade das secas que nos vem afligindo nos últimos anos, por seu ilustre representante em Teresina, o Exmo. Sr. Coronel Comandante do 25º B.C, em colaboração com o Exmo. Sr. Governador do Estado, acaba de criar uma sub-comissão nesta cidade, constituída dos Srs. Juiz de Direito da Comarca, Rev. Vigário, Prefeito Municipal, Presidente da Câmara dos Vereadores e representante da Legião Brasileira de Assistência, encarregando-a de fazer a distribuição da quota de gêneros que caiba a este município, destinada às vítimas de nosso tradicional e temível flagelo (A CAN ACABA DE DESIGNAR, NESTA CIDADE, UMA COMISSÃO ENCARREGADA DA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – AOS FLAGELADOS DA SECA. **FLÂMULA**. Picos, ano I, n. 05, p. 01, 10 maio. 1952).

O jornal mostra que a CAN era uma comissão do Governo Federal voltada para atender os pequenos produtores e pessoas que viviam na região das secas no Nordeste. É possível perceber que essa comissão fazia a distribuição de alimentos para que o nordestino pudesse sobreviver nos períodos de estiagem. Entende-se que, em Picos, a seca se fazia presente uma vez que havia a necessidade da atuação da CAN para garantir a sobrevivência dos municípios quando acontecia a perda da lavoura em decorrência da ausência de chuvas.

O jornal informa que dentre os alimentos a serem fornecidos estavam o xarque, carnes em conserva, arroz e feijão. O redator reconhece a medida como um paliativo, embora de extrema necessidade. A publicação destaca que o ideal seria encontrar uma solução para a estiagem. O *Flâmula* se utiliza de uma citação do jornal *O Sertão* de Petrolina (PE), ao tratar sobre a seca:

“O nordestino não quer ser mendigo. Não deseja esmolas. O nordestino é um trabalhador corajoso e forte. Deseja trabalho”. E acrescentamos: trabalho em obras capazes de elidir os efeitos, se não as causas, da tremenda calamidade, e cuja direção se confie a verdadeiros patriotas, amantes do Nordeste, como já temos visto nos que se tem encarregado da construção das estradas troncos de nossa cidade (A CAN ACABA DE DESIGNAR, NESTA CIDADE, UMA COMISSÃO ENCARREGADA DA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – AOS FLAGELADOS DA SECA. *Flâmula*. Picos, ano I, n. 05, p. 01, 10 maio 1952).

Ao enfatizar a estiagem, declarando que ela é constante, ao passo em que reforça a situação difícil do nordestino e a sua força, o *Flâmula* está reproduzindo uma fala muito comum quando se trata da região Nordeste do Brasil, como um lugar de sofrimento e dependência dos poderes públicos.

Albuquerque Júnior (2011) argumenta que a seca como principal inimigo do morador do Nordeste é uma construção histórica, algo que passa a ser muito utilizado pelas artes e meios de comunicação. Um discurso reproduzido à exaustão pelos literatos, quando na verdade o que se deveria fazer era buscar as soluções para o problema e combater as causas para o incipiente desenvolvimento econômico e social.

O Nordeste e o nordestino miserável, seja na mídia ou fora dela, não são produto de um desvio de olhar ou fala, de um desvio de funcionamento do sistema de poder, mas inerentes a esse sistema de forças e dele constitutivo. O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas determinadas relações de poder e do saber a elas correspondente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 31).

Na manchete publicada no jornal *Flâmula* “A CAN acaba de designar nesta cidade, uma comissão encarregada da distribuição de gêneros alimentícios aos flagelados da seca” há essa representação da difícil situação do sertanejo ante a estiagem. A seca é colocada como principal causa para a situação de penúria da população, não havendo questionamentos quanto a falta de ação dos poderes público no sentido de apresentar soluções para o problema. Percebe-se a existência de medidas paliativas, que trazem dignidade para a população.

Na notícia o intitulada “Fósseis ante diluvianos achados no município de Remanso (BA)”, sem assinatura, chama atenção a narrativa adotada pelo autor do texto, quando utiliza a expressão “ante diluviano”, numa clara referência a visão bíblica do mundo.

Trata-se de peças osseas petrificadas que, segundo opinião de um técnico da universidade de Roma, formam o esqueleto de um animal que deve medir dez metros de comprimento por seis de altura.

Esse esqueleto foi encontrado na fazenda de propriedade do sr. Nelson Albernaz, naquele município baiano, quando se procedia a escavações para pesquisas de cristal de rocha.

A descoberta foi comunicada ao Museu Nacional e ao Ministério da Educação. Repórteres de vários jornais já se dirigiram ao local do achado, que está atraindo a atenção dos estudiosos da matéria e poderá revolucionar o conceito sobre a formação e a habitação do continente (FÓSSEIS ANTE DILUVIANOS ACHADOS NO MUNICÍPIO DE REMANSO. *Flâmula*. Picos, ano I, n 06, p. 01, 24 maio. 1952).

Uma vez que o *Flâmula* era produzido por estudantes e professores, contando com a colaboração de pessoas letradas, não surpreende que uma notícia sobre dinossauros tenha merecido a atenção. Acredita-se que a redação para essa notícia tenha se dado a partir de informações verificadas em outro veículo de comunicação, mas não há menção a esse outro meio. Percebe-se apenas o valor atribuído a essa notícia sobre os achados na Bahia.

A manchete da edição do jornal de 03 de agosto de 1952 é intitulada “A capital piauiense comemora o seu 1º Centenário”, discorre que Teresina, por ser a capital do Piauí, merecia a atenção da população do Estado pela importância da data, uma vez que se fazia 100 anos desde a sua inauguração. Almeida (2021) relata a mobilização em torno da festividade, com a composição de uma comissão para planejar as atrações do centenário.

Logo abaixo do título da matéria, há o subtítulo: “As principais autoridades do país, inclusive o presidente da República, virão a Teresina, a fim de assistir essas solenidades”. Portanto, o jornal estava criando altas expectativas sobre o aniversário da capital, celebrado em 16 de agosto.

Assim como em muitas publicações de *Flâmula*, esta notícia também não é assinada. Ela está na primeira página do jornal, distribuída em seis parágrafos que ocupam a metade superior da coluna. Antes do início do texto, há o intertítulo: “Centenário de Teresina”. O jornal adota um tom de exaltação quanto a capital Teresina e a sua relevância para todos os piauienses.

Esse acontecimento será de grande significação para nós piauienses, pois marcará a transcorrência de cem anos de evolução, na vida social e progressiva da sede do nosso Estado.

O povo teresinense, numa verdadeira demonstração de abnegado esforço, não está poupando sacrifícios em prol das festividades comemorativas (A CAPITAL PIAUIENSE COMEMORA O SEU 1º CENTENÁRIO. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 9, p. 01, 03 ago. 1952).

Infere-se a partir das palavras publicadas no jornal que a festa seria grandiosa. Não foi encontrada no jornal *Flâmula* alusão a data ou a programação da festividade, embora o período entre o lançamento do jornal e a festa do Centenário de Teresina tenha sido de apenas 13 dias. Conforme Almeida (2012), a programação das festividades ocorreu entre 16 e 23 de agosto, oportunidade em que foram realizados concursos de beleza e homenagens a figuras históricas, dentre elas a imperatriz do Brasil durante o II Reinado, Teresa Cristina. A imprensa da capital, apesar disso, manteve as críticas a organização da festa, ao Governo do Estado e a Prefeitura de Teresina.

O *Flâmula* destacou que autoridades políticas de representação nacional, dentre elas o presidente da República Getúlio Vargas, deveriam comparecer ao evento. A presença do líder político máximo da nação passava a ideia da grandiosidade do Centenário da capital do Piauí, que não passaria despercebidas pelos altos representantes da República.

Abrilhantarão com suas presenças Sua Excelência, Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, diversos governadores, além de muitas outras figuras de grande renome nos cenários político e literário do nosso país.

Prestemos, pois, o nosso concurso para o maior brilhantismo das comemorações cívicas, fazendo o que estiver ao nosso alcance, no sentido de tornar mais conhecido o nome do Piauí e do seu povo!

(A CAPITAL PIAUIENSE COMEMORA O SEU 1º CENTENÁRIO. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 9, p. 01, 03 ago. 1952).

O *Flâmula* exaltava o Piauí enquanto noticiava o aniversário de Teresina. Pelo que pode ser percebido, ao elogiar o Estado, o *Flâmula* se utiliza de um tom ufanista para reforçar a importância do Piauí no cenário nacional brasileiro. A forma como o jornal trabalhou a notícia “A capital piauiense comemora o seu 1º Centenário” também reforça o sentimento de

pertencimento ao Estado a partir da sua principal cidade. Percebe-se que ao valorizar Teresina, os redatores do *Flâmula* estão validando o Piauí.

Na dição do jornal de 31 de agosto de 1952 é analisada a notícia: “15 de Agosto – Festa de N. S. dos Remédios”. O título faz referência a padroeira de Picos, Nossa Senhora dos Remédios, cujos festejos costumam atrair caravanas de outras cidades do Piauí. Embora a data comemorativa dos festejos de Nossa Senhora dos Remédios tenha passado quando a notícia – que não é assinada – foi publicada, não faz uma descrição do acontecimento. Ela trata principalmente de louvar a padroeira Nossa Senhora dos Remédios e a sua relevância para a cristandade. O redator não economiza na exaltação à santa.

15 de Agosto, data consagrada à Virgem dos Remédios, é dia das preces, o dia das emoções, o dia do amor e das alegrias e até das lágrimas, pois diante do altar da nossa mãe do céu centralizamos lágrimas da nossa dor e os sorrisos de felicidade.

É o dia da Mãe de Deus e nossa mãe, e por isso também o nosso dia, nós que somos filhos de Maria e vivemos sob as suas graças e bênçãos (15 DE AGOSTO. **Flâmula**. Picos, ano I, n 10, p. 01-04, 31 ago. 1952).

O texto é finalizado na página quatro com pedidos a Nossa Senhora dos Remédios: “Ó Virgem dos Remédios, sede sempre o nosso céu luminoso na vida e a nossa vida luminosa do céu!” (15 DE AGOSTO. **Flâmula**. Picos, ano I, n 10, p. 01-04, 31 ago. 1952). A principal preocupação do jornal não estava em descrever a festividade religiosa, mas em exaltar piamente a Padroeira de Picos. Nesse aspecto, a devoção religiosa se sobrepõe ao relato do acontecimento.

5.4 *Flâmula* e opinião

Conforme Amaral (2013), os jornais estudantis apresentam inúmeras possibilidades de análise. Partindo dessa premissa, optou-se por estudar neste terceiro tópico do capítulo os textos publicados no jornal *Flâmula* que tratem sobre a opinião dos colaboradores sobre temas gerais e relacionados a cultura. Sabe-se que ao longo das 14 edições do periódico estudantil analisadas, os colaboradores publicavam sobre eventos culturais por entender que os mesmos eram relevantes para os leitores e pelo fato de o jornal partir de uma instituição de ensino. Por ser produzido a partir de uma instituição de ensino, o periódico abria espaço para colunas voltadas para a orientação educacional e cívica dos jovens.

Através da análise das diferentes edições de *Flâmula* entende-se que os redatores tinham a permissão por parte da equipe editorial para escolher as temáticas a serem reproduzidas no periódico. Essa conclusão é atingida pela variedade de discussões dentro da categoria opinião, bem como das categorias anteriores já analisadas neste trabalho. As impressões de quem escrevia ficam evidentes, caso do texto opinativo “O poder do estímulo”, de autoria do professor Acilino Leite.

Os textos verificados nas edições de *Flâmula* contêm sempre a opinião dos redatores, sejam os textos assinados ou não. Essa análise permite a conclusão de que o jornal granjeava liberdade para que fossem abordadas temáticas diversas, por vezes até críticas à juventude, como no texto “O poder do estímulo”, que será trabalhado em seguida. As impressões de quem escrevia podem ser percebidas ao longo das edições do periódico estudantil, ora tratando sobre acontecimentos, ora opinando sobre a sociedade.

Para este tópico foram escolhidos oito textos opinativos. O primeiro a ser analisado é intitulado de “O poder do estímulo” publicado na primeira edição do *Flâmula*, de 15 de março de 1952. A publicação é assinada pelo professor Acilino Leite, que ocupava o cargo de superintendente do jornal, conforme expediente verificado na página dois.

Nos primeiros parágrafos o professor faz críticas a postura dos jovens da atualidade, afirmando que compete aos profissionais do magistério estimulá-los para a vida. Há traços do caráter disciplinador da escola e dos professores para com os alunos, determinando qual a postura esperada dos estudantes. Ele faz críticas ao comportamento da juventude, clamando por mais ação por parte dos estudantes.

Já houve alguém que dissesse faltar aos moços de hoje, essa inquietação de espírito, esse alvoroço de ideias, enfim, os impulsos próprios da idade juvenil. De feito sob aspecto geral, a mocidade de nossos dias é fonte estagnada. O ideal, essa chama criadora que sublima e eleva a personalidade humana, já não é apanágio daqueles cujo destino está traçado no dizer de Celso Pinheiro: “Ser moço é colaborar com Deus na obra da evolução”, (LEITE, Acilino. O poder do estímulo. *Flâmua*. Picos, ano I, n. I, p. 01, 15 mar. 1952).

O professor Acilino Leite trabalha a ideia de que os jovens do seu tempo não demonstram a mesma disposição verificada em momentos passados. A referência a Deus e a missão divina dada a juventude evocam a atuação do sagrado junto aos estudantes, alertando-os para o seu papel perante a divindade. Compreende-se que o professor estava reforçando o seu alerta aos jovens ao evocar o religioso.

Acilino Leite chama para si e demais professores a responsabilidade por orientá-los para adquirirem conhecimento e progredirem na vida.

Vem ao encontro do que foi dito, o exemplo da campanha que tive a honra de dirigir em favor da fundação do presente órgão literário. Logicamente, não poderíamos admitir que os estudantes do Ginásio Picoense, que hoje iniciam seu curso, sonhassem espontaneamente com a criação de uma imprensa. Não, como soe acontecer, viviam eles entregues aos labores escolares e quando não, usufruindo dos prazeres da vida, alheios à vertigem do tempo (LEITE, Acilino. O poder do estímulo. *Flâmula*. Picos, ano I, n. I, p. 01, 15 mar. 1952).

Acilino Leite atribui a si a responsabilidade pela fundação do jornal, ao passo em que alega a impossibilidade dos estudantes terem lançado essa ideia unilateralmente. Mais uma vez se vê o papel do professor como mediador da cultura escolar, como aponta Pinheiro (2019). Por ser Acilino Leite um educador do Ginásio Estadual Picoense, ele assumiu, segundo as próprias palavras, a responsabilidade de dirigir a campanha para a arrecadação de recursos e compra da gráfica para o lançamento de *Flâmula*. Sem a ampla mobilização junto a sociedade picoense e realização de um concurso de beleza, o periódico não teria se tornado realidade.

Na sequência ele faz referência ao professor e juiz Vidal de Freitas, que estimulou os alunos a fundarem o Grêmio Literário Da Costa e Silva, a partir do qual os estudantes empreenderam a campanha para a instituição do jornal. Ou seja, no final do texto “O poder do estímulo”, Acilino Leite atribuiu mérito ao corpo discente do periódico que se dedicaram a campanha pelo lançamento do jornal *Flâmula*.

A relação entre professores e alunos é bem visível nesse texto opinativo, que mostra como era necessária a integração entre ambos para a realização da empreitada do lançamento do jornal. Os profissionais do magistério apoiavam os educandos nas suas empreitadas, o que revela uma relação pedagógica que ia além da sala de aula.

Para análise seguinte optou-se pela coluna “Meu Cantinho”, assinada pelo inspetor escolar Alberto Nunes. Como mostra Almeida (2012), a coluna escrita por Alberto Nunes se revelou constante ao longo das edições de *Flâmula*. No periódico estudantil, o colunista tratava sobre outros temas variados, como cultura.

Na coluna escrita por Alberto Nunes, que circulou na edição de número dois de *Flâmula*, de 29 de março de 1952, o colunista assinou o texto: “Os índios”. Destaca-se aqui os três primeiros parágrafos da publicação por revelar o pensamento do colunista quanto aos indígenas.

Ficou-me na retina, a fustigar-me a razão, o filme “Brasil Desconhecido”, recentemente exibido nesta cidade.

É, deveras, impressionante esse arrojado feito do cinema brasileiro, que nos apresenta, em toda a sua incrível realidade, a vida dos nossos irmãos das selvas, os índios das diversas tribos da Serra do Roncador, em Mato Grosso. Têm eles costumes estranhos, sistemas de vida inconcebíveis, que remontam a um primitivismo antediluviano, visto que nunca evoluíram em coisa alguma, assim como nunca melhoraram nem pioraram de condições (NUNES, Alberto. Meu Cantinho. Os índios. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 2, p. 02, 29 de mar. 1952).

A partir da fala de Alberto Nunes, podem-se fazer várias ilações, como o espaço dedicado pelo jornal para tratar sobre a temática cultura. Em meio a sua análise sobre o filme, o colunista expõe um pensamento de caráter colonial, representando os indígenas como povos exóticos, atrasados, sem cultura. Essa imagem dos indígenas brasileiros como populações que precisam ser civilizadas foi por muito tempo divulgada nos livros didáticos, perpetuando uma visão negativa quanto aos povos originários.

Holanda (1995) trata sobre a tentativa dos colonizadores europeus de implantar a cultura deles em território brasileiro. Tal fato se verificou desde o início da colonização pelos portugueses e se perpetuou, como as práticas e vivências europeias fossem superiores àquelas encontradas entre os nativos.

Holanda (1995) salienta ainda que causou estranheza aos portugueses e espanhóis as práticas verificadas no Brasil quando de sua chegada por aqui, contudo, mesmo que o novo continente fosse adverso aos costumes vivenciados na Europa, os colonizadores tentaram impô-los. Esse pensamento de superioridade dos europeus sobre os povos americanos se perpetuou, culminando na pretensa superioridade cultural europeia.

O editorial “Justa inversão de valores” circulou na primeira página da quinta edição do *Flâmula*, de 10 de maio de 1952. Ele faz uma exortação sobre a importância do trabalho braçal e de não se envergonhar dele. O redator destaca o papel da imprensa em refletir a postura atual da sociedade e cita pensadores da sociologia.

Mas há uma particular inversão de valores, no campo social, e que se vem acentuando a partir do século passado, relativamente à mobilidade de quem falam os grandes da demografia, principalmente Pitirim Sorokin, professor de Sociologia da renomada Universidade Harvard, Estados Unidos. Mobilidade social em sentido vertical ascendente, quase verdadeira (JUSTA INVERSÃO DE VALORES. **Flâmula**. Picos, ano I, n. V, p. 01, 10 maio 1952).

O redator estava alinhado com pensadores conhecidos de diversas áreas do conhecimento, caso de Pitirim Sorokin.¹⁹ Ele destaca que existe um desmerecimento por parte

¹⁹ Sociólogo russo. Nasceu em 1869 e faleceu em 1968. Ele concluiu que as sociedades estão sujeitas a padrões de mudanças cíclicas e irregulares.

das pessoas quanto ao trabalho braçal, fato herdado de tempos antigos, e faz uma correlação com os escravos das sociedades da Idade Antiga, submetidos ao jugo de dominadores após serem derrotados em guerras, e diz que isso repercute até a atualidade.

Referimo-nos à justa estimacão do trabalho, que não apenas em seu caráter econômico, mas sobretudo no que se diz a categorização de classes sociais. A escravidão, desde seus primórdios, quando aos vencidos eram impostos os serviços grosseiros, para que os vencedores se pudessem consagrar ao manejo das armas, à arte de pelejar, aviltou o trabalho manual e, conseqüentemente, os que era eram obrigados a se restringir às atividades mecânicas. Mãos finas, caldas de luvas mesmo nos exercícios militares e no fragor dos combates, tornaram-se indícios de nobreza, sinal de elevação social (JUSTA INVERSÃO DE VALORES. *Flâmula*. Picos, ano I, n. V, p. 01, 10 maio 1952).

O jornal tenta mostrar que não há vergonha no exercício de trabalhos que exigem esforço físico. Dessa forma, estava dizendo para os seus leitores que a instrução não devia torná-los arrogantes quanto ao conhecimento adquirido em sala de aula. Tentava-se transmitir uma mensagem de humildade.

A partir do título do editorial “Justa inversão de valores”, há o argumento em favor da necessidade de valorizar todos os trabalhos, mesmo aqueles considerados degradantes em decorrência do passado escravocrata. Os trabalhos que mais exigem esforço físico terminam por ser maculados pelo julgamento social que os categoriza como pouco dignos de determinados componentes da sociedade. Mesmo dotadas de instrução, o editorial diz que as pessoas não deveriam se sentir coibidas em exercê-los.

O editorial “Justa inversão de valores”, da quinta edição de *Flâmula*, encerra falando da relevância do 1º de maio e do orgulho que todos devem sentir por serem trabalhadores.

No dia 24 de maio de 1952, foi publicado o artigo “Justa Abolição” e é assinado pelo estudante Francisco N. Rocha na primeira página do jornal. O artigo possui uma abordagem cultural, ao tratar sobre o 13 de maio e a Abolição da Escravidão no Brasil, ao mesmo tempo que fala sobre os aspectos humano e religioso para o fim dos abusos cometidos contra a população negra no Brasil.

13 de Maio é uma data comemorada em regozijo pela liberdade de escravos. Foi no ano de 1888 que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, dando a liberdade aos escravos. Isso foi um magno acontecimento, que mais impressionou a humanidade. No ano da Independência o Brasil possuía 5.000,000 de habitantes sendo 2.000,000 de escravos.

Os escravos eram tratados como animais indomesticáveis. Os seus donos os vendiam para outros Estados, como se vendem animais. Surravam-nos, retalhavam-nos e salgavam-nos. Era uma falta de humanidade para com seus servos (ROCHA, N. Francisco. Justa Abolição. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 6, p. 01, 24 maio 1952).

Ao final da coluna “Justa Abolição” o autor afirma que a Igreja Católica não compactuava com a escravidão. Francisco Rocha cita trechos de discursos dos padres Manoel Ribeiro e Vieira, que denunciaram o crime da escravidão no tempo deles. Ele enaltece figuras históricas que tiveram papel relevante para o fim da escravidão no Brasil: “E graças à redentora Isabel, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco e outros é que os negros de hoje são iguais aos brancos” (ROCHA, N. Francisco. Justa Abolição. **Flâmula**. Picos, ano I, n 06, p. 01, 24 mai. 1952).

Ao final da coluna “Justa Abolição”, Francisco Rocha afirma que o Brasil é um país livre do racismo, uma vez que as pessoas negras e brancas seriam tratadas igualmente perante a lei e no convívio em sociedade. Para o estudante, haveria no país uma democracia racial, pois mesmo com os 400 anos de escravidão e do tráfico negreiro, a população seria consciente quanto ao respeito entre os cidadãos.

Ao analisar o jornal *Flâmula*, percebe-se lições de moral constantes, bem como o comportamento exigido de um cidadão. Entende-se que a exigência dos redatores do jornal quanto ao bom comportamento dos estudantes do Ginásio Estadual Picoense era uma forma de divulgar a escola. Nolasco (2015) afirma que os jornais estudantis escolares divulgavam a instituição a partir de onde eram impressos, mas isso poderia se dar sem mencionar diretamente a instituição de ensino, apenas reforçando o papel do aluno.

O artigo intitulado “A Honra”, publicado na sétima edição do jornal, de 07 de junho de 1952, expõe o pensamento de um estudante sobre o que ele entende sobre valores morais. Assinado pelo aluno do Ginásio Estadual Picoense, Geraldo P. Deusdará, a publicação está na terceira página. O redator chama a atenção para a sua pouca idade e o senso de dever que desde já surge em sua mente.

Mesmo na ingenuidade dos meus treze anos, sinto já a se formar na minha mente a ideia do que seja para um homem o cumprimento do dever, cousa que aliás me alegra, uma vez que, sem tal requisito, seria eu numa nulidade para meu Deus, minha Pátria e minha família.

O cumprimento do dever não é um sacrifício, como muitos pensam, mas o preço a nós cobrado para que tenhamos direito, sejam eles religiosos, jurídicos ou sociais (DEUDARÁ, Geraldo P. A honra. **Flâmula**. Picos, ano I, n 07, p. 07, 07 jun. 1952).

O estudante mostra através das suas palavras que é alguém que preza pela disciplina. Não se pode atribuir esse ideal apenas a escola, uma vez que a família desempenha um papel essencial na formação do ser humano. Contudo, através desse artigo, compreende-se que o autor vivenciava uma cultura que lhe impulsionava a obediência, organização e o cultivo de valores sociais. Tal fato pode ser entendido também como parte da cultura escolar estimulada no Ginásio Estadual Picoense.

Sobre a pouca idade de Geraldo Deudará, verifica-se que pessoas muito jovens, na idade escolar, podiam escrever para o jornal *Flâmula*, como é detalhado na citação em destaque acima. O que não significa que todos os redatores eram pessoas tão jovens. Como o Ginásio Estadual Picoense foi inaugurado após muita cobrança da classe média local, é possível entender que muitos jovens não conseguiram progredir nos estudos rapidamente. Nem todos podiam se deslocar para outras cidades para cursar o ensino secundário.

Sousa (2005) apresenta o resultado do exame de admissão do estudante Dimas Leopoldo Lélis no Ginásio Estadual Picoense. Ele não chegou a colaborar no *Flâmula*, mas através dele há a possibilidade conhecer a idade dos alunos do ginásio. No documento consta que o estudante nasceu em 30 de setembro de 1929, e o seu ingresso nessa escola se deu 15 de março de 1950, portanto, quando ele já tinha 20 anos. Sousa (2005) também informa que matrícula no ginásio podia ser efetuada por candidatos que tivessem pelo menos 11 anos. Outra exigência era que o aluno possuísse educação primária.

Infere-se, a partir das idades citadas de Geraldo Deusdará e Leopoldo Lélis, que estudantes em diferentes faixas etárias cursaram o Ginásio Estadual Picoense e foram colaboradores de *Flâmula*. Aqueles que nasceram nos anos mais próximos do ano de fundação da escola, em 1950, usufruíram da possibilidade de progredir nos estudos mais rapidamente.

No aspecto da cultura escolar, Amaral (2013) salienta que o papel dos estudantes é fundamental para a compreensão da mesma. Como no jornal *Flâmula* foram publicados muitos textos tratando sobre temáticas que estimulam a obediência civil, compreende-se que tal aspecto fosse reforçado no Ginásio Picoense. Cabe salientar que segundo Foucault (1997), a escola é uma instituição de disciplina, pois ela instrui os alunos com o fim de formar cidadãos obedientes para integrarem a sociedade.

No último parágrafo, Geraldo Deusdará evidencia a sua religiosidade, também muito presente nos demais textos do jornal estudantil. Percebe-se que a fé católica estava diretamente ligada ao comportamento dos estudantes, arraigada a valores como ordem e respeito.

Para zelar os nossos direitos, é bastante cumprirmos fielmente os nossos deveres, é procurar seguir a palavra de Deus – A Bíblia, e observar as nossas leis; obedecer aos nossos superiores; amar a Pátria e a família; sermos amigos, complacentes e caridosos; é, em suma, sermos bons filhos, bons e bons amigos (DEUDARÁ, Geraldo P. A honra. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 7, p. 07, 07 jun. 1952).

As tentativas de exortações aos jovens são constantes em *Flâmula*. Tal qual a citação destacada acima, a coluna “Apelo a mocidade” publicada na primeira página da oitava edição, de 19 de julho de 1952, é um exemplo. Ela é assinada por J. de Sousa Libório. O texto é repleto de críticas a situação do país naquele momento histórico, destacando a necessidade preservar glórias do passado, pois estas não são vistas no presente.

Haja, para decepção nossa, em quase todos os recessos da Pátria predomina com a maior evidência, uma mediocridade mais do que superficial se intrometem em todas as coisas do espírito, mentindo saber sabedoria sem base, com o fim preconcebido para adquirir cartaz perante elementos sem qualquer valor propriamente dito. Enquanto perdurar o cabotismo literário em nosso país, o Brasil nunca poderá atingir o panteon da glória (LIBÓRIO, J. de Sousa. Apelo a mocidade. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 7, p. 01, 19 jul. 1952).

Na sequência, o redator fala que a juventude de Picos é dedicada aos estudos e desperta fortes esperanças para o futuro.

A mocidade estudantina de Picos, na sua pequena experiência todavia, já se convenceu de que o estudo e o amor aos livros são o seu precípuo dever e a sua espinhosa missão como futuros plasmadores de uma sociedade. Eis juventude de Picos o apelo que vos faço movido da maior sinceridade associado à esta mensagem de incentivo e estímulo, meu fraternal amplexo pela merecida vitória conquistada pelos valiosos cérebros cheios de luz e encanto (LIBÓRIO, J. de Sousa. Apelo a mocidade. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 7, p. 01, 19 jul. 1952).

Na coluna “A civilização humana” publicada na primeira página da nona edição, de 03 de agosto de 1952 – um domingo -, há mais uma vez a exaltação aos chamados valores e a defesa da pátria. A coluna é assinada pelo estudante Albertino Barros, que evoca um comportamento supostamente honroso dos antepassados, que deveria ser adotado no presente em que ele escrevia. Palavras como amor, gratidão, Deus, Pátria são constantes no texto.

Essas virtudes não mais pertencem às nossas gerações que se diz serem civilizadas, a este mundo de progresso, de magnificência, a estes espíritos subjugados pelas belezas materiais da atualidade, guiados por caminhos

diferentes daqueles que eram seguidos pelos homens do passado, o que bem nos demonstra a corrupção dos tempos que ainda hão de vir – O FUTURO. Narram as tradições históricas que Dario, rei dos Persas, tinha grande ânsia de submeter ao seu poder a Babilônia celeberrima, tendo, para isso, empregado todo o seu esforço, toda a sua tática de guerra, afim de realizar esse sonho. Tudo, porém, sendo inútil, pois não conseguia conquistar aquele território que tanto desejava dominar (BARROS, Albertino. A civilização humana. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 9, p. 01, 03 ago. 1952).

Albertino Barros demonstra erudição no seu artigo ao citar personagens históricos, usando-os como exemplos de conquistas ou derrotas para melhor compreensão da sua escrita. Essa erudição no escrever, que provavelmente foi adquirida em sala de aula, nos estudos, reforça a imagem de intelectualidade que os jornalistas da década de 1950 desejavam passar aos leitores. O conhecimento expressado através do artigo valida o *Flâmula* como um jornal estudantil, onde colaboravam pessoas instruídas.

Menciona-se ainda que a demonstração de elevado conhecimento na redação do periódico era uma característica do jornalismo brasileiro dos anos 1950, herdada do jornalismo francês. A escrita erudita era um sinônimo de intelectualidade para os profissionais da imprensa daquele período.

Após citar mais exemplos históricos e falar em lealdade, o colunista encerra o texto discorrendo sobre gratidão e conclamando a juventude a defender o Brasil.

O amor, entretanto, não pode existir sem os seus completivos, entre os quais o principal é a gratidão. Sem gratidão, não há amor. Essas virtudes são indispensáveis.

Avante, mocidade! Enchei os vossos corações de amor e gratidão, para que assim o Brasil, a nossa querida pátria, possa progredir, tornando-se forte, respeitada e temida por todos que invejam as suas belezas (BARROS, Albertino. A civilização humana. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 9, p. 01, 03 ago. 1952).

No artigo intitulado “Humildade”, publicado na edição de 31 de agosto de 1952, assinado pelo colaborador José Soares, localizado na primeira página de *Flâmula*, as temáticas relacionadas a moralidade pessoal e civil, bem como ao que se entende como bom comportamento, reforçam a presença em todas as edições do periódico estudantil. Percebe-se que os colaboradores do jornal, pessoas adultas, procuravam exortar os jovens sobre a vida, instigando-os a seguir os valores que entendiam como corretos.

Nesses artigos podem ser verificadas críticas a posturas adotadas pela sociedade. No artigo “Humildade”, como o próprio título diz, José Soares criticava a arrogância, soberba e apego a valores materiais. Ele pedia mais resignação, modéstia e simplicidade por parte dos

leitores, o que mostra um sentimento de religiosidade presente nas suas palavras, mesmo que não sejam feitas menções a espiritualidade.

Os dois últimos parágrafos do texto são suficientes para entender a fala do colaborador e a mensagem que o mesmo procurou passar:

A medida que nos tornamos humildes sentimos a imperiosa vontade de sermos justos, coerentes e compadecidos daqueles que por falta de recursos sofrem as consequências físicas e morais de eventos que as circunstâncias lhes reservaram.

Analisando nossos sentimentos cívicos compreendemos na exaltação de nossa formação doutrinária, sobre todos os aspectos. Nada mais lícito para nós do que nos colocarmos em posição igual a do nosso semelhante (SOARES, José. Humildade. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 10, p. 01, 31 ago. 1952).

José Soares exortava os leitores a terem mais empatia para com o próximo. Ele entende que essa é uma postura correta da parte de todo ser humano, evidenciando ainda qualidades que deveriam nortear o caráter das pessoas, como a justiça. Nesse aspecto, o *Flâmula* mostra unidade entre os redatores sobre o sentimento de formar uma sociedade mais justa e alertar os leitores sobre o que seria uma conduta digna. O ideal de uma cidade mais solidaria perpassaria pela reflexão de cada cidadão sobre o seu papel individual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise de conteúdo em Bardin (1977) foram estudados 22 textos do jornal estudantil *Flâmula*, que circulou entre 15 de março de 1952 e 18 de janeiro de 1953. Ao longo desse período o impresso lançou um total de 14 edições. Buscou-se conhecer o conteúdo do periódico estudantil sobre a cultura escolar verificada no Ginásio Estadual Picoense, bem como a produção do *Flâmula*, as suas práticas jornalísticas e a sociedade que ele refletia.

Percebeu-se que embora se denominasse estudantil o *Flâmula* contava com a participação de professores e colaboradores externos que usufruíam da possibilidade de escrever no periódico. Ele também servia como uma fonte de divulgação do Ginásio Estadual Picoense, onde estava situado. Nesse aspecto se assemelha bastante aos demais jornais produzidos por estudantes que circularam no Brasil no mesmo período, conforme Lopes (2016). Nos textos analisados no jornal *Flâmula* notou-se a divulgação constante do ginásio e como ele era importante para a cidade de Picos, o que justificava toda a luta e mobilização política para que o mesmo fosse instalado no município, conforme salienta Sousa (2005).

Para ter o entendimento sobre a produção jornalística de *Flâmula* e a cultura escolar do Ginásio Estadual Picoense, os 22 textos analisados foram divididos em categorias, conforme Bardin (1977). As categorias analisadas foram: Educação, Notícias gerais e Opinião.

Confirmou-se a hipótese de que o jornal *Flâmula* valorizava e defendia a educação como caminho para o progresso do Brasil, enaltecendo o papel dos professores e a necessidade dos alunos dos alunos se dedicassem aos estudos para conseguir grandes feitos na vida. O jornal divulgava o Ginásio Estadual Picoense e as conquistas dos estudantes daquela unidade escolar, como a aprovação em concursos públicos. Isso evidenciava que a luta para a instalação do ginásio em Picos estava apresentando resultados positivos.

O jornal *Flâmula* também discutia temáticas que ainda hoje permanecem em pauta entre os profissionais da educação brasileira, como a questão salarial do professor. Através das suas páginas é possível perceber uma viva cultura escolar existente no Ginásio Estadual Picoense, como o relacionamento entre professores e alunos. Por vezes, os profissionais do magistério atuavam junto ao alunado na realização de eventos que mobilizavam a cidade.

Constatou-se que, através de *Flâmula*, os redatores do jornal podiam divulgar o seu projeto de modernização almejado para Picos e o Brasil e que a imprensa era o meio apropriado para que a população tomasse conhecimento dessas ideias. Embora a educação fosse predominante enquanto temática, referências a assuntos delicados da sociedade brasileira, em

especial a nordestina, figuravam nas páginas do impresso. Destaca-se o drama da seca, através de textos que apontavam a estiagem como um grande mal que afetava o homem do campo, ao mesmo tempo em que buscava soluções junto às autoridades para amenizar o sofrimento da população.

Os redatores do periódico estudantil imprimiram a sua visão de mundo, fazendo críticas a hábitos verificados naquela época ao mesmo tempo em que louvavam aspectos referentes a juventude, como o pioneirismo em lançar um jornal que contou com o apoio da sociedade picoense.

Descobriu-se que o *Flâmula* publicou notícias que diziam respeito a fatos gerais para além do Ginásio Estadual Picoense, o que contribuía para a formação de uma opinião pública local. A busca por acontecimentos gerais, mostra que o periódico estudantil contou com a aceitação dos leitores da época. Duarte (1995) o descreve como o de melhor qualidade dentre os jornais que circulavam em Picos entre 1952 e 1953. Saliente-se que a comunicação picoense, especialmente no que diz respeito aos impressos, caminhou lentamente em Picos.

Deus (2001) lista o surgimento de apenas seis jornais em Picos do período que vai de 1910, quando foi lançado o jornal *O Aviso*, até 1952, ano de lançamento do *Flâmula*. Sobre o fato de o *Flâmula* ser visto como um jornal convencional, Amaral (2021) destaca que os periódicos estudantis circulavam na sociedade onde as escolas estavam situadas, não ficando restritos aos muros dos colégios.

Foi possível conhecer a cultura escolar do Ginásio Estadual Picoense e o conteúdo disponibilizado no jornal estudantil *Flâmula*. O conteúdo presente no jornal fornece informações sobre a vida escolar picoense e a sua sociedade, revelando o passado da cidade e o comportamento da juventude letrada sob a orientação dos professores. O trabalho elucida a importância dada ao estudo pela sociedade da época, bem como o valor que se atribuía ao jornalismo.

Mesmo que Picos fosse uma pequena cidade situada no sertão piauiense, a sociedade da época era conhecedora da importância da educação e de como ela pode transformar vidas. O conhecimento sobre a situação de pobreza vivenciado no sertão evidencia a vontade de mudar tal situação.

Muito ainda pode ser estudado no jornal *Flâmula*, uma vez que há inúmeros textos carecendo de análise, como a própria situação dos flagelados verificados no início dos anos 1950. A vida social dos estudantes do ginásio é outro aspecto que pode ser estudado como forma de compreender a juventude picoense e como ela se enxergava. Como Lopes (2016) destacou, o *Flâmula* é um dos jornais estudantis mais bem preservados do Piauí. E é justamente

por isso que ele merece ser continuamente esmiuçado, para que as práticas jornalísticas e educacionais do passado não fiquem no esquecimento.

Uma cidade que não preza pela sua memória, como é o caso de Picos, tem muito a descobrir através dos seus arquivos disponíveis. Mais ainda se revelará através do descortinar do *Flâmula*.

REFERÊNCIAS

15 DE AGOSTO. **Flâmula**. Picos, ano I, n 10, p. 01-04, 31 ago. 1952.

A CAPITAL PIAUIENSE COMEMORA O SEU 1º CENTENÁRIO. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 9, p. 01, 03 ago. 1952.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

A CAN ACABA DE DESIGNAR, NESTA CIDADE, UMA COMISSÃO ENCARREGADA DA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – AOS FLAGELADOS DA SECA. **FLÂMULA**. Picos, ano I, n. 05, p. 01, 10 maio 1952.

ALBANO, Maria da Conceição Silva; SILVA, Albano (org.). **Picos nas anotações de Ozildo Albano**. Picos-PI: Gráfica e Editora Brito, 2011.

AGUIAR, Cintia Medeiros Robles Aguiar; ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira. Imprensa estudantil no Ensino Secundário – no antigo Sul de Mato Grosso (indiviso): em estudo a materialidade do jornal ABC Literário na década de 1960. In: **Métis: História & Cultura**. v. 18, n. 36, p. 71-90, jul./dez. 2019

ALMEIDA, Eduardo Henrique Barbosa de. **O noticioso estudantil: Flâmula e as formas de representação social em Picos na década de 1950**. 2012. 69 f. Monografia (Graduação em História). Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012.

ALMEIDA, Isabel Marques V. de; GAMA, Marta Maria. Os exames de admissão da década de 1931 a 1971. In: **XVI Seminário Temático**. Boa Vista: UFRR. p. 1-15. abr. 2018.

ALMEIDA, Kamilo Carvalho. **Pobre Teresina: Jornal do Comércio e a produção da notícia sobre o I Centenário da Capital Piauiense**. 2021. 81f. Monografia (Comunicação Social). Curso de Comunicação Social Habilitação em Jornalismo. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

ALVES, Graciele Felipe Oliveira. Aspectos históricos da educação do Piauí da colônia até os primórdios da República. In: **Anais IV Fórum Internacional de Pedagogia**, 2012, Paranaíba. Paranaíba: Editora Realize, 2012. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/81be7ae5472c6b333097f8a554df7d43_2559.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. In: **Geosul**. Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.

AMARAL, G. L. Os jornais estudantis *Ecos Gonzagueanos* e *Estudante*: apontamentos sobre o ensino secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930-1960). In: **História da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 121-142, maio/jul. 2013.

AMARO, Keila; QUADROS, Marivete Basseto de. A importância do grêmio estudantil na formação cidadã dos estudantes. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Jacarezinho: UENP, 2016. Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_uenp_keilaamaro.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de Andrade; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo Branco. Do lar ao social: educação e gênero no Piauí império. In: **Anais VI Simpósio Nacional de História Cultural**. Escritas da História: ver-sentir-narrar, 2012, Teresina. Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Andreia%20Rodrigues%20de%20Andrade%20&%20Pedro%20Vilarinho%20Castelo%20Branco.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO; Romildo de Castro. A expansão do ensino secundário no Piauí: uma escola propedêutica ou para o trabalho? In: **Vozes, Petérito & Devir**, Teresina, ano VIII, v. XII, n. 1, p. 201-220, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Brasil: Edições 70, 1977.

BARROS, Albertino. A civilização humana. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 9, p. 01, 03 ago. 1952

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BELTRÃO, Luiz. 1960. **Iniciação a filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1960.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. In: **Acta Scientiarum**. Education. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul./dec. 2012.

BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45. p. 81-105, jun. 2007.

CARVALHO, Maria Susany Moura; FERRO, Maria do Amparo Borges; REIS, Amada de Cássia Campos. O ensino secundário no Piauí em retrospectiva. In: **Anais IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. n. 9., 2017, João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2017, p. 350-362. Disponível em: <https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/297/28b0df0db5037eac9e39e0d0f9ae4f0b.pdf>. Acesso em: 15 abr.2022.

CARVALHO, Renato Gil Gomes. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. Direção Regional de Educação da Madeira, Portugal. In: **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 39, n. 2, 2006, p. 1-9.

CANUTO, Raniel das Flores. **Jornal O Aviso e a batalha político-partidária do coronel Joaquim das Chagas Leitão através da imprensa (1910–1930): *Salus populi suprema lex est***. 2022. 152f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

DEUDARÁ, Geraldo P. A honra. **Flâmula**. Picos, ano I, n 07, p. 07, 07 jun. 1952

DEUS, Maria Darcí de. **A princesa dos montes: história e evolução.** Picos [s.n], 2001.

DOIS ELEMENTOS DO NOSSO GINÁSIO APROVADOS NO ÚLTIMO CONCURSO DO BANCO DO BRASIL. **FLÂMULA.** Picos. ano I, n 8, p.1, 19 jul. 1952

DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba.** São Paulo: Annablume, 2010.

DUARTE, Renato. **Picos: os verdes anos cinquenta.** 2. ed. Recife: Graf. Ed. Nordeste: 1995.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs). **História da Imprensa no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ESTÁ PROGRAMADA NOVA ALTERAÇÃO NAS DIRETRIZES DO ENSINO NACIONAL. **Flâmula.** Picos, ano I, n 06, p. 01, 24 maio 1952.

EULÁLIO, Marlene. Surge uma onda de ideias literárias. **Flâmula.** Picos, ano I, n 02, p. 01, 29 mar. 1952.

EULÁLIO, Marlene. Teatro dos estudantes. **Flâmula.** Picos. Picos, ano I, n 05, p. 04, 10 maio 1952.

FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERREIRA, Mayara Sousa. História e memória do Jornalismo cultural no Piauí: surgimento e desenvolvimento. In: **Anais XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste,** 2016, Caruaru. Caruaru: Intercom, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/375100277/Historia-e-Memoria-Do-Jornalismo-Cultural-No-Piaui>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FERREIRA, Vinícius Ribeiro Cordão; RÊGO, Ana Regina Barros Leal. Do jornalismo político a visibilidade literária: o panorama da imprensa piauiense no século XIX. In: **Temática,** João Pessoa, ano 10, n. 09, p. 122-139, set. 2014.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano.** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 1996. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1996.

FÓSSEIS ANTE DILUVIANOS ACHADOS NO MUNICÍPIO DE REMANSO. **Flâmula.** Picos, ano I, n 06, p. 01, 24 maio 1952.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica.** 2003, F818a. Tese (Comunicação e Cultura). Bahia: UFBA, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IMPrensa ESTUDANTIL. **Flâmula.** Picos, ano I, n 01, p. 1, 15 mar. 1952

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. In: **Revista Brasileira de História da Educação,** n. 1, jan./jun. 2011.

JURAMENTO À BANDEIRA NACIONAL PELOS RESERVISTAS DA CLASSE DE 1932, NO DIA 21 DO CORRENTE. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 2, p. 1, 29 mar. 1952

JUSTA INVERSÃO DE VALORES. **Flâmula**. Picos, ano I, n. V, p. 01, 10 maio 1952.

KRUEL, Kenard; SANTOS, Gervásio. **História do Piauí**. Teresina: Zodíaco, 2009.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

LIBÓRIO, J. de Sousa. Apelo a mocidade. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 7, p. 01, 19 jul. 1952

LIMA, Nilsângela Cardoso; SOBRINHO, Francisca Stefanne Orana Alves. A mocidade piauiense e cultura escolar no Piauí do século XIX. In: LIMA, Nilsângela Cardoso. **Páginas da História do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 221-251.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Cultura jornalística e identidade profissional dos jornalistas teresinenses no período de 1951 a 1962. In: **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. 2013, Natal-RN.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Relações de poder e práticas jornalísticas em O Dia, A Cidade e Jornal do Piauí (1951-1954)**. 2014, 350f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

LEITE, Acilino. O poder do estímulo. **Flâmula**. Picos, ano I, n. I, p. 01, 15 mar. 1952.

LOPES, A. P. C. (org.). **História de instituições escolares: sujeitos, práticas educacionais e cultura material**. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 95-105.

LUSTOSA JÚNIOR, José Voste. Ao povo e ao governo: o ideário educacional do manifesto dos pioneiros da escola nova no Brasil. In: SILVA, João Paulo de Souza (org.). **Intelectuais, instituições e reformas na educação brasileira no século XX**. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2018, p. 38-56

LUTANDO POR UM IDEAL. **Flâmula**. Picos, ano I, n 1, p. 4-2, 15 mar. 1952

LUZIDA CARAVANA DE GINASIANAS OEIRENSES VISITA OS COLEGAS DESTA CIDADE. **Fâmula**. Picos, ano I, n. 7, p. 1, 07 jun. 1952.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MARTINELLI, Laís Pacífico. A produção periódica estudantil oitocentista. In: **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 59, n. 60, p. 1-29, abri./jun. 2021.

MAGISTÉRIO E SACERDÓCIO. **Flâmula**. Picos, ano I, n 03, p. 01, 12 abr. 1952.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. Memória sobre a modernização escolar em Teresina nos anos de 1900 a 1950. In: **Anais XII Encontro Nacional de história oral: política, ética e conhecimento**, 2014, Teresina. Teresina: UFPI, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1398000328_ARQUIVO_trabalhoHO.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

NOLASCO, Simone Ribeiro. **O fazer-se cidadão: o jornalismo estudantil nas décadas de 1920 e 1930 no Liceu Cuiabano em Mato Grosso**. 2015. 434f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

NUNES, Alberto. Meu Cantinho. Os índios. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 2, p. 02, 29 de mar. 1952.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de; RÊGO, Ana Regina. O jornalismo piauiense e suas estratégias e táticas de atuação durante o Estado autoritário de 1937. ALMEIDA, Domingos Alves de; PINHEIRO, Roseane Arcanjo Araújo; REIS, Thays Assunção; RODRIGO, Nascimento Reis (orgs). **Comunicação, jornalismo e memória: estudos regionais**. v. 1. São Luís: EDUFMA, 2018.

O GOVERNO FEDERAL AUTORIZOU O FINANCIAMENTO DA SAFRA DE ALGODÃO NA BASE DE DUZENTOS CRUZEIROS A ARRÔBA. **Flâmula**. Picos, ano I, n 04, p. 01, 26 abr. 1952.

O MUNICÍPIO DE PICOS É O MAIS POPULOSO DO INTERIOR DO PIAUÍ, COM 55.120 HABITANTES. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 03, p. 01-02, 12 abr. 1952.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: **Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005, p.61-74.

PARALIZIA ADMINISTRATIVA. **Ordem**. Órgão do Partido Social Democrático. Picos, ano I, n 2, p. 1, 1 jun. 1952.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina: COMEPI, 1997.

PINHEIRO, Welbert Feitosa. **Garimpeiro de memórias: práticas educativas de Ozildo Albano – Piauí (1952-1989)**. 2019. 492f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí: 1880-1930**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

RAINHA DOS ESTUDANTES. **Flâmula**. Picos, ano I, n 1, p. 1, 15 mar. 1952

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. A luta pela ampliação das oportunidades escolares. In: NORONHA, Olinda Maria; RIBEIRO, Maria Luísa Santos; XAVIER; Maria Elizabete (org.). **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. 2000. 360f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

ROCHA, N. Francisco. Justa Abolição. **Flâmula**. Picos, ano I, n. 6, p. 01, 24 maio 1952

ROCHA, Francisco. O dever de estudar. **Flâmula**. Picos, ano I, n 04, p. 01-04, 26 abr. 1952

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí**. Teresina: APL, 2001.

SOARES, Flávia. A imprensa periódica educacional como fonte para a história da educação matemática do século XIX. In: **Anais X Seminário Nacional de História da Matemática**, 2013, Campinas. Campinas: CLE Unicamp, 2013. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/anais-snhm/article/view/84>. Acesso em 18 abr. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira: 1966.

SILVA, Vilmaria da. O ensino primário no Piauí na década de 1930. In: **Anais XIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação – ECHE**. III Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação – ENHIME. III Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoducionais – SINECGEO, 2014, Fortaleza. Fortaleza: UECE, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41298/1/2014_eve_vsilva.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Picos e a consolidação de sua rede escolar: do Grupo Escolar ao Ginásio Estadual**. 2005. p. 156. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

SOUSA, Higo Carlos de Meneses de. **Um ginásio para mocidade picoense: cultura escolar de uma instituição de ensino secundário (1950-1971)**. 2019. p. 395. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

WALTZ, Igor. Modelos de imprensa e a formação identitária do jornalista brasileiro. In: **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM**. XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação. 2014, Foz do Iguaçu – PR, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/8533024/Modelos_de_imprensa_e_a_forma%C3%A7%C3%A3o_identit%C3%A1ria_do_jornalista_brasileiro. Acesso em: 10 dez. 2022.

XAVIER, Maria Elizabete. A sociedade agroexportadora e a constituição do ensino de elite (1549-1920). In: NORONHA, Olinda Maria; RIBEIRO, Maria Luísa Santos; XAVIER, Maria Elizabete (org). **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.